

# ENSINO DA MATEMÁTICA PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM

*TEACHING MATHEMATICS TO STUDENTS WITH AUTISTIC SPEC-  
TRUM DISORDER: LEARNING POSSIBILITIES*

Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra<sup>1</sup>

Melca Moura Brasil<sup>2</sup>

Emanuella Silveira Vasconcelos<sup>3</sup>

Elker Neri da Silva Santana<sup>4</sup>

**Resumo:** O ensino da matemática para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma tarefa complexa que demanda habilidades especiais por parte dos educadores e profissionais da área. No entanto, é possível criar métodos e abordagens inovadoras que tornem a aprendizagem mais acessível e adaptada às necessidades individuais desses alunos. Este estudo tem como foco o ensino da matemática para estudantes com autismo. Será investigada a forma como as particularidades do transtorno do espectro autista podem impactar o aprendizado matemático, além das estratégias pedagógicas que podem ser adotadas para tornar esse ensino mais eficiente e inclusivo. Será realizada uma revisão bibliográfica abrangente, com base em estudos científicos, livros e artigos relacionados ao ensino da matemática para alunos autistas. Em conclusão, o ensino da matemática para alunos com Transtorno do Espectro Autista é uma área que requer atenção e adaptações específicas para garantir o máximo de aprendizagem e inclusão. Ao reconhecer as dificuldades e necessidades individuais desses alunos, é possível criar estratégias e recursos que promovam um ambiente de ensino acolhedor e eficaz.

**Palavras-chave:** Autismo. Matemática. Aprendizagem.

1 Mestre em Filosofia – Universidade Federal da Paraíba (UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7834-4362>

2 Mestra em Educação em Ciências e Matemática – Universidade Federal de Goiás (UFG). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9823-2521>

3 Doutoranda em Educação em Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grandedo Sul - PUCRS, Mestre em Ensino de Ciências pela Universidade Estadual de Roraima – UERR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1730-672X>

4 Especialista em Educação Integral e Integrada (Faculdade Focus). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8560-9461>

**Abstract:** Teaching mathematics to students with Autism Spectrum Disorder (ASD) is a complex task that demands special skills from educators and professionals in the field. However, it is possible to create innovative methods and approaches that make learning more accessible and adapted to the individual needs of these students. This study focuses on teaching mathematics to students with autism. The way in which the particularities of autism spectrum disorder can impact mathematical learning will be investigated, in addition to the pedagogical strategies that can be adopted to make this teaching more efficient and inclusive. A comprehensive bibliographic review will be carried out, based on scientific studies, books and articles related to teaching mathematics to autistic students. In conclusion, teaching mathematics to students with Autism Spectrum Disorder is an area that requires specific attention and adaptations to ensure maximum learning and inclusion. By recognizing the individual difficulties and needs of these students, it is possible to create strategies and resources that promote a welcoming and effective teaching environment.

**Keywords:** Autism. Mathematics. Learning.

## 1 Introdução

O ensino da matemática para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um desafio para educadores e profissionais da área. No entanto, é possível desenvolver estratégias e abordagens que facilitem a aprendizagem desses alunos, levando em consideração suas características e necessidades específicas.

O TEA é um transtorno neurológico que afeta a comunicação, interação social e comportamento. De acordo com Belisário Filho e Cunha (2010, p. 15),

O autismo se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuadamente prejudicado na interação social e comunicação, além de um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses. As manifestações desse transtorno variam imensamente a depender do nível de desenvolvimento e idade.

Cada pessoa com TEA é única, apresentando diferentes graus de comprometimento e habilidades. Por isso, é fundamental adaptar o ensino da matemática de acordo com o perfil de cada aluno. Existem inúmeras nuances nos espectros do autismo, com alguns indivíduos exibindo sintomas mais leves enquanto outros enfrentam desafios mais intensos.

Além disso, é fascinante notar que mesmo pessoas diagnosticadas com o mesmo tipo de autismo possuem perfis e características únicas, que as distinguem umas das outras.

O problema de pesquisa do presente artigo consiste em compreender de que forma o ensino da matemática pode ser adaptado e direcionado para atender às necessidades específicas dos alunos autistas. A matemática é uma disciplina que requer habilidades cognitivas complexas, tais como raciocínio lógico, abstração e resolução de problemas, e muitos alunos autistas podem apresentar dificuldades nesses aspectos.

O objeto de estudo deste trabalho é o ensino da matemática para alunos autistas. Será analisado como as características do transtorno do espectro autista podem influenciar o processo de aprendizagem matemática, bem como as estratégias pedagógicas que podem ser utilizadas para tornar esse ensino mais eficaz e inclusivo.

A hipótese que norteia esta pesquisa é que o ensino da matemática para alunos autistas pode ser otimizado por meio de estratégias pedagógicas específicas, que considerem as particularidades e necessidades desses estudantes. Acredita-se que a utilização de recursos visuais, materiais concretos, jogos e atividades práticas, aliados a uma abordagem individualizada e adaptada, podem facilitar a compreensão e a aprendizagem matemática por parte dos alunos autistas.

Para alcançar os objetivos propostos, será realizada uma revisão bibliográfica abrangente, com base em estudos científicos, livros e artigos relacionados ao ensino da matemática para alunos autistas. A pesquisa bibliográfica é uma importante ferramenta utilizada por estudantes, pesquisadores e profissionais de diversas áreas para a obtenção de informações e embasamento teórico em seus estudos e projetos (GUERRA, 2023). Serão analisadas as principais características do transtorno do espectro autista que podem impactar a aprendizagem matemática, assim como as estratégias pedagógicas que têm sido utilizadas com sucesso nesse contexto.

Espera-se que os resultados dessa pesquisa contribuam para a melhoria do ensino de matemática, fornecendo subsídios teóricos e práticos para os profissionais da educação que atuam nessa área. Acredita-se que a compreensão das necessidades e potencialidades dos alunos autistas, aliada a estratégias pedagógicas adequadas, pode proporcionar uma experiência de aprendizagem mais significativa e inclusiva para esses estudantes.

## 2 Resultados e discussão

### 2.1 Ensino da matemática para alunos com espectro autista

Uma das principais características dos alunos com TEA é a dificuldade na compreensão de conceitos abstratos. Por isso, é importante utilizar materiais concretos e visualmente atrativos para auxiliar na aprendizagem. Jogos, quebra-cabeças e manipulativos são recursos que podem ser utilizados para tornar os conceitos matemáticos mais tangíveis e significativos (CHEQUETTO; GONÇALVES, 2015).

Além disso, é fundamental estabelecer uma rotina estruturada e previsível, com atividades organizadas e claras. Os alunos com TEA se beneficiam de uma sequência lógica de atividades, com instruções claras e objetivas. Também é importante oferecer suporte visual, como cartazes, diagramas ou gráficos, para auxiliar na compreensão dos conceitos matemáticos.

A comunicação é outro aspecto importante a ser considerado no ensino da matemática para alunos com TEA. Muitos alunos com TEA têm dificuldade em expressar suas ideias e compreender as instruções verbais. Por isso, é importante utilizar recursos visuais, como imagens e símbolos, para facilitar a comunicação. O uso de tecnologias assistivas, como aplicativos e softwares específicos, também pode ser uma ferramenta útil para o ensino da matemática.

Além disso, é importante adaptar as atividades matemáticas de acordo com o interesse e motivação dos alunos com TEA. Conhecer seus gostos e preferências pode ajudar a tornar as aulas mais atrativas e envolventes. Por exemplo, se um aluno tem interesse por carros, é possível utilizar esse tema para ensinar conceitos matemáticos, como medidas e proporções.

A inclusão de alunos com TEA no ensino da matemática requer um trabalho colaborativo entre educadores, profissionais da área e famílias. É importante que todos estejam envolvidos e comprometidos em oferecer um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor. A troca de experiências e conhecimentos é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes (SILVA et al., 2022).

## *2.2 Como adaptar o currículo e as atividades para alunos autistas*

O ensino da matemática é uma área desafiadora para muitos alunos, mas para aqueles que estão no espectro autista, pode ser ainda mais complexo. Aprender matemática envolve a compreensão de conceitos abstratos, a aplicação de fórmulas e a resolução de problemas, habilidades que podem ser especialmente difíceis para alunos autistas. No entanto, com estratégias adequadas, é possível adaptar o currículo e as atividades para atender às necessidades desses alunos, permitindo que eles desenvolvam suas habilidades matemáticas de maneira eficaz.

Uma das primeiras etapas para adaptar o currículo de matemática para alunos autistas é identificar as necessidades individuais de cada aluno. Cada autista é único e tem diferentes pontos fortes e desafios (SILVA et al., 2022). Portanto, é fundamental realizar uma avaliação cuidadosa das habilidades matemáticas do aluno, bem como de suas habilidades cognitivas e de comunicação. Isso ajudará os educadores a determinar quais conceitos matemáticos precisam ser ensinados e em que nível de dificuldade.

Após a identificação das necessidades individuais, é importante adaptar as atividades de matemática de acordo com as preferências e interesses do aluno autista. Muitos alunos autistas têm interesses específicos e podem se motivar mais facilmente quando estão envolvidos em atividades relacionadas a esses interesses. Por exemplo, se um aluno autista adora carros, pode ser interessante utilizar problemas de matemática que envolvam cálculos de velocidade ou distância percorrida por um carro. Isso tornará a matemática mais significativa e relevante para o aluno, aumentando sua motivação e engajamento.

Outra estratégia eficaz para o ensino da matemática a alunos autistas é utilizar recursos visuais e concretos. Muitos alunos autistas são aprendizes visuais e se beneficiam de materiais tangíveis e visuais para compreender conceitos matemáticos abstratos. Por exemplo, ao ensinar adição e subtração, é possível usar blocos ou objetos manipuláveis para representar os números e as operações, isso permite que os alunos visualizem e manipulem os conceitos matemáticos, facilitando a compreensão.

Além disso, é importante fornecer apoio visual durante as aulas de matemática. Isso pode incluir o uso de diagramas, gráficos ou tabelas para representar informações matemáticas de forma visualmente clara. Os alunos autistas podem se beneficiar dessa representação visual, pois ela ajuda a organizar as informações e a tornar os conceitos matemáticos mais

acessíveis (CHEQUETTO; GONÇALVES, 2015).

Outra estratégia útil é utilizar a repetição e a prática sistemática. Muitos alunos autistas se beneficiam de uma rotina estruturada e de repetição consistente. Portanto, é importante fornecer oportunidades regulares para a prática de habilidades matemáticas, revisando conceitos previamente ensinados e fornecendo atividades de reforço. Isso ajuda a consolidar o aprendizado e a fortalecer as habilidades matemáticas dos alunos autistas.

Por fim, é fundamental que os educadores estejam abertos à comunicação e colaboração com os pais e terapeutas dos alunos autistas. Os pais são uma fonte valiosa de informações sobre as necessidades e preferências de seus filhos, e os terapeutas podem fornecer estratégias adicionais para apoiar o ensino da matemática. Trabalhar em conjunto com a equipe de suporte do aluno ajudará a garantir uma abordagem eficaz e consistente no ensino da matemática

### *2.3 A importância do apoio emocional no ensino da matemática para alunos autistas*

Através do apoio emocional adequado, é possível ajudar esses alunos a superarem suas dificuldades e alcançarem sucesso no aprendizado da matemática. O apoio emocional desempenha um papel fundamental no ensino da matemática para alunos autistas, pois muitas vezes esses estudantes podem apresentar ansiedade, frustração e dificuldades de comunicação. É essencial que os professores e profissionais da educação estejam cientes dessas questões e sejam capazes de oferecer o suporte necessário para que esses alunos se sintam seguros e confiantes em sua jornada de aprendizado (CHEQUETTO; GONÇALVES, 2015).

Uma das maneiras de fornecer apoio emocional é através da criação de um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor. Isso pode ser feito por meio da adaptação do currículo e das atividades de matemática para atender às necessidades individuais de cada aluno autista. É importante considerar diferentes estilos de aprendizado e oferecer opções de ensino que sejam visualmente atraentes e estimulantes (SILVA et al., 2022).

Além disso, é fundamental que os professores estejam atentos às emoções dos alunos autistas durante as aulas de matemática. Eles devem ser capazes de identificar sinais de ansiedade ou frustração e intervir de maneira adequada. Isso pode incluir a utilização de estratégias de

relaxamento, como exercícios de respiração, ou a oferta de pausas regulares para que o aluno possa se acalmar e se reorganizar emocionalmente.

Outro aspecto importante do apoio emocional no ensino da matemática para alunos autistas é o estabelecimento de uma comunicação clara e eficaz. Os professores devem ser capazes de explicar os conceitos matemáticos de forma simples e objetiva, evitando o uso de termos complexos ou linguagem ambígua. É importante também encorajar a participação ativa dos alunos, permitindo que eles expressem suas dúvidas e dificuldades sem medo de serem julgados (CHEQUETTO; GONÇALVES, 2015).

O apoio emocional no ensino da matemática para alunos autistas não se resume apenas às aulas em si, mas também ao suporte contínuo fora da sala de aula. Os professores devem estar disponíveis para auxiliar os alunos durante as tarefas de casa e oferecer orientação adicional, se necessário. Além disso, é importante envolver os pais e responsáveis nesse processo, fornecendo-lhes informações e recursos para que possam apoiar seus filhos em casa.

#### *2.4 A utilização de materiais adaptáveis*

A utilização de materiais adaptáveis para o ensino da matemática para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem se mostrado uma estratégia eficaz para promover a aprendizagem desses estudantes. O TEA é uma condição neurológica que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento, e pode apresentar desafios específicos no aprendizado da matemática. Portanto, é fundamental que os professores tenham recursos adequados para atender às necessidades desses alunos.

A matemática é uma disciplina que exige habilidades cognitivas complexas, como raciocínio lógico, abstração e pensamento crítico (DO NASCIMENTO, 2020). Além disso, ela é frequentemente apresentada de forma abstrata, o que pode ser um obstáculo para os alunos com TEA, que têm dificuldades em compreender conceitos abstratos. Nesse sentido, a utilização de materiais adaptáveis pode facilitar a aprendizagem desses alunos, tornando os conceitos matemáticos mais concretos e acessíveis.

Os materiais adaptáveis podem incluir recursos visuais, como cartões com números, figuras geométricas e operações matemáticas, que permitem aos alunos com TEA visualizar e manipular os conceitos matemáticos (DO NASCIMENTO, 2020). Esses recursos podem ser utilizados para ensinar

habilidades básicas, como contar, identificar números e realizar operações simples, bem como para desenvolver habilidades mais avançadas, como resolver problemas matemáticos.

Além dos recursos visuais, os materiais adaptáveis também podem incluir recursos táteis, como blocos de encaixe, que permitem aos alunos com TEA explorar e manipular os conceitos matemáticos de forma concreta. A manipulação desses materiais pode ajudar os alunos a compreender melhor os conceitos matemáticos, facilitando a sua aprendizagem.

É importante ressaltar que a utilização de materiais adaptáveis deve ser acompanhada de uma abordagem pedagógica adequada, que leve em consideração as características individuais de cada aluno com TEA. Os professores devem adaptar as atividades e os materiais de acordo com as necessidades e os interesses de cada aluno, garantindo que eles estejam envolvidos e motivados durante o processo de aprendizagem (DO NASCIMENTO, 2020).

Além disso, é fundamental que os professores recebam formação específica sobre o ensino da matemática para alunos com TEA. Essa formação pode incluir conhecimentos sobre as características do TEA, estratégias de ensino adaptadas e recursos adequados para o ensino da matemática. Dessa forma, os professores estarão mais preparados para atender às necessidades dos alunos com TEA e promover a sua aprendizagem.

### **3 Conclusão**

Através de uma revisão bibliográfica, foram identificadas estratégias e recursos que podem ser eficazes no ensino da matemática para esses alunos. Entre as possibilidades de aprendizagem destacadas estão o uso de materiais concretos, como blocos e objetos manipuláveis, a utilização de recursos visuais, como gráficos e diagramas, e a adaptação das atividades para atender às necessidades individuais de cada aluno.

Os resultados desta pesquisa podem auxiliar a sociedade de diversas formas. Primeiramente, ao oferecer estratégias eficazes para o ensino da matemática para alunos com TEA, contribui-se para a inclusão desses indivíduos no ambiente escolar e, conseqüentemente, na sociedade como um todo. A educação inclusiva é um direito de todos e é fundamental para promover a igualdade de oportunidades.

Além disso, os resultados obtidos nesta pesquisa podem auxiliar também a academia. Ao fornecer evidências científicas sobre práticas

pedagógicas eficazes para o ensino da matemática para alunos com TEA, contribui-se para a produção de conhecimento na área da educação inclusiva. Essas informações podem ser utilizadas por pesquisadores, professores e profissionais da área da educação para aprimorar suas práticas e desenvolver novas abordagens pedagógicas.

Uma das principais limitações encontradas nas pesquisas sobre o ensino da matemática para alunos autistas é a falta de consenso sobre as melhores estratégias a serem adotadas. Cada aluno autista é único e apresenta características e necessidades diferentes, o que torna difícil estabelecer um método de ensino universal. Além disso, a variação no grau de comprometimento do autismo também influencia na forma como o aluno aprende e se relaciona com a matemática.

Outra limitação é a falta de estudos que explorem a relação entre o ensino da matemática e os interesses específicos dos alunos autistas. Muitos alunos autistas possuem interesses restritos e intensos em determinados temas, e é possível utilizar esses interesses como ponto de partida para o ensino da matemática. No entanto, são poucos os estudos que investigam essa abordagem e como ela pode ser eficaz no ensino dessa disciplina.

Outra recomendação é que sejam realizados estudos longitudinais, que acompanhem o progresso dos alunos autistas ao longo do tempo, a fim de identificar quais estratégias são mais eficazes e quais podem ser descartadas. Em suma, embora existam limitações nas pesquisas sobre o ensino da matemática para alunos autistas, é possível identificar recomendações para trabalhos futuros.

É fundamental que esses estudos sejam mais abrangentes, individualizados e que explorem a relação entre o ensino da matemática e os interesses específicos dos alunos autistas. Com essas recomendações, poderemos avançar no desenvolvimento de estratégias mais eficazes e inclusivas para o ensino da matemática para alunos autistas.

Em conclusão, o ensino da matemática para alunos com Transtorno do Espectro Autista é uma área que requer atenção e adaptações específicas para garantir o máximo de aprendizagem e inclusão. Ao reconhecer as dificuldades e necessidades individuais desses alunos, é possível criar estratégias e recursos que promovam um ambiente de ensino acolhedor e eficaz.

Através de uma abordagem personalizada e flexível, os educadores podem ajudar os alunos com TEA a desenvolver habilidades matemáticas fundamentais, promovendo o seu crescimento acadêmico e social. É

essencial que a sociedade como um todo se envolva nesse processo, oferecendo suporte e oportunidades para que esses alunos possam alcançar seu pleno potencial. Com a dedicação e o comprometimento de todos os envolvidos, é possível criar um ambiente educacional inclusivo e de sucesso para alunos com TEA no ensino da matemática.

## Referências

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais de desenvolvimento.** Ceará: Universidade Federal do Ceará (UFC), 2010.

CHEQUETTO, Jonas José; GONÇALVES, Agda Felipe Silva. Possibilidades no Ensino de Matemática para um aluno com autismo. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 5, n. 02, p. 206-222, 2015.

DO NASCIMENTO, Ana Gabriela Cardoso et al. Educação Matemática para estudantes autistas: conteúdos e recursos mais explorados na literatura de pesquisa. **Boletim Gepem**, n. 76, p. 63-78, 2020.

GUERRA, A. de L. e R. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 149–159, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8240361. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48>. Acesso em: 9 jan. 2024.

SILVA, Adriano Pereira et al. **Uma análise teórica sobre o processo de inclusão e o ensino da matemática para alunos com transtorno do espectro autista.** 2022.

# O PAPEL DA ÉTICA NO COMBATE ÀS EMERGÊNCIAS DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL

Larissa Cruz de Macêdo Coelho Galvão<sup>1</sup>

Dirty Paula de Araújo<sup>2</sup>

Márcia Cristina Reis Campos Melo<sup>3</sup>

Roberta Araújo de Castro<sup>4</sup>

Tamires Mendes Almeida<sup>5</sup>

**Resumo:** A COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, é uma nova infecção aguda emergente que alcançou rapidamente graves proporções pandêmicas, as quais requereram reflexões e respostas bioéticas em um curto espaço de tempo e em escala global. As muitas questões éticas que surgiram exigiram e ainda exigem que as diferenças políticas, culturais, ideológicas sejam postas de lado e que se reflita de modo coletivo sobre soluções eticamente aceitáveis. Muito trabalho foi feito na última década sobre questões éticas específicas que surgem no contexto de certas facetas da preparação para emergências pandêmicas, como a ética da alocação de recursos escassos, como vacinas ou equipamentos de emergência, e as questões éticas que surgem em relação a doenças infecciosas. Com base nesse contexto, o objetivo deste artigo é destacar as questões éticas envolvidas na preparação e resposta a emergências de saúde pública.

**Palavras-chave:** Ética; Códigos de ética; Saúde; Pandemia; COVID-19; Emergências em Saúde Pública

---

1 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: laricgmed@gmail.com

2 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: dirtyaraujop@yahoo.com.br.

3 Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: marcia\_reiscampos@hotmail.com

4 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: betacastro25@gmail.com

5 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: jesus.tami@hotmail.com

**Abstract:** COVID-19, caused by the SARS-CoV-2 coronavirus, is a new emerging acute infection that quickly reached serious pandemic proportions, which required bioethical reflections and responses in a short time and on a global scale. The many ethical issues that emerged demanded and still require that political, cultural and ideological differences be put aside and collectively reflected on ethically acceptable solutions. Much work has been done over the past decade on specific ethical issues that arise in the context of certain facets of pandemic emergency preparedness, such as the ethics of allocating scarce resources such as vaccines or emergency equipment, and the ethical issues that arise in relation to disease. infectious. Based on this context, the purpose of this article is to highlight the ethical issues involved in preparing for and responding to public health emergencies.

**Keywords:** Ethic; Codes of ethics; Health; Pandemic; COVID-19; Public Health Emergencies

## 1 Introdução

A COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, é uma nova infecção aguda emergente que alcançou rapidamente graves proporções pandêmicas, as quais requereram reflexões e respostas bioéticas em um curto espaço de tempo e em escala global. As muitas questões éticas que surgiram exigiram e ainda exigem que as diferenças políticas, culturais, ideológicas sejam postas de lado e que se reflita de modo coletivo sobre soluções eticamente aceitáveis. O novo coronavírus, denominado Sars-Cov-2, causador da doença covid-19, foi detectado no final de dezembro de 2019 em Wuhan, na China (UNESCO, 2020). A Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou a circulação do vírus no início de janeiro, e já no final desse mês declarou a epidemia uma emergência internacional. O primeiro caso importado da covid-19 foi confirmado no Brasil em fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, dois meses após o alerta emitido pela China. Desde então, o vírus tem circulado no país. Nesse contexto, a OMS determinou medidas como: uso de equipamentos de proteção individual pelos profissionais de saúde, identificação de indivíduos sintomáticos e assintomáticos, realização de testes e implantação de estrutura de laboratório para garantir rápida oferta de resultados, criação de novas unidades com equipamentos adequados e isolamento social. A efetividade dessas ações, dependeria inicialmente de

uma intensa mobilização social, uma vez que o vírus possuía altas taxas de transmissibilidade e alta letalidade (Souza, 2021).

As pandemias expõem de forma clara os pontos fortes e fracos dos sistemas de saúde em diferentes países, bem como os obstáculos e as desigualdades com relação ao acesso à assistência à saúde. A maneira pela qual os recursos são alocados em saúde e o acesso inadequado à assistência à saúde são o cerne de muitos problemas. A alocação de recursos e um robusto sistema de saúde pública devem ter importância primordial na agenda dos governos. Essas escolhas se tornam ainda mais desafiadoras e difíceis no contexto da pandemia, no qual a demanda por acesso ao tratamento aumenta de maneira exponencial e rápida. Os indivíduos vulneráveis se tornam ainda mais vulneráveis em tempos de pandemia. É particularmente importante observar a vulnerabilidade relacionada a: pobreza, discriminação, gênero, doenças, perda de autonomia ou funcionalidade, idade avançada, deficiências, etnia, encarceramento, migração não registrada e status de refugiado e apátrida (Souza, 2021). Medidas como o isolamento e a quarentena impactam fortemente as pessoas vulneráveis. Atenção especial deve ser dada à violência intrafamiliar e às pessoas que vivem em situação econômica precária, principalmente nos países em desenvolvimento. Devem ser consideradas estratégias de apoio e prevenção ao agravamento de sua situação. Outras medidas também devem ser tomadas para lidar com o estresse psicológico desencadeado pela ansiedade da pandemia e com os impactos do confinamento. As informações emitidas por políticos, cientistas, autoridades e pela mídia devem ser oportunas, precisas, claras, completas e transparentes (Souza, 2021). Diferentes categorias de informações são necessárias para que todos, independentemente de idade, circunstâncias de vida ou nível de educação, sejam capazes de avaliar a situação.

Muito trabalho foi feito na última década sobre questões éticas específicas que surgem no contexto de certas facetas da preparação para emergências pandêmicas, como a ética da alocação de recursos escassos, como vacinas ou equipamentos de emergência, e as questões éticas que surgem em relação a doenças infecciosas, como a gripe (Souza, 2021). Já existe uma explosão de atividades de pesquisa e ensaios clínicos para encontrar uma cura e uma vacina para a COVID-19. Entretanto, ao mesmo tempo, existe a necessidade de se coordenar os esforços internacionais e formular um entendimento comum sobre processos de análise ética. Dessa forma, políticas que não são fundamentadas em sólidos conhecimentos e práticas científicas são antiéticas, pois trabalham contra o esforço de se construir

uma resposta comum à pandemia. Com base nesse contexto, o objetivo deste artigo é destacar as questões éticas envolvidas na preparação e resposta a emergências de saúde pública, tais como questões relacionadas à alocação de recursos escassos, como vacinas ou equipamentos de emergência, ou em relação a doenças infecciosas, como a Covid-19, com a devida menção de que esta preparação para emergências públicas influencia não apenas os direitos e interesses individuais, mas também o bem comum, os valores e obrigações da sociedade como um todo. Realizou-se para isso, uma revisão de literatura utilizando artigos no idioma português, espanhol e inglês e as seguintes bases de dados: Medline, Scholar, Pubmed e Scielo. Utilizou-se como critérios e palavras-chaves nessas bases: Ética; Códigos de ética; saúde; Pandemia; COVID-19; Emergências de saúde públicas e a combinação desses descritores. Foram selecionados dez artigos referentes a conceitos, escolhidos primeiramente com base em seus títulos e resumos. A partir desta literatura, foi realizada uma seleção mais refinada através de sua leitura completa, resultando na escolha dos 5 textos usados como base para produção deste artigo em resumo expandido.

## **2 Desenvolvimento**

O raciocínio ético e a sensibilidade são sempre importantes na saúde pública, mas são especialmente importantes na área sensível e complexa da preparação para emergências de saúde pública (Souza, 2021). De fato, os requisitos de justificação ética no contexto da preparação para emergências são bastante exigentes, e os riscos éticos são altos porque as mudanças necessárias são muitas vezes perturbadoras e importantes, podem ser financeiramente caras e geralmente envolvem alguma forma de ação estatal. Envolvem a criação de sanções legais e execução, a criação de estruturas administrativas, o investimento e alocação de recursos e a mobilização de apoio popular. A uma solicitação por parte da população de abordagens de saúde pública que empregam alternativas menos restritivas, envolvimento da comunidade e comunicação transparente. No entanto, o uso de coerção e sigilo – ou deliberadamente reter informações do público – embora devam ser evitados se possível e como regra geral não podem ser moralmente descartados categoricamente. Sua justificativa ética em casos particulares será uma questão de contexto e circunstância (Jennings, B., & Arras, J, 2016).

Medidas obrigatórias de evacuação ou quarentena podem

ser inevitáveis e eticamente justificadas em circunstâncias extremas. Ocultar informações do público pode ser necessário para evitar pânico e comportamento contraproducente em larga escala. É precisamente porque podem ser tomadas medidas em emergências que normalmente seriam inaceitáveis em tempos normais que é tão importante que os planejadores de saúde pública não esperem o desastre para tentar elaborar um esquema viável de prioridades (Jennings, B., & Arras, J, 2016). O papel da ética na fase de planejamento antes de uma crise, como na fase de recuperação posterior, é definir parâmetros razoavelmente justos, humanos e responsáveis para a ação e a tomada de decisões. Mesmo dentro desses parâmetros, não há como garantir que erros morais não serão cometidos, mas os planejadores e socorristas de emergência devem estar sempre preparados para responder por sua conduta em termos das boas razões que tiveram para decidir e agir como agiram. (Jennings, B., & Arras, J, 2016).

Além do fato de que as emergências de saúde pública podem exigir algumas medidas paternalistas, surge uma questão mais fundamental sobre as implicações cívicas e democráticas da resposta a emergências. Há uma tendência de ver as emergências como exigindo a centralização da autoridade de cima para baixo e de ver a preparação para emergências como algo fora da governança democrática normal (Jennings, B., & Arras, J, 2016).

A viabilidade contínua da ética ordinária durante tempos extraordinários é um tema central para nossa noção de preparação para emergências como uma prática cívica. A aceitabilidade ética de um plano de emergência é uma função tanto do conteúdo substantivo de suas disposições quanto do processo pelo qual essas disposições são discutidas, formuladas, discutidas e, em última análise, acordadas. A preparação para emergências é melhor compreendida de uma perspectiva cívica, De uma perspectiva cívica, o planejamento e a resposta à emergência são formas de atividade nas quais os cidadãos comuns devem se engajar por um sentimento de pertencimento e solidariedade. Os membros percebem que todos são parte de uma comunidade de interesse comum e vulnerabilidade comum. Nela percebemos que temos responsabilidade pelos outros e pela saúde de nossa comunidade compartilhada como um todo. De uma perspectiva consumista, o planejamento de emergência é fundamentalmente um serviço especializado que indivíduos temerosos e vulneráveis devem adquirir (como contribuintes) para sua própria proteção. De uma perspectiva cívica, os cidadãos se envolvem no planejamento de emergência e cooperam com sua implementação. De acordo com uma

perspectiva consumista, os indivíduos se submetem a planos elaborados e implementados por especialistas (Jennings, B., & Arras, J, 2016).

Quando visto através das lentes do modelo consumista, o planejamento de emergência é como um planejamento médico ou financeiro. Provedores com conhecimento especializado estão preparando um produto para clientes que estão consumindo aquele produto para promover seus próprios interesses como consumidores. Quando vista como uma prática cívica, por outro lado, a preparação para emergências não é uma mercadoria a ser trocada entre um consumidor interessado e um fornecedor com experiência para atender a esse interesse. Faz parte da função pública de proteger e promover a segurança, a vida, a liberdade e o bem-estar das pessoas como um todo (Jennings, B., & Arras, J, 2016). Se o planejamento de emergência é visto como uma prática cívica, então os cidadãos são partes do plano, não consumidores dele. Portanto, do ponto de vista cívico, é inteiramente apropriado enfatizar a participação ampla e inclusiva e o envolvimento da comunidade no processo de planejamento. A preparação para emergências é um aspecto importante da vida de comunidades democráticas fortes (UNESCO, 2020).

A preparação para emergências não se trata apenas de proteger uma comunidade; trata-se também, em última análise, de incorporar as tradições e valores lembrados de uma comunidade e uma visão prospectiva de como a comunidade pode se tornar um ambiente melhor para todos os seus membros no futuro (UNESCO, 2020). Na melhor das hipóteses, a preparação para emergências preserva o passado, protege o presente e promove um futuro mais seguro e resiliente. O planejamento de emergência bem-sucedido deve recorrer a um fundo preexistente de responsabilidade cívica, senso de justiça e preocupação com os necessitados. Mas o planejamento de emergência não pressupõe apenas essas virtudes, ele pode – e deve – ser uma ocasião para promovê-las também. O medo e o interesse próprio estarão, sem dúvida, fortemente em evidência durante qualquer emergência de saúde pública. Mas a liderança em saúde pública pode levar as comunidades além dessas motivações para um senso de propósito comum e solidariedade. A preparação para emergências é um empreendimento ético complexo, assim como é um empreendimento administrativo e científico complexo. A análise ética não pode reduzir essa complexidade ética e não pretende oferecer um algoritmo de tomada de decisão ou de formulação de políticas. No entanto, fornece ferramentas conceituais para discussão e esclarecimento que levam a um acordo e uma resolução comum. Nesse sentido, a análise ética pode servir para

aumentar nossa capacidade de nos preparar e responder a emergências de maneira justa, responsável e eficaz todo (Jennings, B., & Arras, J, 2016). As atividades de preparação para emergências devem, resumidamente, proteger a segurança, a saúde e o bem-estar públicos; devem minimizar a extensão da morte, lesão, doença, incapacidade e sofrimento durante e após uma emergência; devem ser planejadas de modo a respeitar a igualdade de liberdade, autonomia e dignidade de todas as pessoas; devem ser conduzidas de forma a garantir que os benefícios e encargos impostos à população pela emergência e pela necessidade de lidar com seus efeitos sejam compartilhados de forma equitativa e justa; devem ser baseadas e incorporar processos de tomada de decisão que sejam inclusivos, transparentes e responsáveis, de modo a sustentar a confiança do público; deve desenvolver comunidades resilientes e seguras; esforçarem-se em direção ao objetivo de longo prazo de desenvolver recursos comunitários que os tornem mais resistentes a riscos e permitam que eles se recuperem de forma adequada e eficaz após emergências; reconhecer as obrigações especiais de determinados profissionais de saúde pública e promover a competência desses profissionais e a coordenação entre eles; promover um senso de responsabilidade pessoal e cidadania; proteger a segurança, a saúde e o bem-estar públicos (Jennings, B., & Arras, J, 2016).

Dessa forma, o objetivo ético da saúde pública de preparação para emergências não se concentra apenas nos esforços para minimizar a morbidade e mortalidade de indivíduos isolados; deve também proteger a saúde da população e da comunidade em geral e promover o bem comum de todos. Assim, o objetivo de minimizar a mortalidade pode às vezes ter que ser subordinado a outros objetivos. Diante de uma pandemia, o controle de infecções pode ter precedência sobre o tratamento daqueles que já estão doentes e com alto risco de morte e isso terá uma influência direta sobre como as vacinas e o tratamento de manutenção da vida (ventiladores ou unidades de terapia intensiva) são usados (UNESCO, 2020) .

Minimizar danos psicológicos e traumas é igualmente importante. Além disso, o planejamento de emergências de saúde pública deve se preocupar em minimizar as perdas econômicas, a destruição de propriedades e a interrupção dos serviços sociais básicos (Santos, 2020). A preparação para emergências deve ser concebida e praticada de tal forma que lance uma rede muito ampla. Na era das redes sociais, que abrem espaço para a desinformação e as notícias falsas (fake news), as informações públicas precisas e, sobretudo, as informações científicas, devem desempenhar um papel central na orientação do compromisso social das pessoas. Informações

concretas, práticas e compreensíveis sobre as melhores formas de realizar as atividades da vida cotidiana são fundamentais para que os cidadãos não apenas protejam sua própria saúde, mas também contribuam para garantir a saúde pública. Essencialmente, a mensagem deve ser honesta, precisa, transparente e ponderada, para que não desencadeie pânico ou subestime a gravidade das condições, mas, sim, para que os cidadãos possam ter conhecimento, de maneira crítica, sobre os riscos iminentes ou futuros (Jennings, B., & Arras, J, 2016). A preparação para emergências também deve se esforçar para minimizar a perda de capital social a longo prazo, a desintegração cultural e o sofrimento social. Tanto o modelo biopsicossocial de saúde amplamente aceito no campo da saúde pública quanto um corpo crescente de pesquisas epidemiológicas indicam que a destruição das redes de relações de apoio e de instituições cívicas pode ter efeitos significativos na saúde e no bem-estar da população. O planejamento e a resposta a emergências para todos os riscos devem proteger não apenas a pessoa como um todo mas também organizações, sistemas de funcionamento social e modos de vida culturalmente significativos. Um plano de emergência não é simplesmente um documento: é um processo e uma atividade em si, que se estende por vários anos e revisitado periodicamente (Santos, 2020). Os planos não devem apenas ser revistos em intervalos regulares para atualização, mas também devem ser avaliados por meio de exercícios ou simulações. O planejamento de emergência põe em movimento todo um complexo social de discussões, grandes reuniões, pequenas reuniões, redes entre funcionários e profissionais, organização local e atividade educacional, criação de novos canais de comunicação e recrutamento de pessoal especializado ou reciclagem do pessoal existente.

### 3 Conclusão

Concluímos que tanto no âmbito nacional como no internacional, as políticas sociais e de saúde devem estar fundamentadas em evidência científica sólida, levando em consideração as incertezas que existem durante uma pandemia, especialmente quando esta é causada por um novo patógeno, e devem ser guiadas por considerações éticas globais. Neste contexto de pandemia, a cooperação é essencial em todos os âmbitos: governos, setores público e privado, sociedade civil e organizações internacionais e regionais.

As pandemias mostram a dependência entre os países, por exemplo, em termos de disponibilidade de reagentes para permitir a realização

de testes de diagnóstico, de máscaras protetoras, de respiradores entre outros insumos, é de extrema importância a cooperação e a solidariedade internacionais, ao invés de uma visão estreita de interesse nacional, destacando a responsabilidade dos países ricos em ajudar os países pobres durante este período de emergência internacional de saúde pública. Também não menos relevante, é que se elaborem medidas drásticas contra todas as formas de tráfico ou corrupção que possam estar associadas a indivíduos ou grupos que tentam minar a solidariedade e a alocação de recursos necessários a um bem comum maior.

Recomenda-se, portanto, um esforço internacional para adotar, tanto quanto possível, critérios uniformes de coleta de dados sobre a propagação da pandemia e seus impactos.

É fundamental e necessário institucionalizar uma estratégia política que priorize a saúde e a segurança dos indivíduos e das comunidades, bem como que assegure sua efetividade pelo estabelecimento do diálogo interdisciplinar entre atores da ciência, da ética e da política. As decisões políticas devem ser fundamentadas em conhecimento científico sólido, mas não podem nunca ser legitimadas apenas pela ciência. Os objetivos éticos da preparação para emergências são múltiplos, difíceis de priorizar e podem dar origem a dilemas éticos práticos quando entram em conflito. Elas devem ser claramente articuladas e compreendidas por várias razões. Esses objetivos são intrinsecamente importantes, eles expressam os valores da profissão de serviço e tradições profissionais de saúde pública e representam a natureza dos ideais morais de uma comunidade. O esclarecimento desses objetivos éticos também é importante porque o amplo reconhecimento público deles reforça a confiança pública e a legitimidade da preparação para emergências: Durante uma situação de crise com muitas incógnitas, é particularmente necessário estabelecer o diálogo entre política, ciência, ética e direito.

## Referências

Jennings, B., & Arras, J. 2016. Ethical Aspects of Public Health Emergency Preparedness and Response. In *Emergency Ethics: Public Health Preparedness and Response*. Oxford, UK: Oxford University Press. Retrieved 28 Apr. 2022, from <https://oxfordmedicine.com/view/10.1093/med/9780190270742.001.0001/med-9780190270742-chapter-2>.

Souza, Tiago Pereira de, Avendano, Cibele Gularrt e Gomes, Erissandra Covid-19: o que dizem os códigos de ética profissional?. Revista Bioética [online]. 2021, v. 29, n. 2 [Acessado 26 Abril 2022] , pp. 295-303. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-80422021292467>>. Epub 6 Set 2021. ISSN 1983-8034. <https://doi.org/10.1590/1983-80422021292467>.

UNESCO.2020. Declaração sobre a COVID-19: considerações éticas sob perspectiva global. Corporate author:International Bioethics Committee [190], World Commission on the Ethics of Scientific Knowledge and Technology [144]Document code:SHS/IBC-COMEST/COVID-19 REV.[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373115\\_por.locale=en](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373115_por.locale=en)

Santos, Laís Silveira Dilemas morais da gestão pública brasileira no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. 2020. Revista de Administração Pública [online]. 2020, v. 54, n. 4 [Acessado 10 Maio 2022] , pp. 909-922. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200219> <https://doi.org/10.1590/0034-761220200219x>>. Epub 28 Ago 2020. ISSN 1982-3134. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200219>.

# PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO PACIENTE E AS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

Jackelyne de Souza dos Santos<sup>1</sup>  
Adilma dos Santos Brito Pereira<sup>2</sup>  
Camila Sabino de Araújo<sup>3</sup>  
Roberta Araújo de Castro<sup>4</sup>  
Vitória Gonçalves de Lima Costa<sup>5</sup>

**Resumo:** A Tecnologia da Informação (TI) agrega e afeta de maneira significativa nas organizações, como nas instituições em saúde. Os dados e informações obtidas por meio da informática em saúde, onde a TI traz inovações, permite análise de dados e decisões assertivas relacionadas aos processos desenvolvidos nas instituições. As organizações de Saúde, com os avanços na medicina e competitividade no mercado, vêm aderindo as evoluções no se trata de Prontuário Eletrônico do Paciente. Objetivo: Refletir acerca do prontuário eletrônico do paciente na rede de atenção básica. Metodologia: Trata-se de uma revisão de literatura realizada nas bases de dados: BVS e materiais disponibilizados pela MUST. Selecionados ao final 09 artigos. Conclusão: Diante do estudo realizado, evidenciou a importância da evolução na tecnologia da informação, para avanços necessários no que se refere ao PEP aplicado na RAS, para fim de gerenciamento no nível populacional de doenças crônicas, para detecção em tempo hábil de planejamento e intervenção.

**Palavras-chave:** Prontuário Eletrônico do Paciente. Gerenciamento da Saúde. Rede de Atenção à Saúde

- 1 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: jackelyne\_sou@hotmail.com
- 2 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. Email: adilmabrito@yahoo.com.br
- 3 Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales - Fics. E-mail: camissabino@gmail.com
- 4 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: betacastro25@gmail.com.
- 5 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: professoravoritoria@hotmail.com



**Abstract:** Information Technology (IT) aggregates and significantly affects organizations, such as health institutions. The data and information obtained through health informatics, where IT brings innovations, allows data analysis and assertive decisions related to the processes developed in the institutions. Health organizations, with advances in medicine and competitiveness in the market, have been adhering to the evolutions in the case of Electronic Patient Records. Objective: To reflect on the electronic medical record of the patient in the primary care network. Methodology: This is a literature review carried out in the databases: VHL and materials made available by MUST. Selected at the end 09 articles. Conclusion: In view of the study carried out, it highlighted the importance of evolution in information technology, for necessary advances with regard to the PEP applied in the RAS, for the purpose of managing chronic diseases at the population level, for timely detection of planning and intervention.

**Keywords:** Electronic Patient Record. Health Management. Health Care Network

## Introdução

A Tecnologia da Informação (TI) agrega e afeta de maneira significativa nas organizações, como nas instituições em saúde. Os dados e informações obtidas por meio da informática em saúde, onde a TI traz inovações, permite análise de dados e decisões assertivas relacionadas aos processos desenvolvidos nas instituições. (Montenegro *et al*, 2013).

As organizações em saúde, estão cada vez mais aderindo ao Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP), é o registro de toda assistência prestada a esse paciente, seja um ou mais atendimento. (Gonçalves *et al*, 2013).

A TI com seu desenvolvimento e inovação permite que a Rede de Atenção à Saúde (RAS), utilize essa ferramenta, e permite a integração dos dados dos sistemas a nível nacional e local, favorecendo a detecção de casos e gerenciamento a nível populacional. (OPAS,2021)

## Prontuário eletrônico do paciente

A história clínica é um documento único constituído por um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, eventos e situações relacionadas ao estado de saúde do paciente

e aos cuidados prestados, de caráter legal, confidencial e científico, que permite a comunicação entre os membros de uma equipe multidisciplinar. (Brasil,2002)

Com o avanço da tecnologia e da medicina, foi desenvolvido o PEP, que traz como vantagem melhores acessos, maior segurança e novos recursos para que sua implantação seja realizada por melhorar a qualidade dos cuidados de saúde do paciente através de uma melhor gestão recursos e aprimorar os processos administrativos e financeiros. As desvantagens incluem custo de implementação, tempo necessário para avaliar os resultados, possível falha operacional. (Dourado, 2019).

O Registro Eletrônico de Saúde (EHR – *Eletronic Health Record*), permite a análise transversal de dados de saúde de diferentes domínios, onde os serviços de saúde com tecnologia e recursos computacionais compatíveis. Os registros médicos eletrônicos podem agregar informações clínicas, administrativas e financeiras podendo ser personalizado de acordo com a demanda e a necessidade e perfil da instituição. (Meirelles *et al*,2020)

### *Rede de Atenção á Saúde e o PEP*

O registro de informações na área da saúde em formato eletrônico tem sido objeto de pesquisas, onde é importante para a saúde das pessoas. Uma vez que os cuidados prestados, estão documentados, organizados e o compartilhamento é adequado para gerenciar condições crônicas e agudas. (Albergaria et al, 2016)

No Brasil, o DATASUS vem com o objetivo de criar um cadastro único que permita a troca Informação entre os pontos da rede de atenção à saúde, facilitando a continuidade do atendimento do setor público e privado por meio da interoperabilidade de sistemas diferentes de informações de saúde utilizadas no país. (Brasil, 2019)

O objetivo das RAS, é garantir uma atenção e assistência contínua e integrada para a população. Onde sua estrutura organizacional é necessária para garantir a efetividade da qualidade da assistência prestada. (Goncalves *et al*,2013)

Para Avila (2021), o PEP na RAS e toda rede de saúde traz melhoria no processo de cuidar, comunicação entre os profissional de diversas áreas, integração dos dados para análises clínicas, realização de estudos e comparações de resultados. Saindo do tradicional prontuário de papel e aderindo à evolução tecnológica.

## Resultados

Foram incluídos artigos completos, publicados na língua portuguesa, a partir do ano de 2013 até 2023 (Prontuário Eletrônico do Paciente, Gerenciamento da Saúde, Rede de Atenção à Saúde).

Foram excluídos os trabalhos duplicados, os quais não respondiam a problemática da pesquisa, os estudos na língua Inglesa, espanhola e francesa e estudos publicados anteriormente ao ano 2013. Foram analisadas quatro categorias dos artigos: título, ano de publicação e periódicos indexados, autor, e objetivo do estudo incluso. Sendo assim, nas bases de dados da BVS foram encontrados 07 artigos e 02 artigos compartilhados nos materiais no portal da Must.

Figura 1 - Fluxograma de captação dos artigos selecionados



Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 1 - Caracterização dos estudos inclusos nesta revisão de literatura conforme plataforma pesquisada

Base de dados	Quantidade
Biblioteca Virtual de Saúde (BVS)	07
Materiais disponibilizado Must	02
Total de artigos elegíveis	09

Quadro 1 - Caracterização dos artigos selecionados inclusos nesta revisão de literatura

Título	Autores	Ano	Base/ Periódico	Objetivo
AUTENTICIDADE E PRESERVAÇÃO DE REGISTROS ELETRÔNICOS EM SAÚDE: PROPOSTA DE MODELAGEM DA CADEIA DE CUSTÓDIA DAS INFORMAÇÕES ORGÂNICAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	MEIRELLES.F.R.; CUNHA.P.A.J.E;	2020	Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde	Proposta de modelagem conceitual da cadeia de custódia para os Registros Eletrônicos em Saúde (RES).
PEP – Prontuário Eletrônico do Paciente	DOURADO.P; LIMA.A	2022	Secretaria de Estado de Saúde	Descrever o PEP.
A COVID-19 E O PAPEL DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DAS TECNOLOGIAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA	BRASIL	2021	Sistemas de Informação para a Saúde da OPAS	Papel prioritário dos sistemas de informação para apoiar, em suas funções, a atenção primária à saúde
XIMEHR - MODELO DE INTERFACE EXTENSÍVEL PARA SISTEMAS DE REGISTRO ELETRÔNICO DE SAÚDE BASEADOS NA ISO 13606	ALBERGARIA.E.; <i>Et al.</i>	2016	RECIIS – Rev. Eletron Comun Inf Inov Saúde	Propor um modelo de interface extensível (XIMEHR) para sistemas de registro eletrônico de saúde, baseados nos padrões da norma ISO 13606.

DIFUSÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO EM EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	AVILA.S.G.; <i>Et al.</i>	2021	REME.Rev Min Enferm	Analisar a difusão do prontuário eletrônico do cidadão em equipes de saúde da família
INTEGRAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS NACIONAIS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE: O CASO DO E-SUS ATENÇÃO BÁSICA	NETO C.C.G.; <i>Et al.</i>	2021	Rev Saude Publica	Medir o grau de integração do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) da Estratégia e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB) com outros Sistemas Nacionais de Informação em Saúde
PRONTUÁRIO ELETRÔNICO: UMA FERRAMENTA QUE PODE CONTRIBUIR PARA A INTEGRAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE	GONÇALVES.P.P.J.; <i>Et al.</i>	2013	Saúde em Debate	Investigar a existência e a acessibilidade ao prontuário eletrônico na atenção primária à saúde

Fonte: Próprio autor

## Considerações finais

Diante do estudo realizado, evidenciou a importância do PEP em todas as organizações de Saúde, enfatizando a RAS a fim de facilitar, otimizar e manter todas as informações, dados clínicos, exames realizados, condutas tomadas, durante o atendimento do paciente. E podendo analisar a nível nacional e realizar o gerenciamento populacional de doenças crônicas para detecção em tempo hábil a fim de planejamento e intervenção.

## Referências

Montenegro, I. C.; Brito, M. J. M.; Calcante, R. B.; Caram, C. S.; Cunha, G. A. M. (2013) Sistema de informação como instrumento de gestão: perspectivas e desafios em um hospital filantrópico. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/lil-683534>. Acessado em 20 de janeiro de 2023

Gonçalves, J.P.P.; Batista, L.R.; Carvalho, L.M.; Oliveira, M.P.; Moreira, K.S.; Leite, M.T.S. (2013) Prontuário Eletrônico: uma ferramenta que pode contribuir para a integração das Redes de Atenção à Saúde. Disponível em <https://doaj.org/article/482ae55f7a954b73b6619975ea04c50b> acessado em 20 de janeiro de 2023.

OPAS (2021) A covid-19 e o papel dos sistemas de informação e das tecnologias na atenção primária.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). Resolução nº 1.638 de julho de 2002. Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde. Brasília: Diário Oficial União, 9 ago. 2002. p. 184-185.

Dourado, P. Lima, A. 2020 PEP – Prontuário Eletrônico do Paciente. Secretaria de Estado de Saúde.

Meirelles, F.R. Cunha, P.A.J.F. (2020). Autenticidade e preservação de registros eletrônicos em saúde: proposta de modelagem da cadeia de custódia das informações orgânicas do sistema único de saúde. Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde.

Albergaria.E.; *Et al.* (2020). Ximehr - modelo de interface extensível para sistemas de registro eletrônico de saúde baseados na iso 13606. Recis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde.



# ESTUDO SOBRE O CASO ITABERLI LOZANO: PERSPECTIVAS SOBRE HOMOFOBIA NO BRASIL

*ITABERLI LOZANO CASE STUDY: PERSPECTIVES ON  
HOMOPHOBIA IN BRAZIL*

**Danyelle dos Santos Vito**

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil

**Silvia Rafaela Demétrio Costa**

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil

**Douglas Verbicaro Soares**

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil

**Resumo:** O presente artigo se propôs a estudar o caso do jovem homossexual Itaberli Lozano, de 17 anos, fato que ocorreu em 2016, que foi assassinado a facadas pela própria mãe, numa emboscada por ela arquitetada e realizada com a ajuda de mais três pessoas, e depois teve seu corpo queimado em um canavial. O relacionamento dos dois era conturbado e repleto de ofensas homofóbicas ao filho, o que eventualmente culminou na sua morte, trazendo reflexões sobre a presença da homofobia e seu impacto na vida da comunidade LGBTQIAP+. Assim, este estudo foca em comprovar que o caso em tela se trata de crime de ódio motivado pela homofobia. A metodologia utilizada foi estruturada a partir da análise bibliográfica e documental, tendo como procedimento para a construção dos dados, a seleção de trechos dos documentos jurídicos e reportagens do processo criminal, acerca do julgamento e condenação dos réus, que possam ser encontrados na internet. Dentre os resultados, concluiu-se que o homicídio de Itaberli foi incitado pela homofobia e, deduz-se que o reconhecimento do crime de ódio contra as pessoas LGBTQTs é devido, e urgente, devendo o Estado adotar medidas e políticas de enfrentamento à violência contra a comunidade LGBTQIAP+.

**Palavras-Chave:** Crimes de ódio. Homofobia. Criminalização. Violência.

**Abstract:** This article aimed to study the case of the young homosexual Itaberli Lozano, 17 years old, a fact that occurred in 2016, who was stabbed to death by his own mother, in an ambush by her architected and carried out with the help of three other people, and then had his body burned in a sugarcane plantation. Their relationship was troubled and fraught with homophobic offenses to their son, which eventually culminated in his death, bringing reflections on the presence of homophobia and its impact on the life of the LGBTQIAP+ community. Thus, this study focuses on proving that the case on screen is a hate crime motivated by homophobia. The methodology used was structured from the bibliographic and documentary analysis, having as procedure for the construction of the data, the selection of excerpts of the legal documents and reports of the criminal process, about the trial and conviction of the defendants, which can be found on the Internet. Among the results, it was concluded that the murder of Itaberli was incited by homophobia, and it is inferred that the recognition of hate crime against LGBT people is due, and urgent, and the State should adopt measures and policies to combat violence against the LGBTQIAP+ community.

**Keywords:** Hate crimes. Homophobia. Criminalization. Violence.

## Introdução

A presente investigação alude acerca do Caso Itaberli, no qual Itaberli Lozano, de 17 anos, que teve sua vida ceifada em mais um dos inúmeros casos de homofobia no Brasil. Itaberli Lozano foi morto por golpes de arma branca pela própria mãe, ao ser atraído até a casa dela com o pretexto que se acertariam diante dos desentendimentos familiares que enfrentavam.

Apesar de não ter sido julgado como um crime de homofobia, diversos dos relatos de familiares bem como indícios apresentados pelo Ministério Público indicam que a motivação do crime foi o jovem ter-se assumido homossexual, fato que a mãe não aceitava. Por essa razão, antes do crime extremamente violento, Tatiana já havia expulsado Itaberli de sua casa, e este passou a morar com a avó que o acolheu.

De acordo com a Agência Brasil (2022), em dados atuais coletados pelo Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais etc.) no Brasil, o

número de mortes de pessoas dessa comunidade subiu 33,3% no último ano, dos quais mais de 80% dos casos representam homicídio. Diante disso, evidencia-se a necessidade de debate e ênfase no atentado contra pessoas dessa comunidade em razão de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.

O presente estudo foi desenvolvido a partir de metodologia dedutiva, onde foram exploradas matérias jornalísticas, doutrina, material legal e jurisprudencial para a compreensão acerca do caso. Em razão do sigilo em torno das peças processuais do Caso Itaberli, as informações colhidas para a presente investigação foram as disponibilizadas pela mídia.

O trabalho, com o objetivo de levantar questionamentos em torno do Caso Itaberli, foi dividido em três partes. O primeiro tópico, inicialmente, preocupa-se em dispor sobre o que trata o processo, bem como elucidar acerca do ocorrido na cena do crime, e reconhecer os responsáveis e suas supostas motivações para o ato.

Enquanto isso, a segunda parte discorre acerca dos elementos favoráveis para o ajuizamento do processo, discorrendo sobre o posicionamento do Ministério Público para o oferecimento da denúncia e a tese sustentada ao longo do processo. Por fim, o terceiro tópico discorre acerca dos elementos contrários ao ajuizamento da ação, levantando a relevância da antagônia e seu posicionamento em defesa dos réus do caso.

## **Caso Itaberli Lozano: o que ocorreu?**

Ocorrido em 2016, o assassinato do jovem Itaberli ganhou repercussão nacional, sendo coberto por toda a mídia ao redor do país. Cabe registrar aqui, entretanto, a escassez de fontes processuais em relação ao caso que, apesar da notoriedade alcançada, teve as peças mantidas sob sigilo judicial por se tratar de caso criminal hediondo contra menor de idade. Por essa razão, a maior parte das informações disponíveis provém de documentários, bem como coberturas jornalísticas do caso. Portanto, o levantamento para a presente pesquisa foi realizado através de informações públicas disponíveis em revistas, artigos, jornais e na internet.

Conforme Wagner Simões, advogado, assistente de acusação do caso, em entrevista à Plataforma Investigação Criminal (YOUTUBE, 2022), o Caso Itaberli Lozano foi um assassinato brutal causado por Tatiana Lozano, a própria mãe da vítima, em razão da não aceitação de sua homossexualidade.

Após se assumir gay, a mãe de Itaberli o expulsou de casa, e o adolescente passou a morar na casa de sua avó (VEJA, 2019). Dois dias antes de sua morte, de acordo com o Portal G1 (G1, 2017a), o jovem havia feito uma postagem através de uma rede social já relatando agressões físicas por parte da própria mãe, e que esta teria colocado rapazes para persegui-lo e agredi-lo. Por essa razão, tinha fugido para casa de amigos para fugir das ameaças:



Fonte: G1, 2017.

Dois dias depois da publicação, no dia 26 de dezembro de 2016, Itaberli Lozano foi atraído pela mãe até sua casa, com o pretexto de que conversariam. Diante da delicada relação entre os dois, Itaberli aceitou, na esperança de que pudessem resolver o conflito. Contudo, o convite na realidade era uma emboscada. A tese sustentada pelo Ministério Público (TJSP, 2017) foi de que, chegando lá, o jovem passou a ser violentamente agredido por dois rapazes contratados por sua mãe, com socos e pontapés.

Ainda com vida, mas muito ferido, Tatiana desferiu três golpes de faca na lateral de seu pescoço, matando o próprio filho. De acordo com a plataforma Veja (2019), Tatiana só notificou a polícia acerca do desaparecimento do filho após 8 dias de desaparecimento. Contudo,

somente no 10º dia após o crime o corpo foi encontrado carbonizado em um canalial, sendo necessária perícia específica para a identificação. Uma pulseira de Itaberli (G1, 2017b) foi encontrada no local do crime e, por ter recentemente apontado como desaparecido, levantou suspeitas de que o corpo era do jovem.

No dia 11 de janeiro de 2017, de acordo com G1 (2017b), Tatiana confessou o crime aos policiais que investigavam o caso. Contudo, manipulou a verdade a seu favor. Em primeiro depoimento, “Tatiana afirmou que o filho dela com o atual marido, um menino de 4 anos, teria sido ameaçado por Itaberli e disse que os problemas na família teriam aumentado após o jovem morto ter começado a se envolver com drogas” (G1, 2017b).

Ainda em depoimento, Tatiana afirmou que o padrasto de Itaberli, Alex Canteli Pereira, estava dormindo no momento do crime e não presenciou. Contudo, a polícia desconfiou da versão uma vez que a casa era muito pequena, impossibilitando haver uma luta corporal e o homem ter permanecido dormindo.

Tatiana alegou que discutiu com seu filho dentro de casa e o esfaqueou, sem ajuda. De acordo com ela, o marido ajudou com a ocultação de cadáver, quando ambos levaram e queimaram o corpo em um canalial (G1, 2017a). Inicialmente, ambos foram presos temporariamente por 30 dias, e o advogado pediu habeas corpus alegando “legítima defesa de Tatiana e estado de violenta emoção do casal” (G1, 2017b).

Em segundo depoimento, no dia 13 de janeiro de 2017, Tatiana entrou em contradição. Em novo depoimento, a mãe de Itaberli alegou que “o adolescente foi morto por três jovens com quem tinha desavenças. Ela, no entanto, não soube identificar os suspeitos” (G1, 2017c). Claramente na intenção de se esquivar da responsabilidade, Tatiana, após ter confessado o crime juntamente ao seu marido, atribuiu o crime a outras três pessoas, alegando não estar no local.

Após o avanço das investigações, a Polícia Civil constatou que dois rapazes tinham, a mando da mãe de Itaberli, espancado o jovem e o enforcado, enquanto a mãe foi responsável por desferir as facadas (G1, 2017a). De acordo com o levantado pela polícia, contactou-se que “os jovens, na verdade, foram aliciados por Tatiana para ‘darem um corretivo’ no adolescente, com quem tinham desentendimentos, e que o assassinato ocorreu durante a açã” (G1, 2019).

Ambos os jovens, em depoimento, relataram que Tatiana os

procurou por não suportar mais o convívio com o filho:

“Ela disse que ele era muito arredio, dava muito problema em casa, o que tinha nos ditos antes. Então, ela queria fazer isso, mas que sozinha não daria conta. Eles disseram, para se defender, que não concordaram com a proposta de dar fim à vida da vítima, mas que pretendiam dar uma surra, um corretivo para ver se ele pegava medo”, contou. [...] Os jovens dizem que se esconderam na residência para abordar o rapaz. Neste ponto, o delegado diz que há divergências. Um dos rapazes confessou ter espancado Itaberli para assustá-lo, enquanto o outro diz que apenas conversou com ele. No entanto, uma testemunha da polícia afirma que ambos espancaram e enforcaram o menino. Em seguida, a mãe pegou uma faca e atacou o próprio filho. Os rapazes fugiram em um automóvel e, momentos depois, a mãe e o padrasto atearam fogo no corpo da vítima (G1, 2017d).

Nesse ponto das investigações, a polícia acreditou ter fechado os procedimentos em relação à autoria e participação de cada um dos envolvidos. De acordo com o site jornalístico G1 (2019), Victor e Miller, comparsas contratados por Tatiana, respondem por homicídio triplamente qualificado.

Ao longo do julgamento, o Ministério Público sustentou a tese de que o crime havia sido motivado por homofobia, em razão da crueldade envolvida, e o conflito ser voltado para a não aceitação da homossexualidade do jovem. Enquanto isso, em depoimento, Tatiana sempre negou a homofobia, mas levantou que ‘não aguentava mais ele’ (VEJA, 2019) porque o filho levava homens para casa e usava drogas.

Julgados pelo Tribunal do Júri, no ano de 2019, Tatiana Lozano Pereira foi condenada a 25 anos e 8 meses de prisão em regime fechado. Já Victor Roberto da Silva e Miller da Silva Barissa, cúmplices do homicídio, foram condenados, cada um, a 21 anos e 8 meses de reclusão.

De acordo com a plataforma Veja (2019), alegando conflito de interesses, o advogado que também defendia Tatiana abandonou o processo do padrasto de Alex Canteli Pereira, que respondia pela ocultação de cadáver, e por isso seu julgamento foi suspenso. Até o momento, não foram encontradas novas notícias sobre o julgamento do padrasto.

## **Aspectos favoráveis para o ajuizamento da ação e os argumentos da acusação**

Itaberli Lozano, diante do violento ocorrido, entrou para as estatísticas das milhares de vítimas de homofobia. Pereira, em sua obra acerca da Política Nacional de Saúde LGBT (2022), traz à evidência o ocorrido juntamente a outros casos em que, em razão da discriminação, jovens tiveram suas vidas interrompidas:

Itaberli Lozano, Dandara dos Santos, são nomes de pessoas que viveram em sociedade, mas a sociedade não soube como conviver com eles, bem como com outros tantos LGBT's que são mortos todos os dias. Mortos de forma brutal, tiveram suas vidas ceifadas por familiares, sociedade e até a própria mãe. Tiveram seus corpos outrora em perfeito funcionamento, cruelmente dilacerados e queimados. Representam, após mortos, uma face que a sociedade brasileira tenta esconder: que o Brasil ainda não é o país da diversidade, da inclusão, dos direitos sexuais e da liberdade das pessoas serem quem realmente são.

De acordo com o Jornal EXTRA (2022), o Brasil teve 300 mortes violentas de pessoas LGBTQIAP+ no ano de 2021. Os dados alarmantes retratam a violência sofrida por essa comunidade em razão do preconceito e intolerância. No caso de Itaberli Lozano, a agressora vivia em coabitação com a vítima, sendo sua própria mãe. Em um crime de ódio, o jovem teve sua vida interrompida por não ter sua orientação sexual aceita.

A Plataforma online Investigação Criminal (YOUTUBE, 2022) foi responsável por elaborar um documentário relatando, em linha do tempo, os ocorridos no Caso Itaberli Lozano. Com a presença de profissionais da área de perícia e operadores do Direito, o programa aborda a crueldade em torno do assassinato cruel de Itaberli Lozano, e a motivação da homofobia para a concretude desse crime de ódio.

Carlos de Faria, psicólogo, relata o perigo de uma projeção narcisista e egóica dos pais em relação aos filhos que, ao não atenderem suas expectativas ou vontades (YOUTUBE, 2022). Ao se tratar da homofobia, no caso, a discriminação e o preconceito são causas de uma revolta ainda maior para mãe que não aceitava a orientação sexual do filho.

O psicólogo, inclusive, faz contundente apontamento de que os atritos familiares entre Itaberli e Tatiana indicam ter ocorrido com maior intensidade após a perda do pai, que ocorreu cerca de 3 anos antes do assassinato do jovem. Nesse sentido, o psicólogo indica a possibilidade da

maior revolta da mãe que demonstrava ser mais intolerante em relação à sexualidade do filho após a perda do pai, que acolhia e defendia Itaberli.

Conforme noticiado (G1, 2017d), Tatiana alegou ter contratado os rapazes para apenas dar “um susto” em Itaberli. Expressões como essa evidenciam a violência em torno da homofobia, e comumente são normalizadas pelas sociedades, demonstrando a intolerância que ainda permeia atualmente. Contudo, evidencia o preconceito da mãe em relação à sexualidade do filho, à medida que demonstrou acreditar que a agressão física o impediria de expressar sua orientação sexual.

Wagner Simões (YOUTUBE, 2022) afirmou em entrevista que, inicialmente, a polícia se recusou a aceitar a tese da participação de Tatiana no crime. O trabalho investigativo, nesse sentido, parece ter sido influenciado pela crença natural de que uma mãe não mataria um filho, e isso por um certo tempo a manteve fora dos suspeitos. Somente a partir da perícia, que desempenha um trabalho técnico, foi possível colocá-la na cena do crime.

Apesar da negativa da polícia de que o crime teria sido motivado por homofobia, a todo tempo foi questionada pela promotoria. Evidências como a postagem em rede social realizada pela vítima somente dois dias antes do crime, onde alegou, com imagens, ter sido agredido pela própria mãe sob a justificativa de ser homossexual, apontam diretamente o conflito vivenciado por ambos, e a maneira violenta com que a mãe se posicionava.

Dentre as qualificadoras, a promotoria responsável pelo caso elencou a traição, uma vez que a violência surgiu de forma não esperada por alguém que era de confiança da vítima; impossibilidade de defesa da vítima, que foi surpreendida e, por fim, a crueldade do meio empregado. Para o Ministério Público, os depoimentos colhidos sempre giraram em torno de a mãe ter agido contra o filho em razão da homossexualidade (G1, 2017a).

O tio paterno da vítima, Dario Rosa, em depoimento, relatou a convivência conflituosa entre filho e mãe, por não ter sua orientação sexual aceita:

“A mãe dele não aceitava e a gente já desconfiava, porque ela não quis prestar queixa. Acho que a mãe tem que cuidar do filho e não fazer o que ela fez. Ele era um rapaz que trabalhava, era educado, era um menino, mas estava na fase de trabalhador”, disse Dario Rosa. Tio paterno da vítima, Dario Rosa contou que o adolescente discutia muito com a mãe e, por esse motivo, decidiu ir morar com

ele e a avó paterna, em 27 de dezembro do ano passado. Para Rosa, o crime foi motivado pelo fato de o jovem ser homossexual. Ainda segundo Rosa, o adolescente ficou na casa da avó até a noite de 29 de dezembro, quando voltou para casa após receber uma ligação da mãe no celular. A partir daí, Lozano não foi mais visto pelos familiares. “Chegou um carro em casa, ele entrou e saíram. Depois disso, minha mãe foi até a casa dele e perguntou. A mãe [Tatiana] disse que não sabia e falou que ele poderia estar morando na casa de algum amigo, tentando desviar a investigação”, contou o tio (G1, 2017e).

Diante disso, é incontestável que a real motivação de Tatiana tenha sido a discriminação em razão de Itaberli ter se assumido homossexual, uma vez que nunca foram encontradas evidências de que o jovem estivesse se envolvendo com drogas ilícitas, como acusado pela mãe como razão dos desentendimentos.

## **Argumentos em defesa dos réus**

Como já exposto neste estudo, Itaberli Lozano foi morto pela própria mãe TATIANA FERREIRA LOZANO PEREIRA, com a participação de três comparsas, entre eles o seu padrasto, contratados pela genitora para espancar o adolescente, que na sequência o esfaqueou e, com a ajuda do marido tentou ocultar o corpo, utilizando fogo. Neste tópico, será apresentado os argumentos alegados pela defesa dos réus, na tentativa de inocentar ou reduzir a condenação dos acusados.

De início, Tatiana Lozano negou que a motivação por trás do assassinamento seria homofobia e sim que possuía um relacionamento difícil com o filho, alega que ele havia ameaçado ela de morte porque seria usuário de drogas, além disso, não aceitava que Itaberli levasse homens para a residência da família, o que causava os desentendimentos:

A mãe afirmou à polícia que o relacionamento com o filho sempre foi “muito conturbado” e que a incomodava principalmente a atitude dele de usar cocaína dentro de casa e “levar outros homens com quem mantinha relações”. À polícia ela disse que a vítima não se incomodava com as suas objeções, pois dizia que “quem mandava lá era ele” (VEJA, 2017).

Entretanto, amigos e familiares do menor afirmaram que Itaberli não fazia uso de nenhum tipo de droga, ainda assim, o padrasto e réu no crime, apenas informou à polícia que o viu usando maconha, e não soube

indicar que Itaberli usava outros tipos de entorpecentes (VEJA, 2017).

Em novo depoimento à Polícia Civil, Tatiana muda sua versão dos fatos e aponta os comparsas como autores do crime e que “o adolescente foi morto por três jovens com quem tinha desavenças (G1, 2019)”.

Nos termos do processo jurídico, a defesa de Tatiana Lozano, constituída principalmente pelo advogado Hamilton Paulino Pereira Junior, inicialmente usou como argumento que as provas constituídas contra Tatiana eram frágeis. Em pedido de *habeas corpus*, a defesa alegava que a mãe agiu em legítima defesa, em razão da suposta ameaça do filho:

O advogado Fabiano Ravagnani Junior disse que pediu à Justiça a liberdade provisória do casal. A defesa também estuda ingressar com pedido de *habeas corpus*, alegando legítima defesa - a tese é de que a mãe tentou se defender do filho, ao ser ameaçada por ele, e acabou esfaqueando o jovem. [...] A mãe agiu pela emoção e em legítima defesa, ao ser ameaçada de morte pelo filho. Ainda segundo o advogado, o adolescente havia agredido Tatiana outras vezes (G1, 2017).

No mesmo sentido, o delegado responsável pelo inquérito policial do caso, Helton Testi Renz, descartou a possibilidade de se tratar de um crime de homofobia, porém, ainda assim, diz não haver registros formais de violência:

“Eu descarto qualquer coisa sobre a orientação sexual dele. A gente sabe que ele não tinha um bom relacionamento, principalmente com a mãe, e que acabou culminando no crime. Mas, esse desentendimento deles não era por homofobia.” [...] Entretanto, o delegado Helton Testi Renz nega que o adolescente fosse violento, e ainda que tivesse antecedentes criminais, como afirmou o advogado do casal. “Não temos registro formal de agressão ou de briga, seja com família ou com qualquer outra pessoa”, ressaltou (G1, 2017).

Em recurso, Tatiana alega, em preliminar, nulidade em razão da mudança dos quesitos já na sala secreta, e solicitou a realização de novo julgamento. No mérito, pugnou pela absolvição quanto ao delito de corrupção de menores e a fixação da pena-base no mínimo (TJSP, 2020).

Em relação aos outros dois acusados, VICTOR ROBERTO DA SILVA e MILLER DA SILVA BARISSA, o advogado, Flávio Tiepelo, usou como argumento a fragilidade das provas contra eles para pedir a soltura preventiva. Além disso, a defesa de ambos afirmou que eles foram contratados por Tatiana para “dar uma lição” no menor, e que não mataram o adolescente (TRIBUNA, 2019).

Em pedido de recurso, Miller e Victor alegaram:

Miller e Victor pedem, em preliminar, o direito de recorrer em liberdade e a nulidade do julgamento em razão do fato de que o i. promotor de justiça falava muito baixo, prejudicando o direito de defesa, e que os quesitos foram formulados de modo a prejudicar os apelantes. No mérito, alegam insuficiência de provas (TJSP, 2020).

Em julgamento, o Relator Francisco Bruno votou pela rejeição das preliminares e, no mérito, negou provimento ao recurso de Tatiana Ferreira Lozano Pereira e provê em parte os de Miller da Silva Barissa e Victor Roberto da Silva, para diminuir-lhes a pena para o total de dezesseis anos e quatro meses de reclusão.

O Relator pontua que, em relação a Tatiana, o pedido para recorrer em liberdade deveria ser formulado em habeas corpus e não no corpo das razões de apelação. Em relação aos argumentos utilizados pela defesa da ré, o Relator e o Promotor de Justiça concordam que não foram colocadas na ata sobre o inconformismo da defesa e, sobre a tese da inexistência de dolo de matar. Em seguida, o Relator argumenta em relação ao fato de que o “promotor de justiça estava falando baixo”, dizendo que não houve comprovação da má comunicação, haja vista, também não constou na ata do julgamento (TJSP, 2020).

Quanto ao mérito, o Relator Francisco Bruno delibera que, o pedido de absolvição de Tatiana quanto ao delito de corrupção de menores, por falta de provas, não pode ser atendido:

[...] Se a decisão fosse frontalmente contrária à prova dos autos, seria o caso de anular o julgamento; porém, não só não o é como, na verdade (tendo em vista a natureza formal do crime), a absolvição, sim, configuraria causa de nulidade (TJSP, 2020).

Em relação às penas, o relator concorda com as bases fixadas para Tatiana, logo que esta foi a idealizadora do delito, concordando com a pena definitiva em dezesseis anos e quatro meses de reclusão, sendo o regime inicial fechado obrigatório. No que se refere à pena de Miller da Silva Barissa e Victor Roberto da Silva, votou pela redução ao total de dezesseis anos e quatro meses de reclusão, excluindo-os da penalidade pelo crime de ocultação de cadáver (TJSP, 2020).

No tocante ao corréu Alex Canteli Pereira, padrasto da vítima, teve o feito desmembrado quanto aos outros réus, pronunciado apenas pelo crime de ocultação de cadáver. Não há informações disponíveis suficientes sobre os argumentos apresentados pela defesa de Alex, nem sobre a

resolução do julgamento e penas aplicadas.

Com base no exposto dentro deste tópico, os grupos LGBTs, do ponto de vista da conquista histórica de direitos humanos, objetivam a criminalização da homofobia e outros crimes cometidos em razão da homofobia. O movimento LGBTQIAP+ expõe a violência e, sobretudo, as mortes de pessoas LGBTs como parte das estratégias políticas, visando, através dessas exposições, legitimar a permanência e a necessidade de mais políticas voltadas para esse público e o reconhecimento para as vulnerabilidades dos mesmos. As narrativas de violência, consubstanciadas pelas imagens de brutalidade, fazem-se presentes no cotidiano dos ativistas.

Dessa forma, a criminalização da homofobia e transfobia através da ação direta de inconstitucionalidade por omissão n. 26, foi uma declaração da ordem jurídica de que a discriminação em função da orientação sexual não pode ser tolerada e que a liberdade sexual constitui bem jurídico essencial:

A ADO [...] com o objetivo de que se criminalizasse especificamente as condutas de homofobia e transfobia em todas as suas formas, sejam elas ofensas, homicídios, agressões, além daquelas discriminações que são movidas pela orientação sexual e identidade de gênero. Os argumentos utilizados foram o mandado de criminalização do racismo, previsto na Constituição Federal de 88 e as discriminações que atentam contra as liberdades fundamentais, também previstas na Carta Maior. A ideia é a de que a homofobia e a transfobia são espécies do gênero racismo, sendo que elas implicam, necessariamente, no rebaixamento da população LGBT. A petição que deu origem à ação direta de inconstitucionalidade por omissão n. 26/DF narra que todas as formas de homofobia e transfobia devem ser punidas com o mesmo rigor atualmente usado na Lei do Racismo, sob pena de hierarquizar o sofrimento dos preconceitos (ABRAÃO, 2019).

Diante do apresentado, o STF julga procedente a criminalização da homofobia, afirmando que, enquanto o Congresso Nacional não se manifestar sobre a edição de uma lei específica para as condutas homofóbicas e transfóbicas, esse comportamento irá se enquadrar no crime previsto na Lei de racismo.

A mudança representa a legitimação de uma série de demandas dos movimentos homossexuais. A positivação dos direitos LGBTQIAP+ numa lei criminalizadora da discriminação de cunho homofóbico oficializaria o compromisso do Estado e da ordem jurídica brasileira na defesa da liberdade sexual.

Dentro disso, Carvalho (2014) conceitua crime homofóbico como quaisquer comportamentos ofensivos que atinja pessoas fora do padrão heteronormativo:

[...] crime homofóbico como as condutas ofensivas a bens jurídicos penalmente protegidos motivadas pelo preconceito ou pela discriminação contra pessoas que não aderem ao padrão heteronormativo. Significa dizer que, em tese, qualquer conduta prevista em lei como delito poderia ser adequada ao conceito de crime homofóbico desde que resultado da expressão (motivação) de um preconceito ou discriminação de orientação sexual – por exemplo, homicídios, lesões corporais, injúrias, constrangimentos, estupro.

Nessa perspectiva, importa citar o Projeto de Lei nº 7292/17, também conhecido como Lei Dandara dos Santos, que define o LGBTcídio como homicídio cometido contra homossexuais e transexuais por conta de sexualidade e identidade de gênero que assumem.

O crime de homicídio qualificado é punido com pena maior, de reclusão de 12 a 30 anos, enquanto no caso do homicídio simples a pena é de reclusão de seis a 20 anos. Ao ser classificado como crime hediondo, o LGBTcídio passa a ser insuscetível de anistia, graça e indulto; e de fiança e liberdade provisória. Além disso, a pena passa a ter de ser cumprida integralmente em regime fechado, dessa forma, o Projeto de Lei Dandara objetiva acrescentar o LGBTcídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o LGBTcídio no rol dos crimes hediondos (ANTUNES, 2021).

## **Considerações finais**

No decorrer do presente artigo, procurou-se demonstrar uma análise do processo penal do Caso Itaberli, no qual Itaberli Lozano, de 17 anos, que foi assassinado em razão da homofobia de sua própria genitora. Itaberli Lozano foi morto por golpes de arma branca pela própria mãe, com a ajuda de mais três pessoas, que ajudaram a atrair a vítima, efetuar o crime e ocultar o corpo.

Apesar da devida condenação dos réus pelos crimes cometidos, o caso não foi como um crime de homofobia, apesar das diversas provas e relatos, tanto da família como amigos, que a relação conturbada entre mãe e filho, se dava, principalmente, após Itaberli ter-se assumido homossexual,

e a mãe não aceitava, o que resultou no crime extremamente violento.

O Caso Itaberli é, infelizmente, um perfeito exemplo da ligação da homofobia e o discurso de ódio com crimes extremamente violentos. Para Roberto Efreim (2016):

A brutalização dos sujeitos se correlaciona à brutalização dos corpos. Na classificação de um determinado crime como homofóbico, a intensidade com que a violência é empregada e as marcas produzidas nos corpos das vítimas preenchem alguns dos critérios classificatórios utilizados pelo Movimento LGBT. O grau de violência, portanto, dimensiona a qualificação do crime e autoriza, em muitas ocasiões, a reivindicação das mortes pelo Movimento. [...] A cabeça esmagada, as dezenas de facadas e o estrangulamento compõem o excesso, o inexplicável, e comprovam, de forma cabal, a ocorrência da homofobia.

Como já citado, o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, e a violência (física, moral e social) é uma constante contra a comunidade LGBTQIAP+. Sabe-se que a homossexualidade trilhou um longo caminho até chegar ao seu atual nível de aceitação social e organização política, apesar de que ainda há uma luta longe de ser vencida contra a homofobia, que é um problema grave e necessita de medidas institucionais para seu enfrentamento.

Embora o poder público tenha criado medidas para o combate à discriminação homofóbica, entre eles, a criminalização da homofobia (com a Lei 7.716/1989, alterada em decisão do STF no ano de 2019), estes têm se apresentado de forma insuficiente, o que pode ser visto no crescente número de casos de homofobia veiculados pela mídia, o que torna, portanto, indispensável a tipificação de mais condutas criminosas motivadas pela homofobia.

## Referências

ABRAÃO, Fernanda. RODRIGUES, Lara. *A criminalização da homofobia perante a luz do Supremo Tribunal Federal*. *Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior*, v. 11, n. 2, p. 15-15, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/183/183>>. Acesso em 27 out. 2022.

AGÊNCIA BRASIL. 2022. *Número de mortes violentas de pessoas LGBTI+ subiu 33,3% em um ano*. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com>>.

br/direitos-humanos/noticia/2022-05/numero-de-mortes-violentas-de-pessoas-lgbti-subiu-333-em-um-ano>. Acesso em: 15 out. 2022.

ANTUNES, Denise. *Violência e exclusão da comunidade lgbtqia+ (dificuldade de levantamento de dados, projetos de lei, políticas públicas e descaso)*. Ano 7 (2021), nº 6, 513-536. Disponível em: <[https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2021/6/2021\\_06\\_0513\\_0536.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2021/6/2021_06_0513_0536.pdf)>. Acesso em 27 out. 2022.

CARVALHO, Salo de. *Sobre a criminalização da homofobia: perspectivas desde a criminologia queer*. O direito da sociedade: anuário, vol.1. 2014 p. 257- 282. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/books/article/download/2090/1309#page=257>> Acesso em 27 out. 2022

CORREIO BRAZILIENSE. *Mãe que matou o filho por homofobia é condenada a 25 anos de prisão*. 2019. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/11/28/interna-brasil,809957/mae-que-matou-o-filho-por-homofobia-e-condenada-a-25-anos-de-prisao.shtml>>. Acesso em: 14 out. 2022.

EFREM, Roberto. *Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT*. cadernos pagu, p. 311-340, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/3Lg83YcW5D6ZVdt5KFr4q/abstract/?lang=pt>> Acesso em 24 out. 2022.

EXTRA. *Brasil teve 300 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2021, aponta relatório*. 2022. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/brasil-teve-300-mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-em-2021-aponta-relatorio-rv1-1-25411201.html>>. Acesso em: 29 set. 2022.

G1. *Em post, jovem disse antes de morrer que foi agredido pela mãe por ser gay*. 2017a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2017/01/em-post-jovem-disse-antes-de-morrer-que-foi-agredido-pela-mae-por-ser-gay.html>>. Acesso em: 12 out. 2022

G1. *Suspeitos de matar jovem e queimar corpo, mãe e padrasto são presos*. 2017b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2017/01/suspeitos-de-matar-jovem-e-queimar-corpo-mae-e-padrasto-sao-presos.html>>. Acesso em: 12 out. 2022.

G1. *Após confessar assassinato, mãe diz que três jovens mataram filho em SP*. 2017c Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2017/01/apos-confessar-assassinato-mae-diz-que-tres-jovens-mataram-filho-em-sp.html>>. Acesso em: 12 out. 2022

G1. *Em post, jovem disse antes de morrer que foi agredido pela mãe por ser gay*. 2017a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2017/01/em-post-jovem-disse-antes-de-morrer-que-foi-agredido-pela-mae-por-ser-gay.html>>. Acesso em: 12 out. 2022

G1. *Polícia prende jovens que podem ter ajudado mãe a matar o próprio filho*. 2017d. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2017/01/policia-prende-jovens-que-podem-ter-ajudado-mae-matar-o-proprio-filho.html>>. Acesso em: 15 out. 2022.

G1. *Tio de jovem morto em SP diz que mãe não aceitava homossexualidade*. 2017e. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2017/01/tio-de-jovem-morto-diz-que-mae-nao-aceitava-que-filho-fosse-homossexual.html>>. Acesso em: 15 out. 2022.

G1. *Mãe acusada de matar e queimar filho adolescente em Cravinhos, SP; vai a júri popular*. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/11/26/mae-acusada-de-matar-e-queimar-filho-adolescente-em-cravinhos-sp-vai-a-juri-popular.ghtml>>. Acesso em: 12 out. 2022

G1. *Julgamento de padrasto acusado de queimar corpo de adolescente é suspenso em Ribeirão Preto*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/11/27/julgamento-de-padrasto-acusado-de-queimar-adolescente-e-suspenso-em-ribeirao-preto.ghtml>> Acesso em 24 out. 2022.

PEREIRA, M. P; GRAUPE, M.E; DALL'IGNA, D. M. (2022). *Política Nacional de Saúde LGBT: relatos de profissionais da saúde e pessoas LGBT*. Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades, 8, pp: 1-14.

SOUZA, R. M. S; MACIEL JR. P. A; DEFENDI, E. L. *Ensaio sobre masculinidades na atualidade*. São Paulo: Editora EDUC, 2022.

TRIBUNA RIBEIRÃO. *Mãe vai a júri por morte do filho gay*. 2019. Disponível em: <<https://www.tribunaribeirao.com.br/site/mae-vai-a-juri-por-morte-do-filho-gay/>> Acesso em 24 out. 2022.

TJSP. *Processo nº 0000635-17.2017.8.26.0153*. Ação Penal de Competência do Júri. Homicídio Qualificado. Foro de Cravinhos. 1ª Vara. Juiz Luiz Claudio Sartorelli. 2017. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=4900010GF0000&processo.foro=153&processo.numero=0000635-17.2017.8.26.0153>>. Acesso em: 24 set. 2022.

TJSP. *Voto nº 36.330, Relator: Des. Francisco Bruno. 2020.* Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-sp/925422652/inteiro-teor-925422672>>. Acesso em 25 out. 2022.

VEJA, Abril. *'Não aguentava mais ele', afirma mãe que matou e queimou filho.* 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/nao-aguentava-mais-ele-afirma-mae-que-matou-e-queimou-filho/>> Acesso em 24 out. 2022.



# **VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL: ANÁLISE DO CASO DANDARA KETLELY DE VELASKES**

*GENDER VIOLENCE IN BRAZIL: ANALYSIS OF THE CASE  
DANDARA KETLELY DE VELASKES*

**Fylícia de Almeida Santos Castro**

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil

**Cleber Batalha Franklin**

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil

**Douglas Verbicaro Soares**

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil

**Resumo:** O presente artigo busca analisar o assassinato da travesti Dandara Ketlely de Velaskes, 42, ocorrido no dia 15 de fevereiro de 2017, em Fortaleza, Ceará. Evento que ficou conhecido na mídia por “caso Dandara dos Santos”. Com a finalidade de explorar as respostas estatais e o reconhecimento jurídico da mulher transgênero vítimas nos casos de feminicídio. Além disso, busca-se compreender a relação entre o Estado e os processos sociais e econômicos que constituem as vidas de travestis e mulheres transexuais como “vidas precárias”, culminando em um recorde mundial de violência letal contra estas no Brasil. O trabalho discute acerca do conceito de gênero, sexo e sexualidade afim de distinguir a aplicabilidade da qualificadora do feminicídio às essas vítimas e a infração do princípio da dignidade da pessoa humana. Pretende-se usar como base uma obra referência específica sobre o ocorrido, sendo o livro “O casulo Dandara”, da autora Vitória Holanda (2019), amiga de infância de Dandara. Seu livro apresenta a realização de uma biografia sensível e detalhada sobre Dandara e a amizade entre elas, contendo relevantes contribuições para o contexto do universo e sujeito de direito da pesquisa. A partir de toda a premissa da desenvoltura do presente artigo, pretende-se compreender o julgamento do caso através dos argumentos favoráveis e argumentos contrários. A presente pesquisa foi realizada através de metodologia exploratória bibliográfica, bem como coleta de dados correlatos a temática com desígnio explicativo e qualitativo, com escopo

nas mulheres transgêneros. Desta forma, pretende-se constatar a legitimidade da mulher transgênero em figurar como sujeito passivo através do crime que está tipificado no Art. 121 do Código Penal.

**Palavras-chave:** Femicídio; Mulher Transgênero; Dignidade da Pessoa Humana; Estado.

**Abstract:** This article seeks to analyze the murder of transvestite Dandara Ketlely de Velaskes, 42, occurred on February 15, 2017, in Fortaleza, Ceará. Event that became known in the media as “Dandara dos Santos case”. In order to explore the state responses and legal recognition of transgender women victims in cases of femicide. In addition, we seek to understand the relationship between the State and the social and economic processes that constitute the lives of transvestites and transsexual women as “precarious lives”, culminating in a world record of lethal violence against them in Brazil. The paper discusses the concept of gender, sex and sexuality in order to distinguish the applicability of the qualifier of femicide to these victims and the violation of the principle of dignity of the human person. It is intended to use as a basis a specific reference work about what happened, being the book “O cocoo Dandara”, by the author Vitória Holanda (2019), childhood friend of Dandara. His book presents the realization of a sensitive and detailed biography about Dandara and the friendship between them, containing relevant contributions to the context of the universe and subject of research law. From the whole premise of the resourcefulness of this article, it is intended to understand the judgment of the case through favorable arguments and contrary arguments. The present research was carried out through an exploratory bibliographic methodology, as well as data collection related to the theme with explanatory and qualitative design, with scope in transgender women. Thus, it is intended to verify the legitimacy of transgender women to appear as a passive person through the crime that is typified in Art. 121 of the Penal Code.

**Keywords:** Femicide; Transgender Woman; Dignity of the Human Person; State.

## Introdução

O presente trabalho, realizado a partir de um estudo de caso, apresenta uma análise das questões da violência por identidade de gênero no Brasil. Como objeto impulsionador da pesquisa, foram utilizados os relatos de um caso bastante repercutido na mídia brasileira e que gerou

bastante discussão a respeito da violência letal da mulher transgênero no Brasil: o caso Dandara dos Santos.

Ao terceiro dia de março de 2017, caía nas redes digitais um vídeo de horror e tortura. Ali, no registro audiovisual, a execução da travesti Dandara era performada. Através dos embasamentos do trágico acontecimento, se faz necessário analisar os elementos estruturais da transfobia apresentados no caso e demonstrar como este não se configura como um caso isolado, mas sim como parte de um extermínio legitimado discursiva, social e institucionalmente,

Tal assassinato não somente expõe as reciprocidades constitutivas do crime ou o nível de violência que travestis e transsexuais estão expostas, mas também evidencia a falta de direitos ou a sua intangibilidade. Os direitos básicos consagrados que sustentam o reconhecimento da dignidade da pessoa humana, tais como os direitos sociais a educação, a saúde e ao trabalho, expostos no Art. 6º, da Constituição Federal, estão postos de tal forma que são inacessíveis a esse grupo.

A escolha do tema é justificada pela necessidade de debates que resultem em grandes mudanças na realidade das mulheres transgêneros, uma vez que o Brasil, lamentavelmente, é o primeiro no mundo nas estatísticas de morte de pessoas trans (BENEVIDES, 2022). Para tanto, é necessário garantir segurança e qualidade de vida afim de elucidar divergências doutrinárias que resultem no reconhecimento dessas pessoas como mulheres de modo que as coloquem como viáveis vítimas da Lei de Feminicídio, garantindo assim sua dignidade com auxílio de políticas públicas.

A metodologia utilizada na construção do artigo foi a teórica-literária com abordagem indireta através de pesquisas científicas exploratórias e investigatórias fundadas em artigos acadêmicos, teses, livros e relatórios informativos correlatos a temática com desígnio explicativo e qualitativo, com alvo no descumprimento da dignidade da pessoa humana no que diz respeito à violência letal de mulheres transgêneros.

Dessarte, o artigo se debruçará relativamente na discussão de gênero, com ênfase na vivência da mulher transgênero no Brasil, trazendo definições no que diz respeito à sexualidade, sexo e gênero em paralelo ao princípio da dignidade humana. Ademais, analisar-se-á de que forma os relatos presentes no livro “O Casulo Dandara” contribui em mostrar Dandara como mais que uma vítima de um crime, além de investigar como a necropolítica tratou o caso. Afinal, qual(is) o(s) motivo(s) da morte de

Dandara e de tantos outros transgêneros no Brasil? Diante das diferentes atribuições à morte de Dandara, pode-se afirmar que somente um fator causou sua morte? Ainda será tratado aspectos relevantes do homicídio nas respostas estatais e o sistema judiciário ao caso estudado. Por fim, será realizado um levantamento do julgamento do caso. Quais foram os argumentos contrários e os argumentos favoráveis?

## **A lástima de viver e morrer transgênero no Brasil**

O Brasil tem se destacado como um dos países em que mais se mata população LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais etc.) no mundo. Recentes dados do ano de 2021, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), mostrou que ocorre uma morte a cada 29 horas, porém o número real deve ser ainda maior. O levantamento foi feito em parceria com a Aliança Nacional LGBTI+, foram 276 homicídios (92% do total) e 24 suicídios (8%) no ano passado sendo registrados 110 casos (36,7%) de vítimas travestis e transexuais. Tal realidade ainda continua presente neste país, especialmente pelos crescentes e evidentes níveis de discriminação e preconceito presentes na sociedade brasileira, o que tem sido reforçado por força de manifestações LGBTfóbicas constantemente vistas em diferentes espaços, inclusive no universo virtual.

A palavra “transgênero” mostra-se num conceito de “guardachuva” e assim abrange um grupo de pessoas que não se identificam com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. Este abrange dois aspectos de vivência de gênero, isto é, pela identidade (que seria travestis e transexuais) ou pela funcionalidade (*crossdressers*, *drag queens*, *drag kings* e transformistas). Como afirma a autora Jesus:

A transexualidade é uma questão de identidade. [...] A mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como mulher. Homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como homem. [...] Já os travestis são as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero. É importante ressaltar que travestis, independentemente de como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando insultuoso serem adjetivadas no masculino (JESUS, 2012, p. 8-9).

O fenômeno transexual no Brasil é uma realidade ainda precária e preocupante. A violência contra as pessoas trans é estrutural e sistemática, acontecendo em diferentes lugares, até na sua própria residência onde moram. Durante a presente pesquisa, foi possível notar que praticamente não existem dados estatísticos que retratam especificamente a realidade dessas vivências, o que se encontra – quando se encontra – são informações provenientes do Ministério dos Direitos Humanos e de Organizações Nacionais e Internacionais, como a Transgender Europe, Grupo Gay da Bahia e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Não há dados sobre transexuais e travestis nos órgãos oficiais do Brasil, entre eles o IBGE e os Ministérios da Saúde e da Justiça.

Diante disso, os insuficientes dos dados oficiais sobre a realidade da população trans no Brasil mostra o apagamento e a indiferença dessa população e, de certa forma, a transfobia dos diferentes órgãos, que tomam como dado apenas o dito sexo biológico, de modo que se pode somente nascer e morrer homem ou mulher, de acordo com o que o médico determinou ao nascimento.

### *Conceitos sobre gênero, sexo e sexualidade*

É de grande importância para o presente estudo, entender as diferenças entre identidade de gênero, sexo biológico e orientação sexual. Assim, se faz necessário discutir tais temas uma vez que são relativamente “novos”, mas de muita relevância para a sociedade.

O ser humano faz parte da reprodução sexuada, necessitando então de dois sexos biológicos, que contenham diferenciação anatômica, para que utilizem do sexo para um propósito, a procriação da espécie. Para a ciência biológica, o que determina o sexo de uma pessoa é o tamanho das suas células reprodutivas (pequenas: espermatozoides, logo, macho; grandes: óvulos, logo, fêmea). Biologicamente, isso não define o comportamento masculino ou feminino das pessoas: o que faz isso é a cultura, a qual define alguém como masculino ou feminino, e isso muda de acordo com a cultura de que falamos (JESUS, 2012, p.6).

Evidencia-se que a formação biológica dos corpos interfere na construção de identidades, contudo, essa identificação “não é uma essência... fixa, estável, coerente, unificada, permanente. É uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo” (TADEU DA SILVA, 2007, p.97).

Quanto a orientação sexual, essa versa sobre as relações afetivo-sexuais, ou seja, para quem se dirige o desejo e atração. Desse jeito, Monteiro explica que: A pessoa pode ser heterossexual quando alguém do gênero masculino se interessa por alguém do gênero feminino e vice-versa; homossexual quando se relaciona com o mesmo gênero – gays e lésbicas; bissexuais quando sentem-se atraídas por ambos os gêneros (MONTEIRO, 2017) Assim, resta evidente que o sexo biológico não se vincula com identidade de gênero, bem como identidade de gênero não se relaciona com orientação sexual.

Portanto, o sexo biológico, a orientação sexual e a identidade de gênero, versam sobre os mesmos temas, todavia, são coisas diferentes. O sexo biológico é o que compreende o Homem e a Mulher, dizendo respeito apenas as suas genitálias, visto que tem como objetivo a procriação da espécie. A orientação sexual por sua vez, diz respeito ao que o indivíduo sente, por quem sente atração. A identidade de gênero, por sua vez, é a maneira com a qual a pessoa se enxerga e se identifica, quanto aos papéis sociais a desempenhar (PEDIRIVA, 2020, p.15). Essas realidades explicitam as dificuldades que as pessoas trans vivem no país.

### *Dignidade da Pessoa Humana e a transexualidade*

A Constituição Federal brasileira de 1988, seguindo o exemplo das Constituições portuguesa (1976) e espanhola (1978), já menciona em seu 1º artigo, entre outros fundamentos da República, o princípio da dignidade da pessoa humana:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:[...]III –a dignidade da pessoa humana.

Dessa maneira, constituindo a finalidade no homem e sua dignidade, este princípio se tornou um valor-guia, fazendo releituras em diversos setores do direito. O princípio da dignidade humana faz presente uma abordagem mais humana e solidária nas relações jurídicas, frequentemente aplicada em inúmeros casos concretos.

Entretanto, as manifestações de violência e discriminação contra a transexualidade atentam em desfavor da ideia de dignidade presente no texto da Constituição e representam um dos principais empecilhos a concretização de tal valor na sociedade brasileira. Neste sentido, mostra-

se absolutamente necessário discutir estratégias para o enfrentamento de condutas discriminatórias e para a garantia de respeito à dignidade e aos demais direitos fundamentais presentes no texto da Constituição.

Portando, a Dignidade da Pessoa Humana, como princípio protetor, vincula ao Estado a proteção de todos os direitos fundamentais inerentes aos cidadãos, como no estudo em tela, a proteção dos direitos da população LGBTQIAP+, que por ser uma das minorias da sociedade em geral, encontra dificuldades imensuráveis para viver com dignidade (PEDIRIVA, 202, p.20), sofrendo discriminações e preconceitos todos os dias na sociedade brasileira.

## **O caso Dandara**

Na tarde do dia quinze de fevereiro do ano de 2017, ocorria uma sessão de tortura que se iniciava no bairro de Bom Jardim, periferia de Fortaleza, capital do Ceará. Um grupo de jovens protagonizou um dos mais brutais crimes contra transexuais no Brasil, divulgado nos últimos anos. No chão, ensanguentada, estava Dandara dos Santos, uma travesti de que tinha 42 anos de idade, ela recebera chutes, chineladas e golpes com pedaços de madeira na tentativa de fazer com que a vítima se levantasse e se pusesse sobre o carrinho de mão, mas Dandara já se encontrava muito debilitada e não tinha forças para se pôr de pé.

Tudo isso ficou conhecido duas semanas depois após compartilhamentos na internet de um vídeo gravado por um dos agressores, expondo a tragédia, que logo obteve inúmeras visualizações, sendo divulgado nas redes sociais e ganhando repercussão nacional. Assistir ao vídeo não é emocionalmente fácil e, bastante desconfortável. A gravação de 1 minuto e 20 segundos é interrompida com a vítima sendo levada até um matagal, onde antes de levar dois tiros no rosto, foi apedrejada, segundo relatou o Secretário de Segurança Pública do Ceará.

Através da gravação, nota-se a explícita e a cruel realidade da violência pela qual passam muitas/os transexuais e travestis no Brasil. São cenas realmente chocantes, gravadas e certamente divulgadas pelos próprios algozes, atos pelos quais é possível supor que, para eles, tamanha barbárie pode ser tomada como uma espécie de comprovação de poder. As imagens expõem tanto a violência perpetrada pelas pessoas envolvidas quanto a do Estado que, por não dispor de políticas públicas eficazes de reconhecimento cidadão e proteção da população transgênero no Brasil,

contribui para a existência de tanta intolerância e crueldade.

Algumas testemunhas que presenciaram os últimos momentos de vida de Dandara, relataram que ela havia tomado uma carona de um rapaz que estava numa motocicleta, com o qual, supostamente, iria ter relações sexuais. É possível vê-la, através do vídeo, sendo torturada na rua Manoel Galdino, numa quadra conhecida como Conjunto Palmares. Nas cenas, Dandara é vista sentada no chão bastante ensanguentada, enquanto são desferidos chutes, pauladas e xingamentos pelos rapazes envolvidos.

Após as cenas de violência, os rapazes ordenam a Dandara que suba num carro de mão e ela bastante debilitada não consegue se levantar, o que fez com que eles rispidamente a jogassem sobre o carro de mão e a levam em direção a uma viela, no final da rua, na qual seria, enfim, assassinada a tiros no rosto. Todo esse massacre foi presenciado por vários moradores daquela região, na tarde do dia quinze de fevereiro, que, segundo relatam em algumas reportagens, pouco puderam fazer para impedir o crime e, quando tentaram, não obtiveram uma resposta rápida e necessária da polícia militar. Com isso, Dandara foi tragicamente morta.

### *A verdadeira Dandara por Vitória Holanda*

Buscando dar a Dandara Ketlely de Velaskes mais do que uma série de reportagens sobre o seu assassinato, muitas vezes acompanhadas das imagens brutais, uma das responsáveis pela investigação do assassinato e amiga de infância de Dandara, Vitória Holanda escreveu “O Casulo Dandara” publicado em setembro de 2019.

O livro foi escrito com a intenção de fazer de Dandara mais que um corpo ou um crime, mas uma pessoa com sonhos, encantos e sentimentos. Ele percorre desde as memórias de infância no Conjunto Ceará, localizado na Grande Fortaleza, onde conheceu Dandara, até a execução e a repercussão do crime.

“Escrever sobre Dandara e sua vida talvez não convença algumas pessoas as quais acham que ser travesti é uma doença, que é falta de vergonha ou simplesmente pelo fato de acreditarem que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. Entretanto, é uma forma de mostrar que ser travesti na vida dela não foi uma escolha de criança influenciada na escola ou na mídia. Ela nasceu Dandara” (HOLANDA, 2019, p. 9).

Dandara nasceu em 1975 numa família de nove irmãos e irmãs, filha de uma zeladora escolar e um dono de mercearia. Dandara Ketlely, registrada como Antônio Cleilson Ferreira de Vasconcelos, teve uma infância comum às demais crianças de sua época, estudava, brincava, adorava jogar futebol com os meninos, brincava muito com suas irmãs e com sua amiga Vitória Holanda. Desde criança sabia que era uma mulher, antes que isso fosse manifestado socialmente. Em 1994 Dandara iniciou sua metamorfose e a partir de 1998 ela iniciou o processo de injetar clandestinamente silicone, geralmente automotivo, no corpo.

Por conta das mudanças de sua aparência nesta etapa de sua vida, Dandara já começava a sofrer agressões físicas e morais, o que não acontecia em sua infância, quando apesar de sua homossexualidade ser claramente percebida por familiares e vizinhos, ainda assim era aceita. Neste mesmo período, Dandara iniciou-se na prostituição, ao fazer ponto em locais da orla da cidade com suas amigas, o que é realidade na vida de grande parte das travestis, uma vez que são excluídas do processo de educação e do mercado formal, por conta de sua identidade de gênero, sobram para elas os subempregos ou o mundo subterrâneo da prostituição.

“Muita gente não entendia o mundo dela. certa vez, um rapaz estava com ela em um bar e a bateu porque Dandara bebeu a cerveja dele no mesmo copo que o rapaz bebia. Ela era assim, criava laços rapidamente, gostava das pessoas, de fazer amigos para conversar, não falava mal de ninguém. Às vezes acho que apesar de tudo que fez e onde morou, ela era meio inocente, não acreditava na maldade humana. E foi essa confiança que a levou para boca do lobo” (HOLANDA, 2019, p. 115).

Após contrair AIDS (Síndrome da imunodeficiência adquirida), Dandara teve um número reduzido de clientes e programas devido à sua aparência e vigor físico que a doença trouxe. Ela então voltou a morar no bairro onde cresceu, e passou a complementar seu sustento de acordo com suas possibilidades.

“Dandara continuou sua vida sem a prostituição. A doença trouxe uma nova rotina para ela. Sua vida boemia já não mais fazia parte de sua vida. Com a mudança, Dandara teve que procurar alguma maneira de trabalhar e ganhar dinheiro. Começou a informar aos moradores da 4ª etapa do conjunto Ceará que estava fazendo faxina e cozinhando quando necessário. Tão logo as pessoas ficaram sabendo, passaram a chamá-la para diversos serviços. Muitos a chamavam para ajudá-la e alguns a chamavam pelo preço abaixo do mercado que fazia” (HOLANDA, 2019, p. 104).

Neste sentido, a Dandara sofreu, como a maioria das transexuais, nas quais viviam suas experiências de acordo com as matrizes de opressão diante da interseccionalidade por ser transexual, nordestina e pobre, além de ex-prostituta, empregada doméstica, e portadora de AIDS. De forma sucinta, pode-se dizer que Dandara não era criminosa, nunca atentou contra a vida de ninguém, muito pelo contrário, a sua empatia e disponibilidade em ajudar eram marcas reconhecidas de sua personalidade de acordo com os relatos no livro de Vitória Holanda.

### *A necropolítica do caso*

Dandara foi vítima de necropolítica. O filósofo e teórico político camaronês, Achille Mbembe, discute o quanto o Estado constrói políticas de exclusão baseada na ideia de inimigo social e a partir disso elege os grupos considerados úteis ou descartáveis. O conceito de necropolítica, segundo Mbembe, é entendido como paradigma da divisão entre segmentos sociais, que regulamenta – e regulariza – o poder de gestão sobre as vidas, ditando quem pode viver e quem deve morrer para garantir o funcionamento da máquina de guerra capitalística.

A morte de Dandara integra o relatório diário de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS). No referido relatório, Dandara é tratada por Antônio Cleilson Ferreira Vasconcelos, seu nome de registro de nascimento. Através deste relatório, é possível ter uma referência para as estatísticas de violência no Estado, entretanto, não cita o fato de Dandara ser travesti.

Para o Grupo de Resistência Asa Branca (Grab), sediado em Fortaleza e uma das mais antigas organizações do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Brasil, o fato de não mencionar a identidade de gênero e/ou orientação sexual demonstra a não disponibilidade do Estado em gerar estatísticas sobre a morte de LGBT, fazendo com que não haja uma intervenção estatal no sentido de lutar contra a LGBTfobia.

Assim como Dandara, outras pessoas transexuais e travestis enfrentam a exclusão formativa-educacional, baseada em diversos regimes de regulação: racismo, sexismo, cissexismo, heterossexismo, capacitismo. Essa realidade fica mais complexa na transexualidade e na travestilidade, pois são acionados vários marcadores sociais ao mesmo tempo, em

sobreposição. Jovens estudantes transexuais e travestis são associadas ao sexo, à violência, às drogas, ao HIV/AIDS, à prostituição, e ainda carregam outros estigmas: não ter capacidade intelectual, não ter lugar na escola, pensar apenas em sexo e crimes patrimoniais, que seu trabalho se reduz à venda do corpo e de serem falsificadoras de gênero (NOGUEIRA, 2015).

A necropolítica produz ativamente a desumanização das pessoas transexuais e travestis. A multidão das desafiantes das normas sexuais e de gênero compõe-se das vidas radicalmente precarizadas, as desumanizadas, porque expulsas dos espaços de sociabilidade, relegadas ao desaparecimento, à rotina notívaga, à redução de seus corpos à funcionalidade de satisfação do desejo ambivalente que não pode aparecer, pois revelaria o que é inconfessável nas molduras da cisgeneridade e heterossexualidade compulsórias (CAVICHIOI, 2019).

Dandara foi condenada por ser exatamente o que era uma mulher trans, travesti; este foi seu crime mortal, desafiar a moral conservadora, ainda que velada de forma tão hipócrita, daquela comunidade. Vitimada pela transfobia que mata pessoas trans por serem transexuais, e o feminicídio, mata mulheres por serem mulheres, nesse caso de transfeminicídio.

## **Respostas estatais e o sistema de justiça ao caso Dandara**

Fica evidente que a apuração dos crimes cometidos contra Dandara somente foram apurados e os infratores levados aos tribunais pelo esforço de sua amiga a policial Vitória Holanda. Além das imagens gravadas e divulgadas nas redes sociais pelos perpetradores, que provocaram tamanha indignação diante das cenas covardes e bárbaras.

Uma questão levantada no caso Dandara, foi que várias testemunhas comunicaram a polícia e não obtiveram resposta, o que reforça a negligência e o despreparo em que o Estado brasileiro ainda trata aos moradores da periferia e às pessoas não cisgêneras. Exemplo é o caso da travesti Hérika Izidório, 42, encontrada desfigurada após ser brutalmente agredida também em Fortaleza. Após permanecer internada por dois meses, faleceu em 12 de abril de 2017. Até o momento da reportagem a polícia sequer tinha um suspeito (DIÁRIO DO NORDESTE, 2017).

Estes casos levaram à vários movimentos sociais cearenses a se unirem em um ato contra a “barbárie homofóbica”, em 19 de março de 2017. Depois de uma marcha, e com a presença da mídia, uma comissão fora recebida pelo governador, que anteriormente havia recusado a receber

representantes do LGBTs. Nessa reunião foram firmados compromissos com as seguintes políticas LGBTs no estado do Ceará:

1.Criação de um Centro de Referência LGBT Estadual, com atendimento jurídico e psicossocial; 2. Construção e implementação do Ambulatório do Processo Transsexualizador no Ceará; 3. Publicação do Plano Estadual de Políticas Públicas para a População LGBT, construído durante a Conferência Estadual de Políticas LGBT; 4. Constituição do Conselho Estadual LGBT. Todos estes compromissos foram assinados e publicados em Diário Oficial, na forma do Decreto 32.188 (DOE.10.04.17). Resultaram deste processo também o Decreto do Nome Social no âmbito da administração pública no Ceará e o atendimento de travestis e transexuais nas Delegacias da Mulher (VIEIRA, 2019).

Dois anos após o comprometimento do governador, nenhum dos compromissos foram cumpridos. Para Vieira (2019), “O atendimento de mulheres transexuais e travestis nas Delegacias da Mulher configurara-se como uma política ineficaz, uma vez que tais delegacias atendem especificamente casos de violência doméstica. A configuração da violência transfóbica é de outra ordem, muito frequentemente, da expulsão dos lares e do isolamento afetivo”.

Medida simbólica foi a aprovação pela Assembléia Legislativa do Ceará do Dia Estadual do Combate à Transfobia. A data escolhida foi 15 de fevereiro, em homenagem a Dandara. Segundo o autor do projeto de lei, o parlamentar Elmano Freitas, “é imprescindível refletir acerca da conjuntura vivenciada pelas pessoas que fazem parte desse segmento da sociedade que abandona e marginaliza as que irrompem com os padrões heteronormativos” (ALECE,2018).

### *O julgamento*

Dos doze envolvidos no assassinato de Dandara, quatro eram menores e cumpriram penas socioeducativas, foram a julgamento em 06 de abril de 2018, cinco dos oito acusados de cometerem o homicídio triplamente qualificado, conforme o Art. 121, § 2º, II a IV, do Código Penal. Entre as qualificadoras está o motivo torpe – a homofobia. Portanto pouco mais de um ano após a tragédia

As penas, foram individualizadas, de acordo com a participação de cada um no crime. Francisco José Monteiro de Oliveira Junior foi condenado a 21 anos em regime fechado por ter atirado em Dandara.

Jean Victor Silva Oliveira teve pena de 16 anos por usar a tábua no espancamento. Rafael Alves da Silva Paiva também foi condenado a 16 anos, mas por ter agredido a vítima com chutes. Francisco Gabriel dos Reis cumprirá pena de 16 anos por ter agredido Dandara com chineladas. Por fim, Isaías da Silva Camurça foi punido com 14 anos e 6 meses por ter proferido palavras e frases ofensivas durante o ataque.

O último acusado a ser julgado foi Francisco Wellington Teles, condenado a 16 anos de reclusão, no dia 17 de novembro de 2021. Ele se encontrava foragido e foi quem levou Dandara em sua motocicleta e a entregou aos seus algozes. Segundo o Ministério Público, o réu mantinha um relacionamento com Dandara e ao saber que ela convivia com o vírus HIV, divulgou que a vítima praticava furtos na comunidade. Para o promotor Marcus Renan (MUNDO MAIS, 2021), “a resposta que o Estado deu a esse crime e a punição imposta aos acusados servirão de desestímulo aos que supõem que vivem sob o manto do sentimento de impunidade”.

### *Os Poderes da República e à promoção da cidadania e a prevenção da violência*

Em 07 de agosto de 2001, a Deputada Iara Bernardi protocolou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Nº 5003, cuja ementa “Determina Sanções às Práticas Discriminatórias em Razão da Orientação Sexual das Pessoas”. Entre as emendas adicionadas ao longo do processo legislativo estava as alterações na Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Na nova ementa acrescentava etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Como modificações no Código Penal e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Após ser aprovada e encaminhada ao Senado Federal, onde recebeu o Projeto de Lei o Nº 122 (2006). Entretanto, em 26 de dezembro de 2014, o Projeto de Lei Nº 122 foi arquivado, conforme preceitua o Art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Projeto deu entrada na Câmara dos Deputados em agosto de 2001. Foi recepcionado no Senado Federal em dezembro de 2006, e arquivado em dezembro de 2014. Portanto, entre a iniciativa e o arquivamento passaram mais de treze anos. Diante de tamanha imobilidade do Poder Legislativo e do aumento da violência contra as travestis e as mulheres transgênicas, foram protocolados no Supremo Tribunal Federal uma Ação

Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADI) N° 26, requerida pelo então Partido Popular Socialista (PPS); e um Mandato de Injunção N° 4.733 Distrito Federal, impetrado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT).

Ambas, provocaram o STF para garantir o que preceitua os Incisos XLI e XLII, do Art. 5º, da Constituição Federal, diante da inércia do Legislativo. Em 13 de junho de 2019, foram a julgamento pelo plenário do STF. A ADI, com a relatoria do Ministro Celso de Mello, apresentou o seguinte voto:

**1. Até que sobrevenha** lei emanada do Congresso Nacional **destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII** do art. 5º da Constituição da República, **as condutas homofóbicas e transfóbicas**, reais **ou** supostas, **que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero** de alguém, **por traduzirem** expressões de racismo, **compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários** de incriminação **definidos** na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, **constituindo, também, na hipótese** de homicídio doloso, *circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”)*;

**2. A repressão penal à prática da homotransfobia não** alcança **nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer** que seja a denominação confessional professada, **a cujos fiéis e ministros** (sacerdotes, pastores, rabinos, mulás **ou** clérigos muçulmanos **e** líderes **ou** celebrantes das religiões afro-brasileiras, *entre outros*) **é assegurado o direito** de pregar **e** de divulgar, *livremente*, pela palavra, pela imagem **ou** por qualquer outro meio, o seu pensamento **e** de externar suas convicções **de acordo** com o que se contiver em seus livros **e** códigos sagrados, **bem assim o de ensinar** segundo sua orientação doutrinária **e/ou** teológica, **podendo buscar e conquistar** prosélitos **e** praticar **os atos** de culto **e** respectiva liturgia, **independentemente** do espaço, *público ou privado*, de sua atuação *individual ou coletiva*, **desde que** tais manifestações **não configurem discurso de ódio, assim entendidas** aquelas exteriorizações **que incitem** a discriminação, a hostilidade **ou** a violência **contra** pessoas **em razão** de sua orientação sexual **ou** de sua identidade de gênero;

**3. O conceito de racismo, compreendido** em sua dimensão social, **projeta-se para além** de aspectos **estritamente** biológicos **ou** fenotípicos, **pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada** pelo objetivo

*de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito (MELLO, 2019).*

Mesma argumentação por parte do Ministro Edson Fachin, relator do Mandato de Injunção. Sendo os votos dos relatores acompanhados pela maioria do plenário.

## Considerações finais

A divulgação do vídeo por parte de um dos criminosos que torturaram e assassinaram a Dandara, e a dedicação de sua amiga Vitória, fez com que as investigações e os julgamentos fossem feitos com celeridade, algo não comum diante da ineficiência policial e da letargia do Judiciário. Principalmente, quando a vítima é uma travesti ou mulher transgênero. Foi visto que, a questão de identidade sexual ou de gênero para certos setores da sociedade brasileira é uma mistura de preconceito explícito ou até mesmo atos violentos que recorda aos campos de extermínio na época do governo nazista na Alemanha.

Não reconhecer o direito de ser o que a pessoa desejar para além dos padrões impostos, geralmente fundamentados em uma falsa moral ou da hipócrita formalidade que impões que os meninos devem vestir azul e as meninas devem vestir rosa. Enquanto, os e as oprimidas por não serem felizes diante dessas formalidades e que o primeiro pregador irá direcioná-las para o inferno ou padecer em lugares como o Bairro Bom Jardim em Fortaleza.

Enquanto o Poder Legislativo, cada vez mais composto por parlamentares ditos conservadores em relação à pauta de costumes, oram pela salvação da sociedade brasileira e para que sejam extirpados do convívio essas aberrações representadas pelas travestis e pelas mulheres transgênicas; o Brasil continua sendo um país mais se mata e tortura essas pessoas.

Diante do imobilismo dos legisladores, coube ao STF impor medidas legais para o cumprimento de preceitos constitucionais. Memo

com a campanha de setores que buscam difamar a Suprema Corte, objetivando enfraquecê-la não só como intérprete da Constituição, mas como garantidor dos direitos elementares da pessoa humana.

## Referências

ALECE. **Dia Estadual de Combate à Transfobia é instituído no calendário oficial do Ceará.** 16 de janeiro de 2018. Disponível em: <Dia Estadual de Combate à Transfobia é instituído no calendário oficial do Ceará>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

BENEVIDES, Bruna (org.). **Dossiê: Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021.** Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

CAVALCANTI GOMES, J. C. M.; MACIEL DE OLIVEIRA, J. J. B.; DE BARROS BARBOSA, O. G.; DOS SANTOS NASCIMENTO, T. **“Joga pedra na Geni...”: a violência, vitimização e relações de poder em torno da morte de travestis.** In SURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 3, n. 1, p. 297–317, 2018.

CAVICHIOLO, Anderson. **Uma história de extermínio transfóbico no Brasil: a disputa de nomeação do assassinato da travesti Dandara Katheryn.** Dissertação (mestrado)—Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, 2019.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Travesti Hérika morre dois meses após espancamento.** Edição de 12 de abril de 2017. Disponível em: <Travesti Hérika morre dois meses após espancamento - Segurança - Diário do Nordeste (verdesmares.com.br)>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

DOMINGUES, V. C. **Aplicação da qualificadora do feminicídio aos crimes contra transexuais.** Cadernos Jurídicos da Faculdade de Direito de Sorocaba, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 450–466, 2020. Disponível em: <<https://www.fadi.br/revista/index.php/cadernosjuridicos/article/view/69>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

HOLANDA, Vitória. **O casulo Dandara.** Fortaleza: CeNe, 2019.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília, 2012.

MARTINS, Ingrid Gomes. **“Justiça para Dandara, Érika e para todas”:**

**a luta do movimento LGBT cearense por respostas estatais à barbárie transfóbica.** 2018. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

**MBEMBE A. Necropolítica: seguido de sobre el governo privado indirecto.** Santa Cruz de Tenerife: Melusina; 2011.

MELLO, Celso. **ADO 26/DF.** Brasília: STF, 2019. Disponível em: <tesesADO26.pdf (stf.jus.br)>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

MUNDO MAIS. **Último acusado do assassinato de Dandara é condenado a 16 anos de prisão.** 19 de novembro de 2021. Disponível em: <Último acusado do assassinato de Dandara é condenado a 16 anos de prisão (mundomais.com.br)>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

PANTE, Ana Luiza; SOUZA, Miria do Nascimento; FERNANDES, Estêvão Rafael. **(Re)Pensando violência de gênero e transfeminicídio como violação de Direitos Humanos.** Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 8 (16): 107-118, janeiro a abril de 2021.

PEDIRIVA, Mateus. **A criminalização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero pelo supremo tribunal federal no Brasil: considerações a partir dos princípios constitucionais da dignidade humana e da legalidade penal.** UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2020.

PINHEIRO, Tarcísio Dunga. **Entre dados e dúvidas: uma análise do transfeminicídio no Brasil.** 2021. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

PREU, R.O.; B RITO, C.F.; **A questão trans no cenário brasileiro.** Periódicus, Salvador, n.10, v. 1, nov.2018-abr.2019 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

VIEIRA, Helena. “Dandara dos Santos: dois anos”, **NEXUS**, 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <Dandara dos Santos: dois anos | Nexo Jornal>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.



# O POVO CONTRA O. J. SIMPSON: CONSIDERAÇÕES SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

*THE PEOPLE VS. O. J. SIMPSON: CONSIDERATIONS FROM  
A GENDER PERSPECTIVE*

**Dhéborah Larissa de Matos Bispo**

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil

**Sandro Rafael da Fonseca Pinto**

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil

**Douglas Verbicaro Soares**

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil

**Resumo:** Levando em consideração a crescente discussão sobre Direitos Humanos, principalmente no que tange às questões de gênero, o presente trabalho tem como foco observar, sob uma perspectiva de gênero, as circunstâncias de fato e de direito das investigações e do julgamento, mediante júri popular, do homicídio de Nicole Brown (e Ronald Goldman), no qual figura como indiciado o ex-atleta O. J. Simpson. Ademais, busca-se, também, identificar o peso da imagem de celebridades, sobretudo astros do esporte, na formação do pensamento midiático e do público quando da responsabilização por condutas delituosas. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e sua análise com método dedutivo. Por fim, o desenvolvimento do trabalho se divide em duas seções que tratam, respectivamente, sobre o processo judicial do caso em questão e suas fases e sobre o feminicídio, demonstrando a viabilidade de novos estudos sobre o tema dos Direitos Humanos e gênero para mudança de paradigma.

**Palavras-chave:** Gênero. Pessoa humana. Feminicídio. Nicole Brown. Júri Popular.

**Abstract:** Taking into account the growing discussion on Human Rights, especially with regard to gender issues, this paper focuses on observing, from a gender perspective, the de facto and legal circumstances of investigations and



the trial, through a popular jury, of the murder of Nicole Brown (and Ronald Goldman), in which former athlete O. J. Simpson appears as indicted. Moreover, it also seeks to identify the weight of the image of celebrities, especially sports stars, in the formation of media and public thinking when responsible for criminal behaviors. The methodology adopted was bibliographic research and its analysis with deductive method. Finally, the development of the work is divided into two sections that deal, respectively, on the judicial process of the case in question and its phases and on femicide, demonstrating the feasibility of new studies on the theme of Human Rights and gender for paradigm shift.

**Keywords:** Gender. Human person. Femicide. Nicole Brown. Popular Jury.

## Introdução

Nos tempos atuais, a discussão sobre temáticas de gênero encontra-se em alta. O contexto hodierno é marcado por tensões geopolíticas, guerras, demandas raciais e de cunho humanitário, todas intensificadas pelas especificidades de um mundo sequelado por dois anos de pandemia de Covid-19 (ACNUR, 2020). Além de todas as questões acima elencadas, tem-se, adicionalmente, o surgimento de novas enfermidades, cumulado com um clima de insegurança e sensibilidade internacional. Neste diapasão, mostra-se relevante a dissertação sobre os crimes cometidos em razão de gênero, que, neste trabalho, serão afunilados para a violência contra a mulher, na forma do feminicídio.

Os casos de violência contra a mulher, desde o ambiente familiar, vêm ganhando notoriedade ao longo da última década. No âmbito judicial, não são raros os casos de violência contra a pessoa humana por motivo de gênero, fato que ensejou a criação do presente trabalho.

A humanidade, em sua formação, acabou por determinar padrões estáticos de gênero, sempre atrelados ao sexo - característica biológica do indivíduo. Ocorre que, conforme aponta Souza, as atribuições individuais designadas em virtude do nascimento são fruto de construção social. Eis o que a autora fala, especificamente sobre o *ser mulher, in verbis*:

A questão de gênero e sua multiplicidade é uma construção cultural. No caso da mulher, a tensão é ainda maior, pelo fato de ela não nascer mulher, mas tornar-se uma, através dos próprios efeitos civilizatórios. [...] Fazer-se mulher faz parte da construção humana desse ser castrado em sua evolução rumo a uma identidade [...]. (SOUZA, 2018, p. 539).

Neste sentido, considerando as constantes demandas de mulheres postas em situação de vulnerabilidade dentro de seus próprios lares, é trazido à tona, mediante o presente trabalho, o caso de homicídio de Nicole Brown, ex-esposa do ex-atleta Orenthal James Simpson, ocorrido em junho de 1994. A vítima havia contatado a polícia em diversos momentos nos quais sofria agressão, porém não era levada a sério, até que obteve o resultado morte, da qual seu ex-marido fora acusado e levado a julgamento pelo júri popular.

Este artigo propõe-se, então, a analisar as circunstâncias de fato e de direito na ocasião do homicídio de Nicole e no julgamento de O. J. Simpson, tendo como objetivo expor como um fato ocorrido na década de 1990 possui reflexos tão atuais, observando as colocações da acusação e da defesa de Simpson sob uma perspectiva de gênero. Para tanto, utilizou-se, como metodologia, a pesquisa bibliográfica e sua análise.

Por fim, no que tange a organização do trabalho, o mesmo foi dividido em duas seções. A primeira trata especificamente dos fatos do homicídio e as fases do julgamento de Simpson e, *a posteriori*, na segunda seção, é discorrido o feminicídio. Ao final, após o desenvolvimento, o leitor é conduzido às considerações finais, o desfecho desta produção.

## **O caso judicial: homicídio de Nicole Brown (e Ronald Goldman) e o julgamento de Simpson**

### *Da Acusação*

O ex-atleta, O. J. Simpson, foi denunciado pela promotoria pelo assassinado brutal de Nicole Brown, sua ex-esposa, e o amigo dela, Ronald Goldman, na noite de 12 de junho de 1994 (CRIMINAIS, 2017). Devido às pessoas envolvidas, esse processo obteve repercussão pública mundial que, de certo modo, interferiu no decorrer do processo de diferentes formas.

O julgamento começou a ser exibido no dia 3 de outubro de 1995 e foi acompanhado por mais de 100 mil pessoas pelo rádio e televisão (KOPP, 2022). Assim, não haveria outra possibilidade a não ser apresentar um excelente trabalho tanto da promotoria quanto da defesa, que foi chamada de *time dos sonhos*.

Na esfera civil, em 1997, após o episódio do tribunal do júri, o

acusado foi condenado a uma indenização de 33,5 milhões de dólares às famílias das vítimas (BAYNES, 2012). No âmbito criminal, devido a diversos fatores, O. J. Simpson foi considerado inocente mesmo com variadas evidências apontando-o como o possível culpado. Todavia, cada prova destacada pela acusação foi amplamente discutida e debatida pela defesa.

Em primeira análise, é necessário compreender que o direito norte-americano, a depender da matéria analisada, utiliza de diferentes *standards* probatórios. Eles nada mais são do que diferentes graus de convicção exigidos para que um fato seja considerado verdadeiro em juízo. Podendo ser definido da seguinte forma:

O *standard* de prova pode ser definido como o grau de convicção mínimo exigido para considerar provado um determinado evento, *i.e.*, o nível a partir do qual se entenderá suficiente demonstrada a ocorrência de uma qualquer circunstância. Trata-se de uma figura que pretende auxiliar o julgador no processo de valoração da prova, indicando o patamar mínimo de convencimento que deverá ser atingido (MELIM, 2013).

Essa figura auxiliadora é dividida em três principais *standards* probatórios, quais sejam: *preponderance of evidence* (51%), *clear and convincing evidence* (75%) e *beyond a reasonable doubt* (95%) (CRIMINAIS, 2017). É mister destacar que, na seara do processo penal, é utilizado este último *standard*, o qual determina a produção de um conjunto probatório acima da dúvida razoável e, na medida do possível, inconteste, devido à necessidade de buscar maior garantia da ligação do acusado ao fato criminoso.

No tribunal do júri, os responsáveis por decidirem sobre a questão discutida são os jurados. Eles são membros da sociedade civil convocados para fazerem parte do conselho de sentença, podendo ser recusados pela promotoria e pelos advogados de defesa.

Conforme princípios jurídicos como, por exemplo, a presunção de inocência, é ressaltado que no processo penal prevalece o entendimento que o indivíduo deve ser considerado culpado quando não há qualquer dúvida razoável em relação ao fato criminoso (CRIMINAIS, 2017). Assim, conforme será observado mais adiante, esse fator foi relevante para garantir a absolvição de O. J. Simpson, tendo em vista a sagacidade da defesa em colocar em dúvidas o amontoado de provas colhidas no inquérito policial.

A promotora responsável pelo caso, Marcia Clark, já tinha uma

carreira consolidada no tribunal. Casos complexos com um amontoado de provas periciais para embasar suas denúncias, mas que diferenciavam do caso discutido nesse artigo devido aos recursos da defesa em contratar peritos e profissionais especializados para compor seus pareceres (TOOBIN, 2016, p.93). Ademais, pode-se observar que os maiores casos da promotoria havia pessoas nos bancos do réu que não empatia por parte da sociedade.

No dia 13 de junho de 1994, a polícia recebeu um chamado para comparecer na *South Bundy Dr.*, 875, pois um crime havia sido relatado. Ao chegar no local, o agente Robert Riske visualizou o cadáver de Nicole Brown Simpson e Ronald Goldman. Nos pés do rapaz morto foi encontrado um gorro preto, um envelope branco e uma luva de couro.

Devido ao fato da vítima ser ex-esposa de uma personalidade da mídia, mesmo O.J Simpson já tendo, à época, se aposentado como atleta, pois permanecia fixo na carreira midiática, os agentes responsáveis pela investigação entenderem que deveriam, primeiramente, informá-lo do ocorrido, pois logo o caso estaria em todos os veículos de informação.

Assim, ao chegarem na residência do ex-atleta, as autoridades tocaram o interfone várias vezes e ninguém atendeu. Diante disso, os agentes entenderam que deveriam entrar na residência para que tivessem certeza de que todos estavam em segurança. Essa atitude foi tomada, devido ao fato de ser visto que estava estacionado na propriedade um veículo que tinha um líquido muito parecido com sangue tanto na porta quanto em seu interior.

Na parte interna da propriedade de Simpson, adentrada pelos investigadores, foi encontrada uma luva muito parecida com a que estava na cena do crime. Todavia, o proprietário do imóvel não estava no local e foi averiguado que naquela mesma noite ele havia voado para fora do estado.

Em virtude do rastro de sangue e da luva encontrada pela polícia na residência, O. J. Simpson foi convidado para prestar depoimento, que foi totalmente gravado. Contudo, para decepção da promotoria, o depoente deu respostas muito evasivas e seus desvios de explanação dos fatos não foram utilizados pelos policiais para que fosse melhor explicado, como pode ser observado no trecho abaixo:

A apresentação terminou por volta das 18:30, 18:45, enfim, mais ou menos nessa faixa de horário. (...) fiquei um pouco em casa, depois peguei o carro, fiquei um tempo tentando encontrar minha namorada e voltei para casa”

“Então que horas o senhor calcula que voltou definitivamente para casa?”

“Sete e alguma coisa.” (TOOBIN, 2016, p. 75).

O agente, que estava interrogando o ex-atleta, confirmou que ele pegou um voo para Chicago às 23h45. Dessa forma, questionou O. J., ora indiciado, no intuito de compreender em que momento chegou com o seu carro na propriedade, veículo que estava com líquidos parecidos visualmente com sangue. A resposta foi a seguinte: “Oito e pouco, sete... oito, nove horas, sei lá, algo nessa faixa.” (TOOBIN, 2016, p.76). Como pode ser observado, as respostas dadas não tinham precisão, fato que dificulta criar uma linha do tempo mais precisa possível.

O depoimento do possível criminoso é importante porque pode ser utilizado para descartar álibis e detectar possíveis contradições até o ponto de o interrogado confessar o fato delituoso. O ex-atleta viajou na noite do ocorrido e, dependendo do momento do crime, seria, teoricamente, impossível ele ser o autor do fato.

O depoimento de O.J. Simpson foi pouco conclusivo devido à falta de técnica dos agentes, que simpatizavam com sua figura midiática. Diante da realidade dos corpos terem sido logo encontrados e do parecer dos profissionais especialistas, o momento da morte foi por volta das dez horas da noite. O suspeito teria tempo suficiente para causar os danos às vítimas e fugir do local.

Para a promotora, Marcia Clarck, já havia indícios suficientes para acusar O.J. Simpson pelo assassinato da ex-esposa. Todavia, aguardou para que os testes dos materiais encontrados no veículo do suspeito fossem finalizados. O perito tinha, em laboratório, aquilo que poderia ser dito como melhores evidências dos fatos, como as luvas encontradas na casa do ex-atleta, várias amostras de rastro de sangue que pareciam ir da *Bundy Dr.* (local do crime) a *Rackingham* (residência de O.J. Simpson) (TOOBIN, 2016, p. 94). Ademais, possuíam uma amostra de sangue de O.J. Simpson, colhida de forma consensual no dia do interrogatório para que fossem feitas as comparações.

O parecer da perícia conforme as palavras de Jeffrey Toobin, jornalista que acompanhou todo o litígio aqui apresentado, em seu livro sobre o caso afirma o seguinte:

Yamauchi ficou surpreso com os resultados. As gotas de sangue encontradas no quintal da casa da Bundy Dr. correspondiam ao tipo de Simpson – uma característica compartilhada por apenas cerca de

7% da população. E o sangue na luva descoberta nos fundos do quarto de Katô na Rockingham era compatível com uma mistura de sangue de Simpson e o das duas vítimas.

Como observado no parecer do perito Yamauchi, a compatibilidade das amostras de sangue foi muito favorável, indicando que havia sangue de O.J. Simpson na cena do crime e que, na luva que estava na sua propriedade, tinha uma mistura do sangue das vítimas e do ex-atleta. Diante desse cenário, havia, até então, rastro de sangue do local do crime até a casa de O.J. Simpson, somado a um histórico de violência contra a ex-esposa durante o período de seu matrimônio, no qual Nicole havia ligado mais de oito vezes para a polícia e, em várias dessas ocasiões, pedido socorro afirmando que o então marido iria matá-la.

Em uma das vezes em que ligou para pedir ajuda das autoridades policiais houve a instauração de um inquérito e processo contra o ex-atleta, que no final foi condenado a prestar serviços à comunidade por agredir a esposa. Assim, observa-se que o resultado desse longo processo demonstra que uma equipe técnica de qualidade e um enredo bem construído podem colocar em dúvidas provas e indícios fortes de autoria de crime.

### *Da Defesa*

Independentemente do que façam em suas vidas privadas, os atletas de maior renome serão sempre lembrados como ícones de superação, luta e/ou quebra de obstáculos sociais estruturais; meninos que, com seu talento e esforço, alavancaram suas carreiras no esporte e se tornaram as estrelas que são hoje. O grande problema desta idealização dos *astros* do esporte é justamente o fato de que acabam sendo despersonalizados e encarados apenas como o rótulo que exibem: garotos super-habilidosos que fizeram seu caminho para a fama e desfrutaram de todas as benesses por mérito próprio.

Não raro, em virtude de suas performances de destaque que levam os fãs ao êxtase, ganham uma imagem de indivíduos acima de falhas. Isto, apesar de parecer inofensivo, gera uma grande influência na formação do pensamento do público a seu respeito, provocando um efeito de romantização da pessoa do atleta sob qualquer circunstância. Um dos maiores exemplos nacionais deste fato é o próprio jogador de futebol Neymar Júnior, que, conforme aponta Silva (2020, p. 17): “[...] é tratado pela imprensa como

menino aos 28 anos [...]”. O jogador, alvo de escândalos abordados pela autora supramencionada, como o suposto estupro de Najila Trindade, tem, consagrado pela mídia brasileira, o carinhoso apelido de “menino Neymar”, que remonta à sua história de menino pobre que cresceu na vida pelo esporte e, por óbvio, suaviza qualquer suposta conduta negativa que venha a ter imputada sobre si.

Ainda analisando ocorrências sobre atletas, é possível perceber um padrão nos escândalos judiciais envolvendo estrelas do esporte (*in casu*, futebol): (1) são homens adultos que passam uma imagem romantizada de moços ainda em fase de formação de caráter e personalidade que, apesar da pouca idade, venceram os empecilhos do caminho do esporte - são trabalhadores; e (2) possuem grande poder aquisitivo e de influência midiática, além de serem importantes para a promoção de marcas, vez que sua imagem produz significativos lucros a elas. Neste sentido, Silva (2020) compara o caso Eliza Samudio, em que a vítima se viu desamparada inclusive pelo Poder Judiciário, ao caso do homicídio de Nicole Brown: se as figuras públicas estão em foco, tudo se torna um show. Eis o que expõe a autora, *in verbis*:

As peculiaridades do assassinato, cometido por uma figura pública em destaque no maior clube do Brasil, o motivo torpe e a existência de uma criança enfrentando essa situação, aproximam o caso dos efeitos midiáticos produzidos no assassinato de Nicole Brown: o contexto e o espetáculo em si importavam mais do que o crime (SILVA, 2020, p. 21).

Com todas as provas dando fortes indícios de autoria a O. J. Simpson, a defesa investiu em ataques às falhas institucionais da polícia de Los Angeles que, à época, era inclinada à adoção de posicionamentos racistas e, principalmente, atacou o procedimento pelo qual estava sendo constituído o conjunto probatório.

Simpson contava com o apoio de uma grande equipe de defesa, a qual era liderada pelo advogado Robert Shapiro. Além disso, tinha como amigo próximo o advogado Robert Kardashian, patriarca da grande e influente família que construiu ao lado de Kris Jenner. Pelos nomes citados, é perceptível a influência social que O. J. possuía, sem mencionar seu poder aquisitivo. O caso do homicídio de Nicole acabou se tornando uma pauta racial, na qual a vítima findou tendo sua imagem prejudicada, sendo vista na mídia como uma moça interesseira que se envolveu com um atleta brilhante e rico em tenra idade, o traiu e cujo único interesse era tirar-lhe proveito econômico.

É mister destacar que O. J. Simpson nunca se envolveu de modo a dar apoio à causa negra e, apesar de ser um homem negro que conquistou reconhecimento pelo esporte, negava tal identificação, dizendo ser apenas O. J.. Sobre isso, aponta Silva:

Para os Jogos Olímpicos de 1968, O. J. foi convidado a integrar um grupo de boicote, que passava uma mensagem de aproximação do movimento negro da pauta de direitos humanos. [...] Ele recusou o convite com a resposta “eu não sou negro, eu sou O. J.”, evidenciando o seu distanciamento da pauta (SILVA, 2020, p. 27).

Do trecho supramencionado, é fácil perceber a maneira como O. J. se adaptou ao sistema no qual estava incluso, de modo que as características que o ligavam etnicamente a um grupo vulnerável que lhe é originário já não encontravam lugar para identificação em sua pessoa. Assim sendo, é absurdo que o atleta, que nunca se posicionou como um defensor dos direitos das pessoas negras, tenha sua defesa perante o tribunal do júri fundamentada no atributo de cunho racial.

Ocorre que, devido aos constantes abusos e negligências da polícia de Los Angeles em relação à população negra, o apelo de um astro como O. J. traria muita visibilidade à causa, sendo esta a provável razão pela qual a tática surtiu efeito. Sobre o assunto, afirma Ribeiro:

No inquérito policial havia vários indícios da culpa de O.J., mas devido a grande competência do corpo de advogados eles conseguiram colocar na composição do júri 9 pessoas negras e fundamentaram sua tese de defesa voltada ao racismo, sendo assim conseguindo a declaração de inocência de O.J. no dia 3 de outubro de 1995 (RIBEIRO, 2020, p. 31).

Apostando alto no apelo racial, a defesa orquestrou diversas outras montagens, a fim de compor um personagem e atribuí-lo à pessoa de O. J. Em determinado momento do processo, o magistrado incumbido de julgar o caso de Simpson, Lance Ito, permitiu que o jurados visitassem a cena do crime, ocasião em que os advogados da defesa intervieram no intuito de produzir uma imagem mais inclinada à pauta racial de O. J. Vide o que dispõe Silva sobre o assunto:

O agente de O. J. na época, Mike Gilbert, afirma que criaram uma ilusão na casa. Antes, a maioria das fotos encontradas na residência era de Simpson com seus colegas brancos, mas a decoração foi completamente modificada para evidenciar pessoas negras nas paredes, em uma tentativa de gerar identificação com o júri. Até o quadro “The Problem We All Live With”, de Norman Rockwell,

foi retirado do escritório de Cochran para ser colocado no topo da escadaria da mansão. Uma estátua do atleta no gramado de entrada da casa também foi retirada, a equipe não queria transmitir a mensagem de que O. J. era alguém narcisista, egocêntrico e que cultuava sua própria personalidade. (SILVA, 2020, p. 40).

Enfim, conforme se depreende da citação supra, a equipe de defesa de O. J. agiu com muita expertise e atenção aos detalhes, construindo a imagem de seu cliente enquanto desferia ataques às fraquezas policiais. Os advogados detiveram o controle da situação e conduziram-na de modo que o ex-atleta fosse ressaltado positivamente, ao passo que Nicole, brutalmente assassinada, vítima de uma flagrante misoginia, caía em esquecimento ou desprezo, não recebendo a devida atenção a suas demandas nem mesmo postumamente.

### *Do Resultado*

Submetido a julgamento no tribunal do júri, o caso de homicídio de Nicole, no qual O. J. foi indiciado, mostrou-se extremamente complexo e exaustivo, tendo duração de 372 dias. A formação do conselho de sentença não se deu de forma muito balanceada, sendo este constituído por doze jurados, dos quais oito mulheres eram negras (SILVA, 2020, p. 38).

No que tange a formação da convicção dos juízes leigos, mediante todas as manobras mencionadas nos tópicos anteriores, 75% do júri acreditava que O. J., por carregar a imagem de astro do futebol e simbolizar o sucesso conquistado pelo esforço individual, não era culpado dos fatos.

O ex-atleta, ora réu, conquistou ainda mais a simpatia do público, que já lhe admirava pelo esporte. Pessoas levantavam placas de apoio a O. J., e a maioria da população encarava o levantamento de provas contra o astro um ato de perseguição racial. Desde o início, quando O. J. fugia da polícia por horas em seu carro branco, alcançando os maiores níveis de audiência já registrados nos Estados Unidos da América até a finalização do julgamento, o povo apoiava O. J.

Ao fim, como resultado, o ex-atleta foi absolvido, reconhecido como inocente das acusações imputadas à sua pessoa. Recebeu, contudo, a determinação judicial de que pagasse, a título de indenização, o valor de 33 (trinta e três) milhões de dólares às famílias das vítimas, valor que nunca deu em pagamento.

O fator determinante para a vitória de Simpson nos tribunais, além

do apelo racial, foi, como dito previamente, a agressão ao modo como estavam sendo produzidas as provas. O elemento essencial para a assunção da inocência de O. J. foi um par de luvas pretas, extragrandes. Uma das mãos havia sido encontrada à esquerda do corpo de Nicole, na cena do crime.

Na luva, constava DNA que, após ser testado, mostrou-se compatível com o de Simpson. A forma utilizada para desacreditar a evidência foi O. J., diante do plenário, experimentar o par das referidas luvas, que não lhe serviram. Tendo provado que as armas no crime não lhe serviam, bradou forte o clamor por sua inocência.

Enfim, a polícia recolheu, a título de penhora, alguns de seus bens, para que pudesse pagar as famílias. O. J., porém, passou a esconder em galpões seus itens de valor. Anos mais tarde, chegou a lançar um livro em que relata como, *hipoteticamente*, teria cometido o assassinato de Nicole e Ronald, se assim o tivesse feito.

A obra, por razões óbvias, foi alvo de muitas críticas e resultou, inclusive, na queima de exemplares. O livro tinha por título “If I did it”, que significa, numa tradução livre, algo como “Se eu fizesse isso”. A família de Ronald, fundamentadamente ofendida, acionou O. J. judicialmente e, posteriormente, foi lançada uma versão autorizada pela família, com uma mudança na capa. Diferente da versão original, a nova continha a palavra “if” (se) dentro da palavra “I”, deixando a ideia de uma confissão: “I did it” (“Eu fiz isso”).

Apesar de ter conquistado a alteração do livro, a família de Ronald, bem como a de Nicole, estão muito longe de ser devidamente compensadas. O caso de Simpson é mais um em que o homem rico, ao adotar um discurso de luta e sofrimento, consegue desviar totalmente os olhares de todos de uma mulher. A ex-esposa de O. J. foi negligenciada em seus pedidos por socorro e, mesmo tendo sido conduzido ao cárcere posteriormente, por outra prática delitativa, o ex-atleta experimentou a mais pura impunidade que um sistema estruturalmente machista e misógino lhe oferece.

## **Sobre o feminicídio**

O feminicídio, no Brasil, se trata de qualificadora, acrescida pela Lei 13.104/15, para o crime de homicídio, previsto no artigo 121 do Código Penal Brasileiro. É caracterizado quando a violência na intenção de provocar o resultado morte é desferida contra mulher e resulta,

especificamente, de violência no ambiente doméstico ou familiar ou de menosprezo ou discriminação contra a condição de ser mulher. Note-se que, aqui, o critério adotado para a determinação do indivíduo *mulher* independe de sexo biológico, pois trata-se de reconhecimento próprio, identificação, gênero.

O aparato legislativo em relação à temática ainda é escasso no Brasil, porém encontra-se em evolução. No plano internacional, outros termos são utilizados para reconhecer a violência contra a mulher: além de feminicídio, tem-se o femicídio, *femicide* e *gendercide*, que, em suma, representam violências em razão de gênero. Destaque-se o que aponta Souza (2018) sobre a temática:

***Gendercide, femicide, femicídio ou feminicídio são os nomes surgidos nas últimas décadas do século passado para definir um mesmo fenômeno, o assassinato de mulheres por questões de gênero.*** Mas cada um deles traz em si próprio uma diferença que é preciso destacar, levando-se em conta os propósitos desta pesquisa. ***Warren (1985) cunhou o termo gendercide pela primeira vez, referindo-se ao extermínio deliberado de mulheres, através de todo tipo de violência,*** entre eles o infanticídio e a seleção do sexo. ***Ela chega a comparar o generocídio com o genocídio, com a diferença de que um trata de raça enquanto o outro relaciona-se ao sexo, mas a finalidade é a mesma.*** Warren (1985) está mais preocupada em denunciar a seleção sexual como forma de *gendercide*, principalmente com o uso crescente da tecnologia. (SOUZA, 2018, p. 535) - grifos acrescidos.

Conforme se percebe da citação supramencionada, a terminologia da violência em função do gênero é um vasto campo, buscando abranger todo tipo de agressão projetada em razão da identificação de gênero da pessoa humana. Em sociedades orientais, é possível sentir mais fortemente o contraste dos papéis de gênero, no entanto, ainda no Ocidente, ser mulher não é uma tarefa fácil, dado que o machismo permeia o sistema global de modo geral. A seleção sexual a que se refere a autora é mais contrastante nas sociedades orientais, sobretudo provenientes de áreas rurais, nas quais a primazia da prole masculina impera por uma longa tradição (SOUZA, 2018, p. 535).

*Nicole foi vítima de feminicídio?*

É possível que os posicionamentos sejam divididos, vez que todas as

provas que apontaram para a culpabilidade e autoria de O. J. foram afastadas durante o período de julgamento. Apesar de não efetivamente comprovado em juízo à época, os autores do presente trabalho entendem que, sim, a morte de Nicole Brown pode ser caracterizada como feminicídio, tendo em consideração o vasto histórico de ocorrências de violência doméstica por ela vivenciadas durante o período em que esteve casada com o ex-atleta, além de todas as vezes em que recorreu às autoridades que, omissas, a ignoraram até que o pior acontecesse.

A situação de Nicole Brown é, em parte, semelhante à de Glenda Cleveland, vizinha do assassino em série Jeffrey Dahmer, conduzido ao cárcere em 1991, na cidade de Milwaukee, Wisconsin (EUA). De um lado, Glenda, mulher negra que constata uma situação atípica no prédio em que morava e, ao contatar a polícia reiteradas vezes, é ignorada. Do outro, Nicole, uma mulher branca e de grande poder aquisitivo que, ao relatar episódios de violência doméstica é, também, ignorada. O que estas duas mulheres de polos sociais tão antagônicos tinham em comum era a presença de um homem que, à vista dos policiais, as desvalidava: no caso de Glenda, Jeffrey, e, no caso de Nicole, O. J.

## **Considerações finais**

Enfim, mesmo com a oposição da defesa do réu, o caso apresentado seria demonstrado como um típico de violência doméstica com histórico de agressão que iria desencadear o homicídio da vítima. Havia, conforme o relatado e demonstrado no decorrer do processo, uma sensação de posse, por parte do acusado, em relação à vítima.

Havia indícios de que O.J. Simpson não reconhecia o fim do casamento e que, em diversos momentos, perseguiu, vigiou, ameaçou e agrediu as vítimas em diversas ocasiões. O argumento da defesa foi para um viés étnico, questão de extrema relevância devido aos abusos policiais constantes suportados pela população negra de Los Angeles. Todavia, os fatos demonstravam que a dor social aqui discutida era violência de gênero.

O mais espantoso nessa discussão é que, após 26 anos do crime aqui discutido, observa-se que, não só na comunidade norte-americana, mas também muito comumente no Brasil, há ocorrências constantes de crimes extremamente semelhantes a este do qual Nicole e Ronald foram vítimas. Urge a necessidade de mudar esse cenário, pois casos de violência doméstica que resultam em morte não podem ser banalizados.

O caso *povo contra O. J. Simpson* possibilita diversas reflexões sobre violência, machismo e impunidade. Todavia, deve-se observar que, nos últimos anos, o progresso em relação a esses temas foi importante, mas muito distante do ideal. A sociedade, em todas as suas camadas, deve se mobilizar para transformar essa realidade para que haja o efetivo reconhecimento da segurança para todos.

## Referências

ACNUR. **Violência contra a mulher aumenta durante a pandemia de COVID-19**. 25 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/11/25/violencia-contra-a-mulher-aumenta-durante-a-pandemia-de-covid-19/>>. Acesso em: 20 set. de 2022.

BAYNES, Terry. Ex-promotor acusa advogado de O.J. Simpson de manipular prova. **Jusbrasil**, 2012. Disponível em: <[https://reuters-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/100054687/ex-promotor-acusa-advogado-de-og-simpson-de-manipular-prova#:~:text=Simpson%20de%20manipular%20prova,-Salvar&text=8%20Set%20\(Reuters\)%20-%20Quase,prova%20crucial%20para%20o%20caso](https://reuters-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/100054687/ex-promotor-acusa-advogado-de-og-simpson-de-manipular-prova#:~:text=Simpson%20de%20manipular%20prova,-Salvar&text=8%20Set%20(Reuters)%20-%20Quase,prova%20crucial%20para%20o%20caso)>. Acesso em: 24 out. 2022;

CRIMINAIS, Canal Ciências. O caso O.J. Simpson à luz dos standards probatórios do direito norte-americano. **Jusbrasil**, 2017. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/569712457/o-caso-o-j-simpson-a-luz-dos-standards-probatorios-do-direito-norte-americano>>. Acesso em: 24 out. 2022;

KOPP, Daniele. Um dos maiores julgamentos do Século 20: O. J. Simpson. **Canal ciências criminais**. 2022. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/maiores-julgamentos-og-simpson/>>. Acesso em: 28 out. 2022;

RIBEIRO, Lucas de Jesus Gomes. **A influência da mídia no processo penal: a intervenção dos meios de comunicação no processo de inquérito policial e no tribunal do júri**. 2020.

SILVA, Beatriz Carvalho da. **“Ele vai me matar”**: análise da cobertura midiática do assassinato de Nicole Brown e o modus operandi da imprensa especializada. 2020.

SOUZA, Suzanny Mara Jobim de. O feminicídio e a legislação brasileira. **Revista Katálysis**, v. 21, p. 534-543, 2018.

# A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: UM PENSAR URGENTE

*THE TRANSITION FROM EARLY EARLY EDUCATION TO  
ELEMENTARY EDUCATION: AN URGENT THOUGHT*

**Giulia Joanesa Wommar Pase**

Secretaria Municipal de Educação de Ijuí, RS, Brasil

**Ana Cláudia de Luca Rossetto**

Secretaria Municipal de Educação de Ijuí, RS, Brasil

**Resumo:** Concluir e iniciar novos ciclos faz parte da vida de todas as pessoas, em todas as fases da vida, seja ela no âmbito pessoal, profissional ou escolar. Para as crianças, a transição de etapas é um momento que necessita ser olhado de forma especial, que possa trazer novas habilidades, novas vivências e aprendizagens, que seja realizada de modo a permitir impactos positivos. Começar uma nova rotina na vida escolar da criança é um caminho desafiador, e é preciso que todos os personagens envolvidos nesse processo tenham o mesmo propósito, que é o desenvolvimento integral da criança. O presente artigo pretende colocar em voga a necessidade de educadores de educação infantil e do primeiro ano do ensino fundamental refletirem sobre seus papéis nesse momento de transição e de como cada etapa é responsável por uma parte desta transição como um todo, oportunizando vivências e experiências que permitam a criança passar por este período de forma tranquila, eficaz e que oportunize o crescimento integral deste indivíduo. Utiliza-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, fazendo uma ponte com a prática pedagógica das autoras, refletindo acerca da literatura presente sobre o tema e o que acontece nas salas de aula da educação infantil e do ensino fundamental onde as autoras atuam.

**Palavras-chave:** Educação. Educação infantil. Ensino fundamental.

**Abstract:** Completing and starting new cycles is part of everyone's life, at all stages of life, whether personal, professional or school. For children, the transition of stages is a moment that needs to be looked at in a special way, which can bring new skills, new experiences and learning, which is carried out in a way that allows positive impacts. Starting a new routine in a child's school life is a challenging path, and all characters involved in this process must have the same purpose, which is the child's integral development. This article aims to highlight the need for early childhood education and first year elementary school educators to reflect on their roles in this moment of transition and how each stage is responsible for a part of this transition as a whole, providing opportunities for experiences that allow the child to go through this period in a calm, effective way that allows the individual's integral growth. The bibliographical research methodology is used, creating a bridge with the authors' pedagogical practice, reflecting on the current literature on the topic and what happens in the early childhood education and elementary school classrooms where the authors work.

**Keywords:** Education. Child education. Elementary School.

## Introdução

A reflexão acerca do processo de transição entre a educação infantil e o ensino fundamental sempre permeou a prática docente, e principalmente, as rodas de discussões entre professores dessas áreas distintas e também os que circulam pelas duas etapas de ensino. Por se tratar de um assunto complexo e que precisa ser discutido de forma incisiva, é necessário que ambos os lados sejam ouvidos e que possam narrar suas vivências, assim como orientarem-se por uma base bibliográfica sólida, para que a práxis aconteça, beneficiando as crianças que estão ou irão passar por esse processo. Assim, cabe aos educadores destas duas etapas de ensino, criarem vínculos permanentes para que essa transição aconteça de forma saudável, enfatizando a aprendizagem e as experiências dos educandos nas duas fases. Trazer para a sala de aula a teoria educacional destas etapas, permite ao educador perceber as necessidades de cada criança em cada momento, e ao mesmo tempo incentivar o avanço no processo de letramento, que permeia a educação infantil e o primeiro ano do ensino fundamental.

## A BNCC na transição

Apesar dos muitos questionamentos que ainda permeiam a transição da educação infantil para o ensino fundamental, a preocupação com esta premissa é colocada na legislação educacional brasileira há muito tempo, em diferentes documentos que baseiam a práxis pedagógica, como o Ensino Fundamental de Nove anos - Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade (2007), que deveria estar em vigor até o ano de 2010, trazendo questões pertinentes sobre a transição:

“Educação infantil e ensino fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso. O cuidado, a atenção, o acolhimento estão presentes na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. E, com as práticas realizadas, as crianças aprendem. Elas gostam de aprender. Na educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos.” (Ensino Fundamental de nove anos, 2007).

Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular traz considerações muito pontuais sobre o processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental, tendo relevância significativa no documento. A BNCC garante integração e continuidade dos processos de aprendizagem, respeitando a singularidade e as diferenças de cada um. Assim:

Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo. (BNCC, 2018).

Nesta perspectiva, garantir uma transição que seja harmônica e afetuosa, respeitando o tempo de cada criança, é essencial para que os novos desafios que chegam aos alunos do primeiro ano do ensino fundamental sejam vivenciados de forma a garantir a aprendizagem e evolução da autonomia das crianças.

### *Os objetivos de aprendizagem na educação infantil*

A BNCC fala em direitos de aprendizagem na etapa correspondente à educação infantil, que vai dos zero aos cinco anos de idade. Estes direitos compreendem o conviver - que estabelece o direito das crianças de conviver

em ambientes acolhedores e inclusivos, que respeitem suas necessidades e características individuais - O brincar, que reconhece o brincar como forma privilegiada de expressão, aprendizagem, interação e comunicação das crianças; O participar, que promove a participação ativa das crianças em diferentes atividades e situações de aprendizagem, respeitando suas iniciativas e opiniões. Também o direito à explorar, permitindo às crianças explorar, conhecer, experimentar e se encantar com o mundo ao seu redor, por meio de experiências variadas e ricas em aprendizado. Continua com o expressar-se, visando favorecer a expressão das ideias, dos sentimentos e das necessidades das crianças, utilizando diferentes linguagens e formas de comunicação:

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BNCC, 2018).

A educação infantil, mais precisamente no seu último ano antes do início do ensino fundamental, é permeada de questionamentos sobre a condução do processo educativo, pois é preciso pensar na transição ao mesmo tempo em que se continue garantindo os direitos de aprendizagem. É preciso ter muita clareza quando se fala nos campos de experiência na educação infantil e nas inúmeras possibilidades e leituras que eles podem trazer e as formas de abordar o letramento, essencial em toda etapa da educação infantil, mas que se difere muito do alfabetizar.

Quando falamos em letramento, estamos falando de cultura, de acesso e de construção social de uma forma de comunicação, muito diferente da alfabetização, que é a apropriação do sistema de escrita, que acontece a partir do primeiro ano do ensino fundamental e, de acordo com a própria Base, precisa ser concluída ao final do segundo ano do ensino fundamental. À educação infantil, cabe desenvolver os direitos de aprendizagem oferecendo um ambiente que traga o letramento como uma práxis social indissociável da sociedade a qual estamos inseridos:

Desse modo, práticas de letramento na educação infantil, que emergem de um contexto lúdico, devem ser incentivadas neste nível de escolaridade visto que proporcionam às crianças pequenas o contato real com a leitura e com a escrita. Essa possibilidade de

ensino orquestra a construção da identidade cidadã, uma vez que as crianças aprenderão o uso dessas habilidades linguísticas para atuarem em sua sociedade grafocêntrica. (TFOUNI, 2005).

Quando conseguimos, enquanto educadores, instigar e motivar para o conhecimento, para a construção do conhecimento e a oportunidade de questionar, de duvidar, de buscar e de procurar soluções para problemas reais, estamos desempenhando nosso papel enquanto agentes de transformação da sociedade, e estas questões não devem ser levantadas apenas quando os educandos perpassam o ensino fundamental ou quando estão quase na vida adulta, é preciso que, ainda pequenos, enquanto crianças da educação infantil, possam manifestar-se, apropriar-se, descobrir-se e conhecer-se de modo a refletir e conhecer o sociedade a qual vivemos, e que suas interpretações do mundo irão se transformando de acordo com as experiências que irão adquirir ao longo de sua vida escolar.

### *O primeiro ano do ensino fundamental*

O primeiro ano do ensino fundamental é marcado por descobertas. O processo de transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental é um momento muito importante e desafiador, tanto para os professores que recebem estes estudantes quanto para as crianças que saem de uma realidade mais lúdica, com o tempo aprazível pelas vivências e pelo cotidiano flexível e acolhedor, para um ambiente mais formal, com classes muitas vezes enfileiradas, cadernos e mochilas de sua inteira responsabilidade, e, principalmente, com a expectativa de pais, educadores e da própria criança para que adquira as habilidades de leitura e escrita.

Diante deste contexto cheio de expectativas e desafios, as crianças recebidas no primeiro ano do ensino fundamental precisam estar sob um olhar acolhedor e que oportunizem construções coletivas de saberes através de elementos que lhes forem despertadores de curiosidade, de alegria e que alimentem nestes novos alunos do ensino fundamental a vontade de conhecer as letras e a formação das palavras:

(...) para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico. Nessa direção, considerando os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, apresenta-se a

síntese das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências. Essa síntese deve ser compreendida como elemento balizador e indicativo de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental. (BNCC, 2018).

Oportunizar protagonismo e escuta ativa para os estudantes certamente são essenciais para qualificar resultados e, muito além disso, desenvolver a autonomia, o senso crítico, a busca pela informação de qualidade e principalmente a confiança e conhecimento de si mesmo para que as crianças se apropriem de qualquer objeto ou situação externa, neste caso, o sistema alfabético, leitura e a escrita. O trabalho entrelaçado com as famílias, inserindo-as neste processo, também é uma ferramenta eficaz para oportunizar espaços acolhedores e criar vínculos baseados na confiança entre educador/educando/família, respeitando o papel de cada um nesse processo, mas unidos no objeto da aprendizagem significativa e prazerosa para estes novos educandos do ensino fundamental.

## **Considerações finais**

A educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças e tem uma influência na severidade de suas vidas. É na primeira infância que ocorre uma fase crucial de formação e aprendizagem, onde são determinantes como bases para o futuro sucesso acadêmico, social e emocional. Assim como o primeiro ano do ensino fundamental, também possui sua grande importância na transição e na continuidade das aprendizagens e ampliação do conhecimento, baseados em práticas pedagógicas eficazes, reais e que possam continuar formando o cidadão crítico, consciente e ativo para a transformação social.

A própria consistência da Base Nacional Comum Curricular garante que a transição e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, assim como as habilidades e competências sejam amplamente analisadas e colocadas em prática, garantindo uma documentação única e eficiente, capaz de atingir a imensidão geográfica do nosso país e ainda assim levando em consideração as diversidades locais e regionais na formação cultural e social.

Um pensar coletivo na educação infantil e no ensino fundamental é essencial no espaço pedagógico da escola, porque são indissociáveis. Cada um com suas especificidades, sua base legal e referências, mas ambos com

a necessidade urgente de produzir vínculos que possam estar diretamente ligados à aprendizagem das crianças.

## Referências

BAPTISTA, M. C. **A Linguagem escrita e o Direito à Educação na Primeira Infância.** In: Anais do I seminário nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, Novembro de 2010. Disponível em: . Acesso em: 1 de out. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF, 2018. Disponível em: . Acesso em: 1 de out. de 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: . Acesso em: 12 de jul. de 2019.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** São Paulo: Cortez editora, 2010.

SOARES, Magda Becker. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TFOUNI, Leda Vedriani. **Letramento e alfabetização.** São Paulo: Cortez, 1995.



# UMA REVISÃO LITERÁRIA DAS FACETAS DOS DESIGNERS INSTRUCIONAIS NA APRENDIZAGEM AUTODIRIGIDA EM CURSOS ON-LINE

**Gabriel Bezerra Silva**

Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

**Resumo:** O design instrucional é uma metodologia de trabalho dedicada aos processos de análise, desenho, desenvolvimento, implementação e avaliação de cursos à distância, este, que se aplica desde o momento da concepção da oferta formativa até a sua implementação, direcionando seus esforços, com maior ênfase, na produção dos materiais instrucionais tornando um método eficiente na aprendizagem autogerida. Desta forma, este artigo objetivou oferecer um breve panorama das facetas do design instrucional e suas vantagens e desvantagens metodológicas perante o processo de ensino-aprendizagem do aluno, além, de refletir como este serve para cursos on-line. Utilizou-se da revisão literária como procedimento metodológico para coleta e análise por ser um método eficiente que agrupa os resultados obtidos de pesquisas. Foram empregados critérios de inclusão e exclusão na coleta do material, utilizando-se de artigos e trabalhos científicos de revistas e periódicos com até 10 anos de publicação. Observou-se que o profissional independente de sua área de atuação precisar estar apto ao trabalho com o design instrucional, pois, este método necessita de um profissional que tenha uma formação ampla, que englobe habilidades de áreas como comunicação, design, sistemas de gestão de processos, sistema de gestão de pessoas, e tecnologias de sistemas on-line. Conclui-se que o suporte à metodologia para cursos on-line pode auxiliar nas tomadas de decisão na formação discente, pois, existe uma documentação específica para as ações de design instrucional, tais como, seus roteiros, material pedagógico, matriz instrucional, projeto instrucional, assim, facilitando sua implementação em várias áreas de ensino.

**Palavras-chave:** Educação a Distância. Tecnologia Educacional. Sistemas de Ensino. Revisão Bibliográfica.

**Abstract:** Instructional design is a work methodology dedicated to the processes of analysis, design, development, implementation and evaluation of distance learning courses, which is applied from the moment of conception of the training offer until its implementation, directing its efforts, with greater emphasis, in the production of instructional materials, making it an efficient method in self-managed learning. Thus, this article aimed to offer a brief overview of the facets of instructional design and its methodological advantages and disadvantages in the student's teaching-learning process, as well as to reflect on how it is useful for online courses. Literature review was used as a methodological procedure for collection and analysis because it is an efficient method that groups together the results obtained from research. Inclusion and exclusion criteria were used to collect the material, using articles and scientific papers from magazines and periodicals published up to 10 years ago. It was observed that professionals, regardless of their area of work, need to be able to work with instructional design, because this method requires a professional who has a broad education that encompasses skills in areas such as communication, design, process management systems, people management systems, and online system technologies. It is concluded that the methodology support for online courses can help in the decision making in the students' training, because there is a specific documentation for the instructional design actions, such as, its scripts, pedagogical material, instructional matrix, instructional project, thus, facilitating its implementation in several teaching areas.

**Keywords:** Distance Education. Educational Technology. Teaching Systems. Bibliographic Review.

## Introdução

O sistema de design instrucional caracteriza-se como um método de ensino que trabalha voltado para os processos de análise, desdobramento, efetivação e conjetura de cursos à distância (EAD), segundo Barreiro (2016) esta metodologia pode ser aplicada desde o momento da concepção da proposta formativa até a sua efetivação, orientando seus esforços, com maior destaque, na criação de materiais instrucionais de aprendizagem.

Este sistema pode ser trabalhado com o método de estudo intitulado, aprendizagem autodirigida, termo que se popularizou em

meados da década de 1970, quando o norte-americano Malcom Knowles popularizou conceitos de aprendizagem humanista (*andragogia*), quais os adultos são potenciais aprendizes independentes por serem ativos na constituição do seu próprio processo de ensino-aprendizagem, além de, terem condições de tomar suas próprias decisões, oferecer uma base de conhecimento prévio e poder internalizar suas emoções ao longo do seu aprendizado, ou seja, os estudantes passam a ser protagonistas, e não meros coadjuvantes em sua formação acadêmica (Souza, 2020).

Neste contexto, ao acompanhar a evolução e inovação de métodos educacionais no sistema de ensino em cursos on-line, bem como, suas inovações tecnológicas associadas aos designers instrucionais, pode-se refletir sobre os conceitos de educação a distância e suas adaptações aos métodos dinâmicos de ensino, mas, singularmente ao momento vivido pelos estudantes perante aos recursos tecnológicos e técnicos disponíveis na atualidade, pois, estes contribuem e se caracterizam para o processo do estudo autogerido pelo aluno (Tobase et. al., 2017). Assim, tornando uma temática, e possivelmente, uma problemática no recém-cenário da educação digital e suas peripécias adaptativas de ensino.

Além disso, tais métodos associados são considerados e concebidos como um sistema tecnológico de comunicação que pode substituir a interação face a face entre professores e alunos em sala de aula (Rocha, Isotani, Santos Júnir, 2020). Visto que, é por meio desses métodos de ensino que é possível propiciar a promoção da aprendizagem autônoma através de sistemas associados a ações conjuntas de diferentes recursos didáticos e pedagógicos, bem como, de diversos materiais digitais de apoio ao ensino, e à organização de entidades tutoriais, ambas, de acordo com a Portaria 4059/2004 (Brasil, 2004), tornando o curso compatível aos cursos de graduação, compondo similaridades com até 20% da carga horária total em suas disciplinas ofertadas (Tobase et. al., 2017).

Desta forma, este artigo objetivou oferecer um breve panorama das facetas do design instrucional e suas vantagens e desvantagens metodológicas perante o processo de ensino-aprendizagem do aluno, além, de refletir como este serve para cursos on-line, ou seja, apresentar vantagens e desvantagens de tais métodos. Utilizando-se da revisão literária como procedimento metodológico para coleta e análise por ser um método eficiente que agrupa os resultados obtidos de pesquisas, conforme método simplificado de Ercole, Melo & Alcoforado (2014). Foram empregados critérios de inclusão e exclusão na coleta do material, utilizando-se de artigos e trabalhos científicos de revistas e periódicos com até 10 anos de

publicação, segundo método simplificado de Patino & Ferreira (2018).

## **Desenvolvimento**

Analisando as facetas da aprendizagem autogerida, bem como, seu alcance e sua abrangência na educação on-line, se destaca, na atualidade como a modalidade alternativa e diferenciadora de ensino (Barreiro, 2016). Pois, esta possui características específicas, tais como, caráter, linguagem e formato próprio, todavia, esta requer de administração e gestão, assim como, de acompanhamento, monitoramento, avaliação, tecnologias alternativas e recursos pedagógicos condizentes, adequando-se para potencializar o processo educativo institucional (Gama et. al., 2022).

Nesta perspectiva, se faz fundamental a compreensão de práticas exitosas que podem ser desenvolvidas em cursos on-line, como por exemplo, algumas disciplinas de práticas pedagógicas podem ser desenvolvidas através de estudos autodirigidos, aplicando métodos e exercícios oriundos de designers instrucionais, na qual, realizam-se avaliações a partir da construção e formação do processo cognitivo do graduando (Tobase et. al., 2018; Rocha, Isotani, Santos Júnior, 2020).

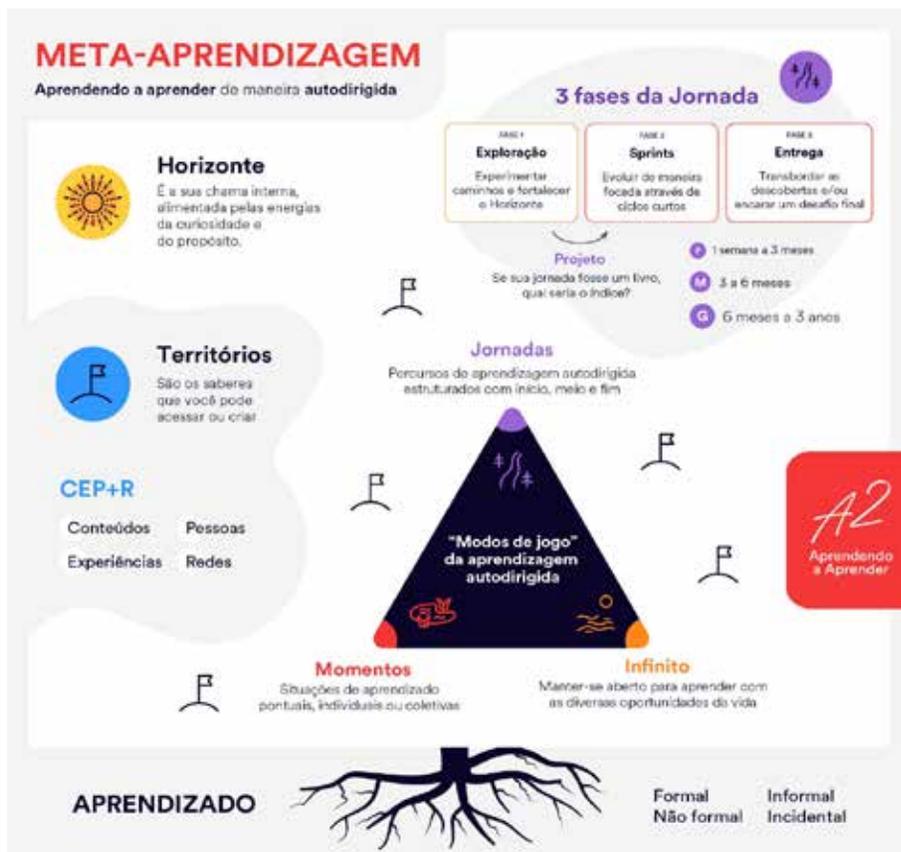
Todavia, para cada metodologia de ensino e estudo existem prós e contras, desta forma, os resultados deste artigo foram divididos em dois tópicos, tais como, “A aprendizagem autodirigida no sistema de design instrucional e suas abordagens teóricas”; e “Os desafios do design instrucional na educação com a aprendizagem autogerida”, conforme apresentados a seguir (Ercole, Melo & Alcoforado (2014). Por fim, são apresentadas as considerações finais do artigo.

### *A aprendizagem autodirigida no sistema de design instrucional e suas abordagens teóricas*

O desenvolvimento do processo da aprendizagem é uma tarefa árdua a ser realizada pelos aprendizes ao longo do seu caminho de formação em ambiente acadêmico, ou mesmo, fora do ambiente educacional (Santos, Sabio & Souza, 2016). Neste contexto, conforme podemos observar na (Figura 1), para facilitar o processo da meta-aprendizagem, ou seja, da aprendizagem autodirigida, instituições de diversas áreas têm aplicado o design instrucional como um método de ensino para trabalhar os processos

de análise e desdobramento, na qual, podem explicar fases de jornadas a serem desenvolvidas de modo interativo e/ou dinâmico.

Fig. 1 – Infográfico da Meta-Aprendizagem A2 – Aprendendo a aprender de maneira autodirigida.



Disponível em: <https://alexbretas11.substack.com/p/meta-aprendizagem>

Ao analisarmos a (Figura 1), podemos observar que a aprendizagem autodirigida pode ser conceituada não apenas como um processo restrito e engessado de ensino e estudo, mas, como um meio divertido e organizado, caracterizado como uma segunda abordagem que pode manifestar de forma contínua as características dos atributos pessoais e afazeres dos alunos (Vieira et. al., 2017; Silva et. al., 2022). Segundo Souza (2020) ao explicar as atividades ao discente, o docente precisa torná-lo o agente que estabelece sua própria aprendizagem como uma meta a ser cumprida quando o mesmo se empenha no desenvolvimento das habilidades individuais, tais como, sua própria moral, sua motivação, sua dedicação, seu engajamento,

e por fim, sua própria autonomia.

Desta forma, além do uso de sistemas e técnicas de estudo independente, a colaboração discente é uma atividade fundamental para criar e desenvolver um ambiente de aprendizagem (Souza, 2020). Para Souza et. al. (2017), um ambiente colaborativo é uma construção social que funciona na troca de experiências para o alcance do conhecimento por meio de mecanismos que permitam aos discentes e os outros estudantes a se comunicarem de diversas formas, e isto, somente sendo possível a partir do fato de que o ambiente oferece recursos que facilitam o desenvolvimento multidisciplinar do aluno por meio de fatores fundamentais do designer instrucional.

Ainda conforme Souza et. al. (2017), os métodos desenvolvidos para alicerçar a aprendizagem autodirigida possuem a capacidade de triplicar os objetivos traçados pelos próprios alunos, no requisito de se refere a aprender através de um processo de exploração, desenvolvimento e entrega, com o intuito de obter resultados além das experiências vividas em cada novo contexto criado pelo docente em sala de aula, ou seja, ambos obtêm resultados, ou não, da autonomia no sistema de ensino.

Todavia, se faz necessário ressaltar que tais métodos assim como as demais abordagens citadas pelas metodologias em cursos on-line, são representados em sua maioria de maneira subjetiva através de modelos teóricos, tornando fundamentais a explicação, ou mesmo, a explanação de experiências e vivências adquiridas pela realidade (Gama et. al., 2022; Barreiro, 2016).

### *Os desafios do design instrucional na educação com a aprendizagem autogerida*

A educação online é uma ação sistemática que utiliza tecnologia, incluindo hipertextos e redes de comunicação interativa para distribuição do conteúdo educacional e do apoio à aprendizagem, independente de tempo ou da localização do aluno, ou seja, o discente pode aprender a qualquer hora, ou mesmo, em qualquer lugar, pois, a sua principal característica é a mediação através da tecnologia via web (Gotardo et al., 2012). Esta que é aplicada de diferentes maneiras, incluindo o processo híbrido de estudo, ou seja, a educação virtual com a educação presencial, ambas, potencialmente apoiadas pela tecnologia para uma educação totalmente interativa (Schiehl, Gasparini, 2017).

Todavia, as pesquisas que abrangem o fenômeno da aprendizagem autodirigida têm perspectivas ainda muito abrangentes, pois, segundo Dawson et. al. (2012), enfatizam em suas pesquisas os possíveis impactos do uso das tecnologias em ambientes virtuais com a aprendizagem totalmente autônoma, ou seja, a total autonomia independente dos métodos de alicerce ao estudo por si se caracterizam como o grande desafio para a avaliação da aprendizagem discente durante o curso, onde, alguns docentes relatam à dificuldade de entender os construtos que compõem o fenômeno, conseqüentemente, as lacunas para propor soluções efetivas dessa aprendizagem.

Alicerçado na afirmativa de Schiehl & Gasparini (2017), Dawson et. al. (2012), ainda complementam que apesar de que existirem na literatura mecanismos que possibilitem atingir os objetivos propostos pela coordenação dos cursos em modo on-line, assim como, os objetivos como escalas psicométricas das instituições de ensino a fim de aperfeiçoar os resultados, ambos, mesmo após serem realizadas possuem resultados avaliativos de caráter limitado. Isto é, o de uso das tecnologias que alicerçam o designer instrucional e os métodos de aprendizagem autodirigida, como as TIC's, depende em grande parte da infraestrutura tecnológica disponível, como por exemplo, a capacidade dos discente e docentes de processar tecnologias e objetivos educacionais propostos via web (Monteiro, 2015).

Ainda conforme Monteiro (2015), este, apresenta reflexões perante as propostas voltadas para a criação de mecanismos de aprendizagem que possam ser estendidos a diferentes modalidades de ensino, ou seja, antes da instituição de ensino, ou mesmo, da coordenação do curso aplicar o método do design instrucional, os mesmo devem se questionar quais serão os objetivos e resultados desejados ao se criar um aplicativo e/ou página web capaz de gerar cenários de aprendizagem e conteúdos eficientes que pode aumentar significativamente a autonomia para proporcionar um estudo dinâmico e coeso, e a partir dessa prerrogativa, o agente organizador também poderá ser capaz de compreender quais os desafios a serem discutidos em pesquisas futuras que abordem a relação entre aprendizagem e aprendizagem autônoma por meio da tecnologia educacional.

Para Gotardo et. al. (2012) é a partir do levantamento de prerrogativas como esta proposta por Monteiro (2015) que novas tecnologias e métodos de ensino são descobertos e/ou desenvolvidos, a fim de, atender as novas demandas da sociedade que está em constante mudança na forma de pensar, se comportar, de aprender e estudar, assim, surgindo à luz a necessidade de expandir a tecnologia de forma condizente

com os fatores sociais que impactam a educação contemporânea do século XXI.

Entretanto, além da consolidação das prerrogativas e dos objetivos do estudo, a educação desenvolvida no ensino on-line, necessita de um design instrucional que envolva planejamento, preparação, projeção, produção, além da publicação periódica de textos, imagens, gráficos, sons, vídeos e ambientes interativos que envolvam ações, simulações, eventos, calendários dinâmicos e propostas de tarefas ancoradas com o suporte virtual (Souza et. al., 2017; Rocha, Isotani, Santos Júnior, 2020).

Desta forma, além das limitações identificadas pelos autores citados, também se pode incluir a dificuldade de encontrar trabalhos que abordem o fenômeno de forma clara, com suas respectivas demonstração de processos ou métodos para replicar efetivamente essa integração e discutir técnicas para alcançar soluções e seus respectivos resultados, isto é, devido ao fenômeno macroscópico, existem diferentes teorias para explicá-lo, e entende-se que superficialidade encontrada na literatura sobre o tema ainda é dispersa e geralmente abrange parcialmente o uso de tecnologias com ambas as temáticas de aprendizagem autodirigida e designer instrucional (Souza et. al., 2017; Rita, Gomes, & Pereira, 2016).

## **Considerações finais**

O processo de planejamento instrucional não é fácil, principalmente para profissionais inexperientes, pois, ensinar e preparar adequadamente para esse tipo de tarefa requer um grande número de professores, sejam eles de ensino médio, fundamental ou superior, pois, leciona em todos esses níveis, além de serem cobrados pela frequência on-line de seus estudantes, e ao não aderir a um planejamento adequado de aulas, divisão de tópicos, seleção de estratégias eficazes ou, pelo menos, levar os professores a enfrentar altos índices de evasão em seus padrões, poderá resultar na não efetivação dos objetivos propostos pelos métodos de ensino interativo.

Desta forma, o profissional independente de sua área de atuação precisar estar apto ao trabalho com o design instrucional, pois, este método necessita de um profissional que tenha uma formação ampla, que englobe habilidades de áreas como comunicação, design, sistemas de gestão de processos, sistema de gestão de pessoas, e tecnologias de sistemas on-line. Por fim, considera-se que o suporte à metodologia para cursos on-line pode auxiliar nas tomadas de decisão na formação discente, pois,

existe uma documentação específica para as ações de design instrucional, tais como, seus roteiros, material pedagógico, matriz instrucional, projeto instrucional, assim, facilitando sua implementação em várias áreas de ensino.

## Referências

Barreiro, R. M. C. (2016). Um Breve Panorama sobre o Design Instrucional. *EaD Em Foco*, 6(2). <https://doi.org/10.18264/eadf.v6i2.375>

Brasil. (2004). *Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004*. (DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34). [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs\\_portaria4059.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf)

Dawson, S.; Macfadyen, L.; Risko, E.; Foulsham, T.; Kingstone, A. (2012). Using technology to encourage self-directed learning: the collaborative lecture annotation system (CLAS). *Ascilite*, 1 (0).

Ercole, F. F., Melo, L. S. de, & Alcoforado, C. L. G. C. (2014). Integrative review versus systematic review. *Reme: Revista Mineira de Enfermagem*, 18(1). <https://doi.org/10.5935/1415-2762.20140001>

Gama de Sousa Aperibense, P. G., Tavares Uchoa dos Santos Xavier, B., Lustosa Ribeiro, R., Aparecida Masson, V., & de Carvalho Filho, M. A. (2022). Design instrucional: estratégia de aprendizagem aplicada à história da enfermagem no ensino remoto. *Cogitare Enfermagem*, 27, 1–8. <https://doi.org/10.5380/ce.v27i0.84401>

Gotardo, R. A. et al. (2012). Teorias de Aprendizagens Na Ead : Fundamentação No Uso Dos Recursos De Design Instrucional E Design Interacional. *SIED - Simpósio Intenacional de Educação a Distância*, 1–13.

Monteiro, Bruno S. (2015). Ambiente de aprendizado ubíquo Youubi. Designe avaliação. *Tese de Doutorado do CIn da Universidade Federal de Pernambuco*.

Patino, C. M., & Ferreira, J. C. (2018). Inclusion and exclusion criteria in research studies: definitions and why they matter. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, 44(2), 84–84. <https://doi.org/10.1590/s1806-37562018000000088>

Rita, Gomes, A. T., & Pereira, M. (2016). Mapas de aprendizagem: tutoriais inteligentes como possibilidade de aprendizagem autodirigida. *J. Health Inform*, 181–186. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/>

biblio-906234

Rocha, A. L. S., Isotani, S., Santos Júnior, J. J. (2020). Ensino de função afim com tecnologias educacionais: Um design instrucional adaptado inserido no Google Classroom. *Anais dos Trabalhos de Conclusão de Curso Pós-Graduação em Computação Aplicada à Educação*. Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação. Universidade de São Paulo. [https://especializacao.icmc.usp.br/documentos/tcc/ana\\_rocha.pdf](https://especializacao.icmc.usp.br/documentos/tcc/ana_rocha.pdf)

Santos, H., Sabio, G., & Souza, W. L. de. (2016). Abordagem em Realidade Aumentada para Momentos de Aprendizagem Autodirigida. *Anais Do XXVII Simpósio Brasileiro de Informática Na Educação (SBIE 2016)*. <https://doi.org/10.5753/cbie.sbie.2016.42>

Silva, M. H. R. da ., Silva, M. R. da, Santos Júnior, C. J. dos ., & Fregadolli, A. M. V. . (2022). Aprendizagem Baseada em Mapas Conceituais na graduação médica: desempenho acadêmico em uma instituição do Brasil. *Debates Em Educação*, 14(36), 319–337. <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2022v14n36p319-337>

Souza, R. (2020). Como implementar um processo de Design Instrucional em uma Escola de Governo: repensando estruturas e processos. *Enap.gov.br*. <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6706>.

Souza, H. V. L., Rodrigues, R. L., Melo Filho, I. J., Gomes, A. S. (2017). Discussão sobre as Abordagens Associadas à Aprendizagem Autodirigida e sua Relação com as Tecnologias Educacionais. *Revista de Informática Aplicada*, 13 (01). [https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_informatica\\_aplicada/article/view/6957/3033](https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_informatica_aplicada/article/view/6957/3033)

Schiehl , E. P.; Gasparini, I. (2017). Modelos de Ensino Híbrido: Um Mapeamento Sistemático da Literatura. *Anais do XXVIII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE 2017)*, v. 1, n. Cbie, p. 1, 2017.

Tobase, L., Peres, H. H. C., Tomazini, E. A. S., Teodoro, S. V., Ramos, M. B., & Polastri, T. F. (2017). Basic life support: evaluation of learning using simulation and immediate feedback devices. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 25(0). <https://doi.org/10.1590/1518-8345.1957.2942>.

Tobase, L., Peres, H. H. C., Almeida, D. M. de, Tomazini, E. A. S., Ramos, M. B., & Polastri, T. F. (2018). Instructional design in the development of an online course on Basic Life Support. *Revista Da Escola de Enfermagem Da USP*, 51(0). <https://doi.org/10.1590/s1980->

220x2016043303288

Vieira, H., Rodrigo Lins Rodrigues, de, J., & Alex Sandro Gomes. (2017). Discussão sobre as Abordagens Associadas à Aprendizagem Autodirigida e sua Relação com as Tecnologias Educacionais. *Revista de Informática Aplicada*, 13(1). <https://doi.org/10.13037/ria.vol13n1.185>



# RESILIÊNCIA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

Dirty Paula de Araújo<sup>1</sup>

Larissa Cruz de Macêdo Coelho Galvão<sup>2</sup>

Márcia Cristina Reis Campos Melo<sup>3</sup>

Roberta Araújo de Castro<sup>4</sup>

Tamires Mendes Almeida<sup>5</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como foco abordar o tema resiliência e inteligência emocional, que é a capacidade de o indivíduo perceber seus sentimentos e a partir dessa percepção, saber lidar com as emoções no ambiente organizacional, conquistando um equilíbrio em que existam ações humanas que incluem autoconhecimento, controle emocional, capacidade de automotivação, empatia e sociabilidade, que demonstram sua eficácia tanto na vida pessoal quanto na profissional. Resiliência diz sobre o quanto uma pessoa pode suportar de pressão ou de estresse, antes de apresentarem abalo psicopatológico consistente. Sabemos que há pessoas que sofreram um abalo, se transformaram sob uma pressão e se recuperaram posteriormente. Como resultado do trabalho destacam-se o controle emocional e automotivação, mesmo diante de estresse, frustrações e desilusões ao meio ambiente organizacional. Esse trabalho é relevante tendo em vista a importância da resiliência e inteligência emocional como um processo natural do ser humano, o presente estudo não visa esgotar a temática, mas, estimular a reflexão sobre a importância da resiliência e inteligência emocional, tanto para as organizações quanto para o indivíduo. Foi elaborado por meio de revisão bibliográfica.

**Palavras-chave:** Inteligência Emocional. Resiliência. Ambiente Organizacional. Emoções.

1 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: dirtyaraujop@yahoo.com.br

2 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: laticgmed@gmail.com

3 Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: marcia\_reiscampos@hotmail.com

4 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: betacastro25@gmail.com

5 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: jesus.tami@hotmail.com

**Abstract:** This work focuses on addressing the topic of resilience and emotional intelligence, which is the individual's ability to perceive their feelings and, based on this perception, know how to deal with emotions in the organizational environment, achieving a balance in which there are human actions that include self-knowledge, emotional control, capacity for self-motivation, empathy and sociability, which demonstrate its effectiveness in both personal and professional life. Resilience refers to how much pressure or stress a person can withstand before experiencing consistent psychopathological shock. We know that there are people who have suffered a shock, transformed under pressure and later recovered. As a result of the work, emotional control and self-motivation stand out, even in the face of stress, frustrations and disappointments in the organizational environment. This work is relevant considering the importance of resilience and emotional intelligence as a natural human process. This study does not aim to exhaust the topic, but to stimulate reflection on the importance of resilience and emotional intelligence, both for organizations and for the individual. It was prepared through a bibliographic review.

**Keywords:** Emotional intelligence. Resilience. Organizational environment. Emotions.

## Introdução

A perspectiva de Inteligência Emocional como um conjunto de habilidades mentais, considera que os processos cognitivos implícitos no processamento da informação emocional são parte dos componentes cognitivos básicos necessários ao desempenho da conduta emocionalmente inteligente. Goleman, em seu livro, *Inteligência Emocional*, ressalta que o controle das emoções é um fator essencial para o desenvolvimento da inteligência de um indivíduo. Ao contrário do Quociente de Inteligência (QI), a inteligência emocional é altamente flexível. À medida que você treina seu cérebro com novos comportamentos emocionalmente inteligentes, ele constrói os caminhos necessários para transformá-los em hábitos. Porém, ele adverte que devemos buscar controlar apenas as emoções estressantes e incapacitantes, pois sentir emoções é o que torna nossa vida rica (Goleman, 2012).

Os empregados têm que aprender a manejar seus estados afetivos, para atender a essas demandas de expressão emocional, evitar o sofrimento pessoal, conformar-se às expectativas sociais, manter a saúde física, psíquica e, desempenhar satisfatoriamente suas funções, segundo Gondim

& Siqueira, 2009. Em 1995, Daniel Goleman, publicou uma obra sobre sua tese Inteligência Emocional (IE), cujo conceito foi difundido mundialmente. O autor apresenta uma abordagem científica da IE e defende que a emoção influencia a inteligência, sendo esta, mais importante para o sucesso da vida das pessoas que o QI. Inteligência Emocional, para Goleman, é a capacidade da própria pessoa se motivar e persistir a despeito das frustrações, de controlar os impulsos e adiar a recompensa, de regular o seu próprio estado de espírito e impedir que o desânimo subjuga a faculdade de pensar, de sentir empatia e de ter esperança.

Atualmente, resiliência e inteligência emocional, são ferramentas indispensáveis a todos os profissionais que vivem em um cenário cada vez mais globalizado e competitivo. Portanto, essas habilidades exigem que o profissional procure controlar suas emoções e reconhecer a de outras pessoas, além de automotivar-se e ter a habilidade de interagir com outros indivíduos, desempenhando assim seu trabalho de forma eficiente. O interesse pelo estudo dos fenômenos afetivos no contexto organizacional reacendeu, há aproximadamente duas décadas, impulsionado, principalmente, pela emergência de novos padrões emocionais para atender satisfatoriamente às exigências de perfil ocupacional no setor de serviços. As organizações passaram a exigir dos empregados a expressão de emoções compatíveis com as demandas dos clientes. Os empregados têm que aprender a manejar seus estados afetivos, para atender a essas demandas de expressão emocional e desempenhar satisfatoriamente suas funções (Gondim & Siqueira, 2009).

Resiliência é o processo e o resultado de se adaptar com sucesso a experiências de vida difíceis ou desafiadoras, especialmente por meio da flexibilidade mental, emocional e comportamental e do ajuste às demandas externas e internas. As maneiras pelas quais os indivíduos veem e se envolvem com o mundo, a disponibilidade e a qualidade dos recursos sociais, e ainda, as estratégias de enfrentamento específicas, são alguns dos fatores que contribuem para o quão bem as pessoas se adaptam às adversidades, predominantes entre eles. A pesquisa psicológica demonstra que os recursos e habilidades associados a uma adaptação mais positiva, ou seja, com maior resiliência, podem ser cultivados e praticados, de acordo com Palmiter, 2012.

Esse trabalho é relevante tendo em vista a importância da resiliência e inteligência emocional como um processo natural do ser humano, como o profissional pode desenvolver sua resiliência e inteligência emocional, quais são os desafios que os profissionais encontram no processo de desenvolvimento da resiliência e inteligência emocional e como as

organizações podem auxiliar seus colaboradores a desenvolver a resiliência e inteligência emocional. O presente estudo não visa esgotar a temática, mas, estimular a reflexão sobre a importância da resiliência e inteligência emocional, tanto para as organizações quanto para o indivíduo. Foi elaborado por meio de revisão bibliográfica.

## **Inteligência emocional**

A inteligência emocional é uma habilidade relevante para o mercado de trabalho. As empresas interessam-se em empregar pessoas que sabem atuar bem em equipe, resolver conflitos e manter-se motivados. As pessoas com inteligência emocional conseguem gerenciar melhor as emoções e ter resultados funcionais. Daniel Goleman se destaca quando o assunto é emoção. A teoria desenvolvida por ele baseia-se em cinco domínios principais: autoconsciência, autorregulação, automotivação, empatia e habilidade social.

Autoconsciência é saber o que estamos sentindo, fazer uma avaliação realista de nossas próprias capacidades e, perceber de que forma os nossos sentimentos afetam os outros. Autorregulação, lidar com as próprias emoções de forma que facilitem a tarefa que temos pela frente, em vez de interferir com ela. Automotivação é a capacidade de impulsionar-nos e guiar-nos na direção de nossas metas, a fim de ajudar a termos iniciativa e a sermos altamente eficazes, perseverando diante de reverses e frustrações. Empatia é a capacidade de reconhecer emoções nos outros, pressentir o que as pessoas estão sentindo, sendo capaz de assumir sua perspectiva ao criar sintonia com uma ampla diversidade de pessoas. Habilidade social é a capacidade de lidar com as emoções nos relacionamentos, interagir com facilidade e utilizar essas habilidades para liderar, negociar e solucionar divergências, bem como para a cooperação e o trabalho em equipe (Goleman, 2012).

Em um ambiente onde se reúnem pessoas de diferentes gerações com diferentes níveis de amadurecimento e motivação, normalmente, podem ocorrer conflitos. Faz-se necessário que o líder haja de forma rápida e eficaz a fim de evitar que tais conflitos venham a interferir no bem-estar da equipe e nos objetivos da organização.

O despreparo emocional ocasiona vários problemas. Líderes sem nenhum preparo emocional, que se utilizam dos seus cargos para menosprezar os demais, que usam a autoridade e o poder, que explodem

ao menor sinal de tensão, que afastam e não atraem seus liderados, fazem do ambiente de trabalho uma verdadeira balburdia emocional. O gestor é responsável por um processo de mudanças e dinâmico em seu cotidiano, seu poder político social (Cury, 2015).

Compreender como vivenciamos uma emoção e como a demonstramos, é importante para o ambiente de trabalho. Além disso, é importante entender o esforço emocional exigido por algumas profissões para que consiga oferecer melhor suporte para sua equipe. O conceito de esforço emocional foi desenvolvido inicialmente com relação ao trabalho no setor de serviços, porém tem relevância em quase todos os setores. É esperado que comissários de bordo sejam alegres, atendentes de funerária sejam tristes e médicos sejam emocionalmente neutros. O verdadeiro desafio surge quando os profissionais precisam projetar uma emoção, enquanto sentem outra, criando uma dissonância emocional, que pode causar consequências indesejáveis. Os sentimentos reprimidos de frustração, raiva e ressentimento podem levar à exaustão emocional e à fadiga (Moura, 2022).

Por causa da crescente importância do esforço emocional, como um fator-principal para o desempenho eficaz, o entendimento das emoções passou a ter uma relevância maior dentro do estudo do comportamento organizacional. Para entender melhor as emoções, no ambiente profissional, vamos separá-las em sentidas e demonstradas. As sentidas, são genuínas de uma pessoa. As demonstradas, pelo contrário, são aquelas requeridas pela organização e consideradas apropriadas para um determinado cargo. A teoria dos eventos afetivos demonstra que os trabalhadores reagem emocionalmente às coisas que lhes acontecem no trabalho e que isso afeta o seu desempenho e a sua satisfação (Robins, Judge & Sobral, 2010).

As emoções e sentimentos podem melhorar o processo de tomada de decisão, criatividade, negociação, atendimento ao cliente, desvios de comportamento e segurança do trabalho. Pesquisadores estão descobrindo, cada vez mais, que os sentimentos e as emoções têm efeitos importantes no processo de tomada de decisão. Dependendo do modo como os indivíduos experimentam e lidam com os sentimentos durante o processo decisório, podem assumir papéis funcionais ou disfuncionais. Estudo recente, com funcionários de empresas brasileiras, concluiu que, quanto mais positivo o estado afetivo de uma pessoa, melhor o seu desempenho na resolução de problemas complexos. Sendo que a intensidade com que as emoções são experimentadas também influencia o processo decisório. Os estados de humor que levam a ação, sejam positivos ou negativos, parecem gerar mais

criatividade, em detrimento dos que levam à inação (Moura, 2022).

O humor também pode ser extremamente eficaz para criar um vínculo entre aqueles que estão trabalhando em uma tarefa de uma forma que poucas outras técnicas podem. Esse tipo de vínculo, que deve ser incentivado, cria uma atmosfera na qual novas ideias têm maior probabilidade de florescer à medida que o grupo encontra uma identidade que o reúne como grupo e não como uma coleção de indivíduos, cada um com algo a arriscar ou perder (Stevens, 1988).

É responsabilidade do líder garantir um ambiente de trabalho adequado para equipe e isso inclui proporcionar um ambiente que garanta a saúde emocional dos liderados, gerando um ambiente com menos estressores. A liderança dentro da organização implica influenciar as pessoas para que elas realizem objetivos organizacionais. Um importante instrumento do líder para essa finalidade é a comunicação. A utilização das emoções é um instrumento fundamental para que os líderes consigam propor mudanças e, estimular o engajamento dos liderados, pois o conteúdo emocional é essencial para os funcionários comprarem a visão do futuro da empresa e aceitarem as mudanças. Para melhorar o humor de seus profissionais, os líderes podem usar o incentivo e dar a seus funcionários pequenos sinais de apreciação pelo trabalho que foi bem realizado. Além disso, quando os líderes estão de bom humor, os membros do grupo são mais positivos e, como resultado, cooperam mais entre si. Bom humor é o segredo para aumentar a produtividade, segundo Caruso.

O líder precisa identificar alternativas adequadas para estimular a produtividade da equipe. Ele tem como responsabilidade o autocuidado, para evitar doenças relacionadas ao trabalho como a síndrome da exaustão profissional, uma vez que a pressão sobre ele é muito grande e suas decisões impactam diretamente seus liderados, assim, para o gestor realizar bem o seu papel, a sua saúde emocional é extremamente importante. A organização precisa desenvolver políticas de prevenção e promoção da saúde emocional, que pode começar com um levantamento direto dos líderes sobre suas demandas, dificuldades e impasses do dia a dia, de acordo com Gardner.

A inteligência emocional tem uma característica importante, ela pode ser aprendida e aprimorada desde a infância. Como a maioria de nós não tivemos uma formação para a inteligência, isso pode refletir por toda nossa vida. A inteligência emocional exerce papel importante em nossas vidas, pois é uma capacidade que determina até onde as pessoas podem usar bem as outras aptidões, como as emoções ajudam ou atrapalham a

capacidade de pensar e fazer planos, de persistir em um treinamento para atingir uma meta desafiadora, para solucionar problemas, elas se tornam limitadoras do poder de utilização das capacidades mentais, e por isso, é decisiva na trajetória de vida de uma pessoa. Por essa razão, é possível concluir que a inteligência emocional é uma aptidão mestra. As emoções têm impacto tanto na tomada de decisão nas organizações, quanto em todas as decisões na vida de uma pessoa (Goleman, 2012).

Alguns hábitos podem ajudar no desenvolver da resiliência e inteligência emocional. Vinícius Sin, coach e palestrante, cita alguns, prestar atenção aos seus comportamentos, como você age quando está sentindo certas emoções e como isso te afeta, escrever seus pensamentos e sentimentos, ajuda a exteriorizar e entendê-los melhor, minimizando as emoções negativas. Lavar o rosto com água fria, tomar ar fresco, ajuda a acalmar, principalmente, quando estiver sob pressão. Não esqueça de que a pressa é inimiga da perfeição, pense nos seus sentimentos antes de qualquer atitude (Sin, 2018).

Segundo Goleman, o cérebro emocional responde aos acontecimentos de forma mais rápida do que o cérebro pensante, por isso é importante se concentrar em suas ações e praticar o responder antes de reagir. Deve-se praticar a empatia, entender o próximo, saber como se sente e porque se comporta de determinada maneira. Também, ser grato pela vida e criar um ambiente positivo. E, por último, estabelecer prioridades e limites adequados, que inclui o direito de discordar, de dizer não sem se sentir culpado, conforme Castilho.

Goleman, ressalta em seu livro *Inteligência Emocional*, que o controle das emoções é um fator essencial para o desenvolvimento da inteligência do indivíduo, porém adverte que devemos buscar controlar apenas às emoções estressantes e incapacitantes, pois sentir emoções é o que torna nossa vida rica.

Desenvolver a IE no trabalho, é muito importante. Logo, o autoconhecimento é essencial, identificar pontos fortes e fracos, detectar os aspectos que podem ser melhorados. Perceber quais situações tiram você do sério e são de difícil controle, ajuda você a ficar mais atento e melhorar sua reação. Desenvolva a resiliência, melhore sua habilidade de lidar com dificuldades. Ela é o aspecto central da IE no trabalho, uma vez que a carreira profissional nos proporciona vários desafios. Principalmente quando receber *feedbacks* que não são positivos, em vez de deixar o emocional aflorar e entristecer-se, lembre-se de considerar o que pode

ser melhorado, utilizando-o para o seu crescimento. A empatia é uma característica essencial no trabalho, saber se colocar no lugar do outro e entendê-lo, previne muitos conflitos nos relacionamentos, e sempre se deve buscar por soluções de problemas de forma conjunta. E, ter uma postura positiva, principalmente diante dos problemas, é uma qualidade que pode mudar sua vida profissional e trará sucesso à sua carreira (Cruz, 2022).

Os principais desafios para adquirir a IE, parte do princípio que entender o que é e como desenvolvê-la, nem sempre é simples. Afinal, identificar e controlar as emoções não é nada fácil, especialmente em momentos de nervosismo. As reações emocionais acontecem de forma muito rápida e só damos conta delas depois. Esse é mais um motivo para se motivar e mudar a situação. O primeiro desafio é a ideia de que é impossível controlar as emoções, essa é uma crença limitante e deve ser desconstruída. O outro desafio é a falta de autoconhecimento, que dificulta bastante o controle emocional, já que é muito complicado controlar o que não se conhece. Logo, exercícios para avaliar suas ações e se conhecer mais, são bem-vindos para o desenvolvimento da IE. Mais um desafio que precisa ser driblado é o imediatismo. Muitas vezes, o descontrole emocional vem da pressa por reagir rapidamente às coisas que acontecem. Tirar um tempo para respirar e pensar na situação, pode prevenir muitos problemas e ajudar a encontrar soluções mais adequadas (Goleman, 2012).

Gerir o estresse no ambiente de trabalho deve ter como objetivo primordial a melhoria da qualidade de vida e isso deve ser assegurado na política de qualidade e recursos humanos da empresa. Um programa de gestão do estresse no ambiente de trabalho deve ser visto com responsabilidade e comprometimento de todos os líderes da empresa e deve contemplar alguns critérios, como: Avaliação sistemática dos níveis de estresse no ambiente de trabalho, aumento da variedade de rotinas através de rodízio de funções a fim de evitar a monotonia dos trabalhos repetitivos, evitar o excesso de horas extras pois acarreta desgaste orgânico e ou psíquico, melhorar as condições físicas do trabalho com adoção de ferramentas e ambiente adequado com apoio da ergonomia, investir no aperfeiçoamento pessoal e profissional dos funcionários, oportunizando cursos, oferecer gratificações simbólicas e personalizadas aos funcionários, dar oportunidades para que os funcionários possam apresentar ideias que melhorem a qualidade e produtividade da empresa, sempre dando *feedback* para essas ideias, bem como implementar um código de ética construído pela empresa e seus funcionários (Ferreira, 2016).

## Considerações finais

As emoções fornecem informações valiosas sobre o indivíduo, o ambiente, as situações e a respeito das outras pessoas. Utilizando as informações sobre as emoções, é possível alterar o comportamento e o raciocínio de modo a reverter ou se adaptar às situações. A IE exerce papel importante em nossas vidas, pois é uma capacidade que determina como as emoções ajudam ou atrapalham a capacidade de pensar e fazer planos, de persistir em um treinamento para atingir uma meta desafiadora. Por essa razão, é possível concluir que a inteligência emocional é uma aptidão mestra. As emoções têm impacto tanto na tomada de decisão nas organizações, quanto em todas as decisões na vida de uma pessoa. Trabalhar a resiliência para recuperar o equilíbrio emocional em situações de grandes pressões ou estresse, implica na capacidade de agir e decidir frente aos problemas. Essa habilidade é potencializada pela construção de vínculos profissionais estruturados no respeito, confiança, cumplicidade e pela aplicação adequada das competências emocionais.

Cumpriu-se o objetivo do estudo, com a reflexão sobre resiliência e inteligência emocional, onde trata principalmente das habilidades desenvolvidas pelos indivíduos que os tornam mais aptos para conseguir lidar com suas emoções e mais perseverantes diante dos desafios que se apresentam em suas vidas, como o profissional pode desenvolver sua resiliência e inteligência emocional, os desafios que os profissionais encontram no processo de desenvolvimento da resiliência e inteligência emocional e como as organizações podem auxiliar seus colaboradores a desenvolver a resiliência e inteligência emocional.

## Referências

- Caruso, R. Bom Humor, o segredo para aumentar a produtividade. <http://www.humorcomposito.com.br/>: Acessado em 01/10/2022.
- Castilho, R. A importância da inteligência emocional. <https://rogeriocastilho.com.br/a-importancia-da-inteligencia-emocional>
- Cury, A. (2015). Gestão da emoção. São Paulo. Saraiva.
- Cruz, E. (2022). Inteligência emocional e o ambiente de trabalho. <https://pt.linkedin.com/pulse/o-que-%C3%A9-intelig%C3%Aancia-emocional-e-como-desenvolver-trabalho-cruz?trk=pulse-article>

Ferreira, F. C. (2016). A importância da inteligência emocional no contexto organizacional. <https://document.onl/documents/a-importancia-da-inteligencia-emocional-no-contexto-o-atual-contexto-de.html?page=1>

Gardner, H. Teoria das Inteligências Múltiplas, Espaço Aberto, Ciência e Tecnologia. YouTube. <https://bit.ly/3r9bTEt>

Goleman, D. (2012). Inteligência Emocional, A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro. Objetiva.

Gondim, S. M. G. & Siqueira, M. M. M. (2009). Emoções e afetos no trabalho. In: ZANELLI, J. C.; Borges-Andrade, J. E. & Bastos, A. V. B. (2004). Ed. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre. Artmed.

Moura, V. F. (2022). Resiliência e inteligência emocional [e-book] Flórida: Must University.

Palmiter, David et al. (2012) Building your resilience. Washington. <<https://www.apa.org/topics/resilience>>. Acessado em 29/09/2022.

Robbins, S. P. & Judge, T. A. & Sobral, F. (2010). Comportamento organizacional. 14<sup>a</sup>. Ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall.

Sin, V. (2018). Inteligência emocional. <https://www.tribunadeituverava.com.br/coach-fala-sobre-inteligencia-emocional>

Stevens. N. D. (1988). Notícias sobre bibliotecas universitárias e de pesquisa Inovações Humor e criatividade. College & Research Libraries News (acrl.org). Vol 49. No 3. <https://bit.ly/3cUyCPl>

# A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR

**Gabriel Bezerra Silva**

Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

**Resumo:** O presente artigo tem como finalidade principal fazer uma abordagem acerca da importância do gestor escolar bem com o papel diante da possibilidade de garantir o bom funcionamento da instituição escolar. Para tal, foi preciso realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema em estudo. Ao final da pesquisa foi possível entender melhor sobre gestão, como ela ocorre, quais os tipos e como o gestor seja ele na função de diretor, coordenador, secretário, supervisor ou administrador pode e dever elaborar estratégias para que o ambiente escolar seja um espaço favorável ao ensino e aprendizagem de qualidade.

**Palavras-chave:** Gestão Escolar. Gestor Escolar. Funções e Importância. Gestão Democrática.

**Abstract:** The main purpose of this article is to provide an approach to the importance of the school manager and their role in ensuring the proper functioning of the school institution. To do so, it was necessary to carry out a bibliographical review on the topic under study. At the end of the research, it was possible to better understand management, how it occurs, what types and how the manager, whether in the role of director, coordinator, secretary, supervisor or administrator, can and should develop strategies so that the school environment is a favorable space. quality teaching and learning.

**Keywords:** School Management. School Manager. Functions and Importance. Democratic management.

## Introdução

A importância da gestão escolar deriva do fato de ter como objetivo central alcançar um aprendizado de qualidade, ou seja, está relacionado à tomada de decisão, trabalho em equipe, qualidade de processos, exercício de liderança e práticas dentro da comunidade



educacional.

O objetivo geral do presente trabalho é o de fazer um apanhado geral sobre a importância da gestão escolar de qualidade. Os objetivos específicos são: o de contextualizar o assunto; e mostrar como se dá a questão da gestão por parte dos profissionais responsáveis por isso.

Um dos métodos de pesquisa que não falta em um trabalho, por ser de extrema importância e o bibliográfico, ele se mostra essencial porque o recolhimento de materiais sobre o assunto é obrigatório para que haja bibliografia suficiente como forma de reforçar o referencial teórico: “A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.” (FONSECA, 2002, p.32).

## **Desenvolvimento**

A gestão escolar desempenha um papel fundamental na organização da educação, coordenando diferentes problemas educacionais dentro de uma instituição. O profissional encarregado dessa missão deve ser capaz de aplicar princípios e estratégias eficazes aos processos para promover a qualidade do ensino.

É verdade que o foco principal da gestão escolar é alcançar resultados relevantes, importantes para a comunidade escolar e o ambiente comunitário. Mas há muito trabalho por trás desse objetivo. A administração escolar aborda questões específicas da rotina educacional e procura garantir que as instituições de ensino estejam em condições de cumprir sua principal função: ensinar com qualidade e educar os cidadãos com as competências e habilidades essenciais para sua vida pessoal e profissional.

Existem vários pilares que apoiam a gestão escolar, como por exemplo, a gestão pedagógica, que requer a definição dos parâmetros de ensino e aprendizagem adotados pela escola. Também é importante organizar o espaço e ser capaz de fazer tudo funcionar corretamente e com uma estrutura adequada. Essa gestão mais administrativa requer a supervisão dos processos e ambientes da escola.

Para que os projetos e as necessidades diárias da instituição sejam viáveis, também é necessária uma gestão financeira que possa organizar e disponibilizar recursos e manter as contas equilibradas. Outro pilar essencial para a gestão escolar é o trabalho de recursos humanos entre estudantes, professores, coordenadores, funcionários, famílias e comunidade.

Nesse sentido, o papel de liderança deve ser mais desenvolvido para estimular, encontrar um terreno comum e promover um ambiente de respeito e cooperação. Assim, é importante motivar a formação de professores para que eles possam acompanhar habilidades e interesses de acordo com os objetivos da instituição.

Quando o dirigente escolar atua sobre o modo de ser e de fazer da organização educacional, está efetivamente promovendo gestão escolar, isto é, está mobilizando esforços, canalizando energia e competências, articulando vontades e promovendo a integração de processos voltados para a efetivação de ações necessárias à realização dos objetivos educacionais, os quais demandam a atuação da escola como um todo de forma consistente, coerente e articulada. (LUCK, 2011, p. 131).

Dessa forma, pode-se dizer que a gestão escolar é um processo sistemático que busca fortalecer o bom funcionamento da escola, realizando uma série de ações que buscam promover o centro educacional nos diferentes aspectos fundamentais em que se desenvolve. Esse tipo de gestão está relacionado às ações realizadas pela equipe de gestão da escola, embora ainda seja vinculativo para toda a comunidade educacional.

É derivado dos diferentes planos realizados para alcançar os objetivos estabelecidos emanados dos vários planos e projetos que a escola desenvolve. A gestão escolar apresenta uma clara diferença em relação à gestão educacional, uma vez que a primeira está adequadamente vinculada aos processos realizados e planejados no centro, a fim de alcançar os objetivos emanados da estrutura interna da escola. Por outro lado, o segundo está intimamente ligado à política criada a partir dos níveis mais altos do sistema social político e às instituições educacionais a ele vinculadas.

Para que a gestão da escola seja realizada com sucesso, é necessário executar várias ações ou momentos, que são os seguintes: um espírito colaborativo e participativo deve estar presente em todos os planos e projetos realizados; uma equipe vinculada a essa ação deve ter consciência, responsabilidade, criatividade e vocação para trabalhar; devem ser criados instrumentos e ferramentas que provoquem a organização e o monitoramento de todos os processos realizados na escola; no que se refere ao gerenciamento de informações, estes devem ser utilizados para a tomada de decisões, devendo ser feitos planos de melhoria e ação, com o objetivo de corrigir pontos fracos e manter aspectos que indicam pontos fortes; a avaliação dos eventos realizados pela equipe gerencial deve ser contínua e, ao mesmo tempo, deve servir para avaliar os aspectos que indicam quanto

foi alcançado no centro educacional; e os problemas que enfrentam devem servir para buscar novos aprendizados e consolidar planos que fortaleçam o projeto institucional. Algumas funções a serem desenvolvidas pelo gestor escolar são apresentadas segundo Libâneo:

1. Supervisionar e responder por todas as atividades administrativas e pedagógicas da escola bem como as atividades com os pais e a comunidade e com outras instâncias da sociedade civil.
2. Assegurar as condições e meios de manutenção de um ambiente de trabalho favorável e de condições materiais necessárias à consecução dos objetivos da escola, incluindo a responsabilidade pelo patrimônio e sua adequada utilização.
3. Promover a integração e a articulação entre a escola e a comunidade próxima, com o apoio e iniciativa do Conselho de Escola, mediante atividades de cunho pedagógico, científico, social, esportivo, cultural.
4. Organizar e coordenar as atividades de planejamento e do projeto pedagógico-curricular, juntamente com a coordenação pedagógica, bem como fazer o acompanhamento, avaliação e controle de sua execução.
5. Conhecer a legislação educacional e do ensino, as normas emitidas pelos órgãos competentes e o Regimento Escolar, assegurando o seu cumprimento.
6. Garantir a aplicação das diretrizes de funcionamento da instituição e das normas disciplinares, apurando ou fazendo apurar irregularidade de qualquer natureza, de forma transparente e explícita, mantendo a comunidade escolar sistematicamente informada das medidas.
7. Conferir e assinar documentos escolares, encaminhar processos ou correspondências e expedientes da escola, de comum acordo com a secretaria escolar.
8. Supervisionar a avaliação da produtividade da escola em seu conjunto, incluindo a avaliação do projeto pedagógico, da organização escolar, do currículo e dos professores.
9. Buscar todos os meios e condições que favoreçam a atividade profissional dos pedagogos especialistas, dos professores, dos funcionários, visando à boa qualidade do ensino.
10. Supervisionar e responsabilizar-se pela organização financeira e controle das despesas da escola, em comum acordo com o Conselho

de Escola, pedagogos especialistas e professores (LIBÂNEO, 2004, p. 217).

A gestão escolar deve ter como objetivo a realização de boas atividades educacionais, a busca e a colocação em prática de um modelo de ensino e aprendizagem, de acordo com as melhores práticas de ensino exigidas pelo momento atual. Essa gestão deve buscar o desenvolvimento de um método eficiente de avaliação e supervisão, que permita a realização de tais ações pedagógicas, garantindo a obtenção de excelentes resultados.

Deve servir como uma maneira de incorporar toda a comunidade educacional na busca de soluções para todos os problemas educacionais que o centro educacional deve enfrentar. A escola enfrenta várias situações que os professores não podem enfrentar sozinhos. Daí a grande necessidade de incluir outros atores no processo de encontrar soluções para os constantes obstáculos, problemas e demandas que somente a escola ligada à comunidade pode solucionar.

A administração da escola colabora, permitindo analisar e obter estratégias que auxiliem na busca e gestão dos diferentes recursos econômicos, financeiros, materiais e humanos com os quais a escola precisa realizar políticas de outras dependências. Esse aspecto da gestão deve ser realizado da maneira mais consciente possível, pois implicaria que a instituição de ensino encerrasse seu funcionamento adequado.

Vale ressaltar que as escolas desfrutam de sua forma estrutural, que tem a ver com a forma como estão organizados, e que cada membro dessa estrutura tem um papel a desempenhar. Nesse aspecto, a administração da escola tenta localizar taticamente cada ator como parte de uma rede organizada, o que indica o alcance, o papel a ser desempenhado, o trabalho a ser realizado, o tempo a ser organizado e os espaços em que trabalho será feito.

É nesse aspecto que, por meio da gestão, são determinadas as capacidades individuais e coletivas, com o objetivo de utilizar esses talentos em busca de melhores resultados na qualidade da educação. A gestão escolar é um aspecto de vital importância para alcançar o sucesso esperado no centro educacional. Sem ele, seria impossível obter qualidade nos processos ligados à qualidade da educação.

As atividades desenvolvidas pelo Gestor, é como um conjunto de processos e estratégias que facilitam a reflexão dos professores sobre a sua prática, que contribui para que os professores gerem

conhecimento prático, estratégia e sejam capazes de aprender com a sua experiência. (MACHADO, 2001, p.123).

Sem a prática, a escola deixa de ser autônoma e a parte social e dinâmica da escola pode desaparecer, uma vez que a gestão transforma os atores em verdadeiros protagonistas de seu desenvolvimento. A gestão escolar não é uma prática única da equipe administrativa da escola. Deve envolver todos aqueles que se sentem comprometidos em obter resultados confiáveis no nível educacional e possuir uma verdadeira educação de qualidade que permita a transformação da sociedade em que vivemos e dos seres que todos os dias buscam mudar de vida e vive uma educação que os torna competentes em todos os espaços sociais em que estão presentes.

Portanto, diretores e administradores, professores, alunos, equipe de apoio à comunidade e grupos colaboradores devem assumir o compromisso de serem verdadeiros gestores para o benefício da escola que desejam, pois com as capacidades e dedicação ao serviço, pode-se alcançar a descentralização e o planejamento dos processos que provocam melhorias educacionais e a consolidação da escola que todos desejam ter.

Todos os dias, a gerência e a equipe de ensino enfrentam questões relacionadas à metodologia de aprendizagem, com a administração e organização de aulas, horários e atividades ou com o relacionamento com as famílias. Em outras palavras, a gestão educacional consiste em saber como organizar todos os recursos disponíveis para o centro (material e humano), a fim de implementar o projeto educacional do centro e alcançar um bom nível de satisfação de todos os membros de sua comunidade educacional.

A verdade é que não existe uma maneira única de gerenciar uma escola, mas isso dependerá de suas próprias características, da equipe que o compõe e de seus objetivos e aspirações, mas em geral há uma série de metas ou desafios que enfrenta a gestão educacional hoje, e que gostaríamos de analisar neste artigo. O elemento básico da gestão educacional é a organização, ou seja, é formada por uma série de processos projetados e estudados para serem colocados em prática em uma determinada ordem e direcionados a objetivos específicos.

Além disso, a gestão educacional não apenas permite organizar as ações da escola, mas também identificar as áreas que precisam de melhorias ou as ações específicas que devem ser desenvolvidas. No momento, a gestão e organização das escolas são orientadas por padrões de qualidade e eficiência é por esse motivo de grande importância que as características que diferenciam esses dois campos são definidas. Para Ferreira:

A capacidade de organização é que vai garantir a exequibilidade do que foi coletivamente planejado e revelar a competência dos profissionais da educação. É aí que se revelam os compromissos democráticos de todos os responsáveis pelo processo educacional, na garantia de fazer acontecer a todos os educandos. (FERREIRA, 2009, p. 70).

O campo da Administração é aquele que trata de colocar em prática os mecanismos necessários para alcançar os objetivos da instituição e garantir seu cumprimento. O desenvolvimento educacional levou os campos da administração e organização a unirem e promoverem um equilíbrio social, cultural e econômico das comunidades educacionais atualmente.

É um equilíbrio que leva a articular a organização orientada por processos educacionais e gerenciais voltados para os negócios. Quando se fala em organização educacional, fala-se de um sistema complexo e particular, direcionado a certos fins, propostos de acordo com as necessidades educacionais de um contexto sociocultural específico.

A gestão é direcionada ao administrativo ou comercial, cuja função é obter recursos que permitam alcançar os objetivos planejados e organizados. O que a organização e a gestão educacional pretendem é a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. É por isso que os dois campos mencionados devem trabalhar juntos, adaptando-se às constantes mudanças na sociedade.

Nessa ordem de ideias, é necessário observar a importância de que a organização e a gestão trabalhem juntas, em contextos escolares, nos quais houve muitas vezes falhas, quando se trata de administrar e organizar; a falta de conhecimento administrativo daqueles que gerenciam a educação prejudicou o que se tentou melhorar.

A organização e a administração educacionais devem trabalhar juntas porque, a partir da organização, os produtos que as instituições educacionais oferecem à sociedade são planejados no nível pedagógico, a gestão é responsável por obter e distribuir os recursos para alcançar as metas planejadas. Provavelmente, falhas educacionais ocorreram devido à falta de profissionalismo daqueles que administram a educação e isso se deve ao fato de a gestão e a organização terem sido realizadas de maneira simples e artesanal nas instituições de ensino.

A administração educacional sempre foi deixada nas mãos de professores que não têm ideia de administrar, não são treinados para

isso. Não é o mesmo parar diante de algumas crianças do que ter que administrar uma instituição educacional. As escolas são deixadas nas mãos dos professores, quando são comissionados ou nomeados como reitores do campus, aquele professor que, provavelmente o mais velho, acredita-se ter a capacidade de levar o bastão do estabelecimento educacional em que trabalha, mas não é a antiguidade que deve determinar isso, mas sim o conhecimento que você tem sobre gestão e organização educacional.

A primeira coisa que ele enfrenta é um desafio para o qual ele não foi treinado e que ele precisa aprender na prática. Quando um professor é nomeado gestor de uma instituição de ensino, ele pode, às vezes, ficar à deriva, não sendo guiado pelos objetivos institucionais que orientam os propósitos da instituição. Essa é provavelmente uma das situações que um professor enfrenta quando não tem conhecimento, as implicações da gestão e organização educacional.

Na constante luta para entender gestão e organização educacional, duas abordagens foram apresentadas, a primeira das quais é a de quem acredita que as instituições educacionais devem ser administradas por um professor que, sem conhecer a administração, deve se tornar o gestor da sua jornada e experiência, poderíamos definir essa primeira abordagem sob um paradigma pedagógico, enquanto a segunda é a daqueles que pensam que ela deve ser gerenciada por um administrador.

A natureza humanística da educação está sendo perdida à medida que ela se encaminha para a administrativa, os defensores da abordagem administrativa estão tentando fazer é transformar a escola em uma empresa para lucrar e também permitir que o Estado evite responsabilidades que lhe correspondem.

Os defensores da abordagem pedagógica concentram seus esforços exclusivamente no que acontece no contexto da sala de aula, mas subestimam a influência da organização gerencial e administrativa no desenvolvimento de processos pedagógicos, até o momento se quis esclarecer que deve haver um complemento entre as duas abordagens.

Tendo em mente as abordagens administrativas e pedagógicas, o que se quer mostrar no desenvolvimento desse discurso é um equilíbrio entre as duas abordagens, é o alcance da harmonia entre a abordagem administrativa e pedagógica, os objetivos a serem alcançados podem ser claramente organizados e planejados uma instituição educacional.

## Conclusão

Nos últimos anos, houve limitações na política que visa selecionar o perfil apropriado daqueles que precisam administrar instituições e centros de ensino. Ao implementar concursos de seleção, nos quais os méritos têm procurado encontrar profissionais adequados para a administração das escolas, este é um passo importante, mas como em todos os processos há uma margem de erro, pode ser dizer que nisso seria a falta de clareza no perfil profissional desses administradores, uma vez que é necessário recorrer a um gestor educacional, o ilógico é que essa premissa não seja levada em consideração e que o administrador não tenha conhecimentos pedagógicos na época de ser designado para essas instituições e ter pouca visão quando se trata de inovações pedagógicas que buscam melhorar o ensino de professores e a aprendizagem dos alunos.

A organização e a gestão educacional não podem permanecer em intenções, nem no modelo artesanal que a caracterizou, mas, pelo contrário, devem partir de decisões direcionadas à melhoria da qualidade educacional e, para isso, é necessário apostar no modelo profissional. Pode ser que o concurso de mérito esclareça ainda mais o perfil daqueles que desejam administrar a educação e alcançar o equilíbrio exposto neste trabalho entre o administrativo e o pedagógico.

Para concluir, é preciso ter em mente que o mundo moderno exige muito mais no nível gestor, novos desafios devem ser enfrentados, em um mundo em que as tecnologias estão disponíveis para todos, em que a demanda educacional e a administração educacional eles ocupam um papel cada vez mais importante.

## Referências

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão e Organização Escolar**. IESDE Brasil, 2009.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Apostila. Fortaleza, UEC, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5. ed. Revisada e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Vol. V, série cadernos de

gestão.

MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. **Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares.** Em Aberto, Brasília: MEC/INEP, v. 17, n. 72, p. 97-112, jun. 2001.

# REFLEXÕES SOBRE A TECNOLOGIA NA SAÚDE: INTERSECÇÃO ENTRE TECNOLOGIA E CUIDADOS DE SAÚDE

Camila Sabino de Araujo<sup>1</sup>

Adilma dos Santos Brito Pereira<sup>2</sup>

Jackelyne de Souza dos Santos<sup>3</sup>

Roberta Araújo de Castro<sup>4</sup>

Vitória Gonçalves de Lima Costa<sup>5</sup>

**Resumo:** A nova fase tecnológica em que passamos e vivemos trouxe inúmeras modificações em diversas áreas, portanto acarretando mudanças em toda a sociedade, partindo do pressuposto dessas transformações podemos refletir sobre as mídias digitais e tecnologias na saúde. Reflexões sobre a tecnologia na saúde abrangem uma ampla gama de tópicos relevantes para a intersecção entre tecnologia e cuidados de saúde. Objetiva-se abordar questões sobre como a tecnologia está transformando a prestação de cuidados de saúde, o impacto das inovações tecnológicas na qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde, bem como as preocupações éticas e sociais associadas ao uso da tecnologia na área da saúde. Apresenta-se tematicamente tópicos como Tecnologia e Inovação Tecnológica na Saúde, Benefícios e Desafios da Tecnologia na Saúde e Tendências Futuras e Impacto Social. Metodologicamente baseia-se em pesquisa de artigos, pode-se concluir que reflexões sobre a tecnologia na saúde são essenciais para compreender o impacto da tecnologia na prestação de cuidados de saúde, identificar desafios e oportunidades, e garantir que a tecnologia seja utilizada de forma ética e responsável para melhorar a saúde e o bem-estar das pessoas.

**Palavras-chave:** Saúde. Tecnologias. Inovação. Gestão.

---

1 Doutoranda em Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. E-mail: camissabino@gmail.com

2 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. Email: adilmabrito@yahoo.com.br

3 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: jackelyne\_sou@hotmail.com

4 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Mus University. E-mail: betacastro25@gmail.com

5 Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde pela Must University. E-mail: professoravitoria@hotmail.com

**Abstract:** The new technological phase that we are going through and living in has brought countless changes in various areas, thus bringing about changes in society as a whole. Based on the assumption of these transformations, we can reflect on digital media and technologies in healthcare. Reflections on technology in healthcare cover a wide range of topics relevant to the intersection between technology and healthcare. It aims to address questions about how technology is transforming the delivery of healthcare, the impact of technological innovations on the quality and accessibility of healthcare services, as well as the ethical and social concerns associated with the use of technology in healthcare. Topics such as Technology and Technological Innovation in Health, Benefits and Challenges of Technology in Health and Future Trends and Social Impact are presented thematically. Methodologically based on a search for articles, it can be concluded that reflections on technology in healthcare are essential to understand the impact of technology on healthcare provision, identify challenges and opportunities, and ensure that technology is used ethically and responsibly to improve people's health and well-being.

**Keywords:** Health. Technology. Innovation. Management.

## Introdução

As tecnologias, assim como inovações tecnológicas e tecnologias digitais, fazem parte de nossa sociedade para a realização de tarefas de diversas áreas, e em setores como pessoais, profissionais e financeiros, com a utilização de smartphones e internet, para tanto, na Saúde não poderia ser diferente.

Em Brasil (2008) encontram-se argumentos Políticos e legislativos sobre o tema, em que a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) é parte integrante da Política Nacional de Saúde, formulada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O artigo 200, inciso V, da Constituição Federal estabelece as competências do SUS e, dentre elas, inclui o incremento do desenvolvimento científico e tecnológico em sua área de atuação.

Já em Lorenzetti, Trindade, Pires, & Ramos (2012), retratam sobre o desenvolvimento de uma cultura que vê nas tecnologias e inovações tecnológicas a única fonte de satisfação, e destaca a influência e implicações da inovação tecnológica no setor saúde, no qual se sobressaem as tecnologias

do tipo material, ainda ressaltam a importância de uma análise crítica sobre o fenômeno, que utilizem critérios éticos para evitar e também minimizar suas malefícências, os autores ainda concluem que o uso das tecnologias deveria priorizar a solução dos graves problemas estruturais e globais da humanidade, contribuindo para melhorias no setor saúde e para a construção de uma sociedade mais digna, justa, solidária e sustentável.

Assim sendo, as reflexões sobre a tecnologia na saúde abrangem uma ampla gama de tópicos relevantes para a interseção entre tecnologia e cuidados de saúde. Este tema suscita questões sobre como a tecnologia está transformando a prestação de cuidados de saúde, o impacto das inovações tecnológicas na qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde, bem como as preocupações éticas e sociais associadas ao uso da tecnologia na área da saúde.

A tecnologia na saúde tem desempenhado um papel significativo na melhoria dos diagnósticos, tratamentos e cuidados com a saúde, através de avanços como a telemedicina, inteligência artificial, dispositivos médicos inovadores e registros eletrônicos de saúde. Essas inovações têm o potencial de aumentar a eficiência dos serviços de saúde, facilitar o acesso a cuidados remotos e personalizar os tratamentos de acordo com as necessidades individuais dos pacientes.

No entanto, também surgem questões importantes relacionadas à privacidade e segurança dos dados de saúde, desigualdade no acesso à tecnologia, bem como a necessidade de garantir que a tecnologia não substitua a empatia e o cuidado humano na prestação de serviços de saúde. Além disso, a rápida evolução tecnológica na área da saúde levanta questões éticas sobre a tomada de decisões clínicas, a responsabilidade dos profissionais de saúde e o impacto social das inovações tecnológicas.

Portanto, as reflexões sobre a tecnologia na saúde são essenciais para compreender o impacto da tecnologia na prestação de cuidados de saúde, identificar desafios e oportunidades, e garantir que a tecnologia seja utilizada de forma ética e responsável para melhorar a saúde e o bem-estar das pessoas.

## **Tecnologia e inovação tecnológica na saúde**

Nos últimos anos, os avanços tecnológicos na área da saúde têm revolucionado a forma como os profissionais médicos diagnosticam, tratam e cuidam dos pacientes. A telemedicina, por exemplo, permite que os

pacientes tenham acesso a consultas médicas remotas, o que é especialmente útil em áreas rurais ou para pacientes que não podem se deslocar até um consultório. Além disso, a inteligência artificial tem desempenhado um papel fundamental na análise de grandes conjuntos de dados médicos, auxiliando os médicos a identificar padrões e prever diagnósticos com maior precisão. Dispositivos médicos inovadores, como sensores e monitoramento remoto, também têm permitido um acompanhamento mais eficaz e preciso das condições de saúde dos pacientes.

Um exemplo notável de tecnologia inovadora na área da saúde é a impressão 3D de órgãos e tecidos humanos. Essa tecnologia tem o potencial de revolucionar a medicina regenerativa, possibilitando a criação de órgãos e tecidos sob medida para transplantes, além de permitir a produção de modelos anatômicos precisos para planejamento cirúrgico. Outro avanço significativo é a utilização de robótica na cirurgia, que permite procedimentos mais precisos e menos invasivos, resultando em tempos de recuperação mais curtos para os pacientes. Além disso, a realidade virtual tem sido utilizada para treinamento médico e terapia de reabilitação, proporcionando novas formas de aprendizado e tratamento para profissionais e pacientes. Realidade virtual aumentada e mesclada; Estratégia omnicanal para prestadores de cuidados de saúde; Soluções virtuais de atendimento; Produtos de saúde “vestíveis”, digitais e Internet of Things (IoT).

Pinto & Rocha (2016) falam sobre o tema e descrevem os resultados da implementação de uma inovação tecnológica e em comunicação da área da saúde, com custo muito reduzido para o Sistema Único de Saúde (SUS), e que permitiu o registro semanal do processo de trabalho das equipes de 193 unidades de atenção primária em saúde (APS) em blogs, cujo total de acessos alcançou a marca de sete milhões em meados de 2015; trata-se da Rede OTICS-RIO, ou Rede de 16 Observatórios de Tecnologias de Informação e Comunicação em Serviços de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, para o apoio e integração da atenção primária, vigilância e promoção da saúde. Obtiveram resultados satisfatórios, e relacionados ao apoio na formação dos trabalhadores, na disseminação de dados, comunicação, qualificação e gestão da informação em atenção primária em saúde.

Em Macedo, Santos & Almeida (2020), retratam uma pesquisa piloto, que objetivou avaliar a utilização dos trabalhadores de saúde da atenção primária, em uma capital brasileira, de um aplicativo móvel, o “Meu SUS”, que é um aplicativo centralizador de informações da rede de

serviços de saúde, e que foi desenvolvido para smartphones com plataforma Android, com informações extraídas do Cadastro Nacional de Serviços de Saúde. O aplicativo se mostrou prático, de fácil entendimento e utilização, porém possui limitações relacionadas à necessidade de atualização das informações da rede e melhor descrição dos serviços extraídos na fonte dos dados.

Esses avanços tecnológicos têm tido um impacto significativo na melhoria dos diagnósticos, tratamentos e cuidados com a saúde. A integração de tecnologias como inteligência artificial, telemedicina, dispositivos médicos inovadores e outras inovações têm permitido um atendimento mais personalizado e eficaz, reduzindo erros médicos e melhorando os resultados clínicos. Além disso, essas tecnologias têm o potencial de reduzir custos e aumentar o acesso a cuidados de saúde de qualidade, beneficiando pacientes em todo o mundo. Como resultado, a colaboração entre profissionais de saúde e empresas de tecnologia continua a impulsionar a inovação e a transformação da área da saúde.

### *Benefícios e desafios da tecnologia na saúde*

A tecnologia na área da saúde tem trazido inúmeros benefícios, incluindo a melhoria da eficiência dos serviços médicos, a redução de erros diagnósticos e a personalização dos tratamentos. A telemedicina, por exemplo, permite que pacientes em áreas remotas ou com mobilidade reduzida tenham acesso a cuidados médicos de qualidade, enquanto a inteligência artificial auxilia os médicos na análise de grandes volumes de dados para identificar padrões e prever diagnósticos com maior precisão. Além disso, dispositivos médicos inovadores, como wearables e sensores, permitem o monitoramento remoto de pacientes, possibilitando um acompanhamento mais eficaz e precoce de condições de saúde. Assim sendo, as vantagens dessas novas tecnologias na área da saúde são diversas, incluindo a melhoria da precisão diagnóstica, o acesso a cuidados remotos e personalizados, a otimização dos processos de atendimento e a capacidade de monitorar continuamente a saúde dos pacientes. Além disso, a tecnologia na saúde também está impulsionando a inovação em tratamentos e terapias, promovendo a educação e o engajamento do paciente, e contribuindo para a eficiência e a redução de custos no sistema de saúde.

No entanto, a implementação da tecnologia na saúde também apresenta desafios significativos. A segurança dos dados e a privacidade

dos pacientes são preocupações fundamentais, especialmente com o aumento do armazenamento e compartilhamento de informações médicas digitais. Além disso, a integração de sistemas de tecnologia da informação em ambientes médicos pode ser complexa e dispendiosa, requerendo investimentos significativos em infraestrutura e treinamento de pessoal. Outro desafio é garantir que a tecnologia não substitua a interação humana na prestação de cuidados de saúde, mantendo o aspecto empático e pessoal no atendimento aos pacientes.

Apesar dos desafios, a tecnologia continua a desempenhar um papel crucial na melhoria dos cuidados de saúde. A superação desses desafios requer uma abordagem cuidadosa e colaborativa entre profissionais de saúde, empresas de tecnologia, reguladores e pacientes, a fim de garantir que os benefícios da tecnologia sejam maximizados, enquanto os riscos são minimizados. Com o avanço contínuo da tecnologia, é fundamental que as políticas e práticas na área da saúde evoluam para garantir que a tecnologia seja utilizada de forma ética, segura e eficaz, proporcionando benefícios tangíveis para pacientes e profissionais de saúde.

## **Tendências futuras e impacto social**

As tendências futuras na área da tecnologia em saúde apontam para avanços significativos em diversas áreas, incluindo a medicina personalizada, a telemedicina e a integração de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial e a realidade aumentada. A medicina personalizada, baseada na genômica e em dados de saúde individualizados, promete revolucionar a forma como as doenças são diagnosticadas e tratadas, permitindo terapias mais direcionadas e eficazes. Além disso, a telemedicina continuará a expandir-se, possibilitando um acesso mais amplo a cuidados médicos de qualidade, especialmente em regiões remotas ou carentes de recursos médicos. O crescimento da inteligência artificial e da realidade aumentada na área da saúde também promete transformar a forma como os profissionais de saúde interagem com os pacientes, realizam procedimentos cirúrgicos e acessam informações clínicas. Ainda observa-se que o uso de aplicativos para a organização e gestão de prontuários eletrônicos de pacientes é uma prática cada vez mais comum na área da saúde. Esses aplicativos permitem aos profissionais de saúde acessar e atualizar os prontuários dos pacientes de forma rápida e eficiente, facilitando a comunicação entre os membros da equipe e melhorando a qualidade do atendimento. Além

disso, os aplicativos de prontuário eletrônico também oferecem recursos de segurança e privacidade, garantindo que as informações dos pacientes sejam protegidas de forma adequada.

Em Santos, Fonseca Sobrinho, Araujo, Procópio, Lopes, Lima, Reis, Abreu, Jorge & Matta-Machado (2017), descrevem um estudo transversal, que englobou 17.053 equipes, que utilizaram através do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), a incorporação de TIC na atenção básica e sua associação com a qualidade, assim sendo, criaram um Índice de Incorporação de Tecnologias de Informação e Comunicação (ITIC) englobando: infraestrutura, sistemas e utilização de informação. Para as associações, realizou-se análise de regressão. Somente 13,5% das equipes possuem grau alto de TIC. Como resultados consideraram que na utilização da informação que se observou a maior força de associação e que as TIC contribuem para a melhoria da qualidade da atenção básica.

O impacto social dessas tendências futuras é significativo, uma vez que a tecnologia em saúde tem o potencial de democratizar o acesso a cuidados médicos de qualidade e reduzir disparidades no atendimento. A medicina personalizada, por exemplo, pode permitir que pacientes de diferentes origens étnicas ou socioeconômicas recebam tratamentos específicos para suas condições de saúde, levando a melhores resultados clínicos e qualidade de vida. Além disso, a telemedicina pode ajudar a superar barreiras geográficas e financeiras, possibilitando que pacientes em áreas remotas ou de baixa renda recebam atendimento médico especializado. A integração de tecnologias emergentes também tem o potencial de melhorar a eficiência dos serviços de saúde, reduzindo custos e otimizando o tempo dos profissionais de saúde, o que pode resultar em uma melhoria significativa na qualidade e acessibilidade dos cuidados médicos.

No entanto, é importante considerar os desafios éticos, legais e de segurança que acompanham essas tendências futuras. A proteção dos dados de saúde dos pacientes, a garantia de padrões éticos na utilização da inteligência artificial e a equidade no acesso às inovações tecnológicas são questões fundamentais que precisam ser abordadas para garantir que o impacto social da tecnologia em saúde seja positivo e equitativo. A colaboração entre profissionais de saúde, legisladores, empresas de tecnologia e comunidades é essencial para garantir que as tendências futuras na área da tecnologia em saúde sejam implementadas de forma responsável e benéfica para todos.

## Considerações finais

As tendências atuais na área da saúde refletem um movimento crescente em direção à integração de tecnologias inovadoras, como realidade virtual e aumentada, soluções virtuais de atendimento, dispositivos “vestíveis” e IoT para monitoramento da saúde. Essas inovações destacam a importância cada vez maior da tecnologia na transformação e melhoria dos cuidados de saúde. Ao mesmo tempo, elas apontam para um futuro onde a tecnologia desempenhará um papel central na promoção da qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde.

Em síntese, a tecnologia na saúde está impulsionando mudanças significativas na forma como os cuidados médicos são entregues, trazendo consigo benefícios como maior eficiência, personalização, acessibilidade e inovação. As tendências atuais indicam um futuro cada vez mais tecnológico, onde a melhoria contínua da saúde e do bem-estar das pessoas será cada vez mais impulsionada por avanços tecnológicos. No entanto, é crucial que essas inovações sejam implementadas de forma ética, segura e equitativa, garantindo que os benefícios da tecnologia sejam acessíveis a todos, e que a privacidade e segurança dos dados dos pacientes sejam protegidas. Com uma abordagem cuidadosa e colaborativa, a tecnologia na saúde tem o potencial de revolucionar positivamente a forma como cuidamos da nossa saúde e do bem-estar das comunidades.

## Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. (2008). Política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia. / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia – 2. ed. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008. 44 p. – (Série B. Textos Básicos em Saúde) ISBN 85-334-1241-X. Disponível em:<[https://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/Politica\\_Portugues.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/Politica_Portugues.pdf)>. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

Lorenzetti, J., Trindade, L. de L., Pires, D. E. P. de ., & Ramos, F. R. S.. (2012). Tecnologia, inovação tecnológica e saúde: uma reflexão necessária. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 21(2), 432–439. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/tce/a/63hZ64xJVrMf5fwsBh7dnnq/#>>. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

Macedo, M. S.; Santos, K. B. & Almeida, M. M. C.. (2020). Inovação tecnológica aplicada à atenção primária em saúde: Aplicativo de busca de serviços-MEUSUS. *Revista Bahiana de Saúde Pública- RBSP*. v. 43, n. 2, p. 375-389 abr./jun. Disponível em:<<https://fi-admin.bvsalud.org/document/view/vfkez>. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

Pinto, L. F., & Rocha, C. M. F. (2016). Inovações na Atenção Primária em Saúde: o uso de ferramentas de tecnologia de comunicação e informação para apoio à gestão local. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(5), 1433–1448. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/csc/a/CFj6GmKwqyCMHTrpNPJQLXM/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

Santos, A. de F. dos ., Fonseca Sobrinho, D., Araujo, L. L., Procópio, C. da S. D., Lopes, É. A. S., Lima, A. M. de L. D. de ., Reis, C. M. R. dos ., Abreu, D. M. X. de ., Jorge, A. O., & Matta-Machado, A. T.. (2017). Incorporação de Tecnologias de Informação e Comunicação e qualidade na atenção básica em saúde no Brasil. *Cadernos De Saúde Pública*, 33(5), e00172815. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/csp/a/RnPV7RmbyK3LybkSPTJsBGM/?lang=pt#>>. Acesso em: 15 de novembro de 2023.